

**Semanário**  
Director:  
António Dias Lourenço

# Avante!

Ano 57 - Série VII - N.º 726  
26 de Novembro de 1987  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

**Governo PSD/Cavaco Silva apresenta  
Orçamento de Estado para 1988. Resumindo:**

# MAIS IMPOSTOS MENOS DESENVOLVIMENTO

«A política económica e social do Governo do PSD, cujos verdadeiros objectivos se exprimem com particular clareza também nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de Estado para 1988, está a atingir interesses imediatos de largas camadas sociais, incluindo em sectores que contribuíram com o seu voto para a vitória eleitoral do PSD.»

Da nota da Comissão Política do CC do PCP de 23 de Novembro

## Em Foco

Tudo sobre o Orçamento de Estado  
e as Grandes Opções do Plano para 1988



No momento da partida para a RDA, a delegação do PCP, acompanhada pelo camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC

## Álvaro Cunhal na RDA e em Praga

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, acompanhado por Albano Nunes, membro do Comité Central, responsável pela Secção Internacional, é aguardado hoje à noite em Lisboa, de regresso da visita que efectuou à República Democrática Alemã. No primeiro dia da visita teve lugar um encontro entre os camaradas Álvaro Cunhal e Erich Honecker, secretário-geral do PSUA, em que foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países, a actividade dos dois partidos e questões da actualidade internacional. Participaram no encontro, além de Albano Nunes, os camaradas H. Axen, do Bureau Político e do Secretariado do CC do PSUA, e G. Sieber, membro do CC e responsável da Secção Internacional. De seguida teve lugar um almoço oferecido pelo secretário-geral do PSUA, em que usaram da palavra Erich Honecker e Álvaro Cunhal. No regresso, o secretário-geral do PCP avistou-se em Praga com Gustav Husak, secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia.

## Trabalhadores em luta

**Por melhores condições de vida**

- Função Pública, CEL-CAT, Petrogal, portuários, corticeiros de Mouselos

**Pelo direito à segurança social**

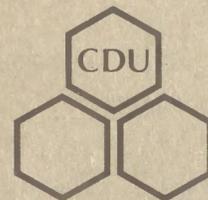
- O Decreto 36/87 tem que ser revogado!

**Supermercados:**

Pingo Doce compromete-se a repor a legalidade

Semana, págs. 2, 3 e 4

Semana, pág. 3



## ENCONTRO CDU LISBOA

- SITUAÇÃO, PROBLEMAS E GESTÃO DA CIDADE

- PROJECTO ALTERNATIVO — CDU

28 NOVEMBRO - SÁBADO  
DAS 15 ÀS 19 HORAS

FACULDADE DE LETRAS

# Editorial

## Novos caminhos novas perspectivas

**O**s portugueses da base sociológica que neste Verão de 87 transferiram para o PSD os votos que lhe permitiram conquistar a maioria absoluta da AR nas eleições de 19 de Julho estão agora em condições de medir em considerável extensão as consequências da sua opção de voto.

Tais cidadãos submetidos a uma verdadeira ofensiva de diversão e de corrupção de consciências de natureza demagógica, alimentada pelos recursos financeiros de uma conjuntura internacional favorável, julgaram erradamente contribuir, votando em Cavaco, para um necessário clima de estabilidade política e social, exprimir com o seu voto uma irreprimível aspiração de melhoria das suas condições de vida, de elevação do bem-estar geral do povo, de efectivo progresso do País.

Julgaram votar na continuidade do regime democrático e não na sua supressão, intentaram avalizar a democracia tão arduamente conquistada e não a contra-revolução.

Mas Cavaco e os barões do PSD, iludindo-os, retiraram dos resultados eleitorais conclusões diferentes, fizeram deles a sua própria leitura política e de classe, alguns mesmo chegaram ao desplante de conferir-lhes verdadeiro «sentido referendário» do regime para levarem avante os seus propósitos de subversão das instituições.

A prática destes quase seis meses de acção governativa é rica de ensinamentos.

Os portugueses que deram o seu voto a Cavaco e ao PSD têm agora vasta matéria de meditação sobre um mau passo político cuja emenda se vai tornando imperiosa.

**R**evestindo-se abusivamente da legitimidade do voto maioritário dos portugueses, o Governo Cavaco retomou em pleno a ofensiva restauracionista do poder dos monopólios; reactivou velhos mecanismos adormecidos de especulação financeira em simultâneo com medidas do Executivo contra os sectores público e cooperativo orientadas para a concentração e a centralização do capital na banca, na indústria, no comércio, na agricultura; imprimiu nova dinâmica de acumulação capitalista intensificando a exploração do mundo do trabalho e dos sectores intermédios da população.

No terreno institucional precisaram-se os planos restauracionistas da direita apontados para a destruição de Portugal de Abril e das suas conquistas democráticas.

A par de iniciativas de natureza executiva e legislativa que agridem a Constituição, a direita governante e o seu apêndice parlamentar — o CDS — deram início ao processo de revisão constitucional que implicou a entrega até à última segunda-feira de todos os projectos de revisão dos restantes partidos. O projecto do PSD, a recolher na AR os votos necessários à aprovação dos seus postulados, significaria uma autên-

tica subversão do nosso ordenamento constitucional.

A natureza classista do Orçamento do Estado apresentado fora do prazo na AR e as decisões do Conselho de Ministros no último fim-de-semana completaram o quadro de uma nova e acelerada ofensiva contra o sector empresarial do Estado, contra a Reforma Agrária, contra o Poder Local Democrático, contra os direitos dos trabalhadores, contra as leis laborais e eleitorais democráticas conjuntamente com as graves cedências à CEE. São iniciativas concretas que corporizam os perigos reais que ameaçam a democracia portuguesa, põem em risco as conquistas alcançadas pela Revolução de Abril, comprometem a própria independência nacional.

**O** pacote laboral e a lei das privatizações aprovados nos últimos dias pelo Conselho de Ministros, concretizam as intenções mais sinistras do Governo, mostram contra quem e a favor de quem visam as manobras, as actividades e as medidas da equipa governante.

As novas leis do trabalho aprovadas pelo Governo cavaquista, se passarem na Assembleia da República — e o Governo tem agora nela a necessária maioria para as fazer passar —, significariam colocar os trabalhadores inteiramente à mercê do arbitrio patronal, a instituição da completa insegurança no emprego, a porta sempre aberta para o despedimento individual, colectivo e selectivo dos trabalhadores.

Um dos alvos da legislação aprovada pelo Conselho de Ministros é claramente o movimento sindical unitário e os restantes organismos representativos dos trabalhadores. Justamente, a CGTP-Intersindical as considera das mais violentas e destruidoras das garantias mínimas de protecção, a «opressão mais negra e selvagem sobre os trabalhadores e os seus representantes».

O espírito da legislação laboral aprovada pelo Governo colide frontalmente com a Constituição, é já uma tentativa de facto consumado da revisão subversiva da nossa lei fundamental.

A precarização do trabalho sem as mínimas garantias sociais que a lei actual estabelece, o alastramento do trabalho infantil, o mercado mercenário da mão-de-obra, o aumento do desemprego disfarçado mas real, passariam doravante a desenvolver-se sem peias.

O apelo da CGTP para que «as forças políticas e sociais empenhadas na defesa da justiça social» unam esforços no sentido de «salvaguardar a intervenção organizada dos trabalhadores» tem inteiro cabimento ante a ofensiva concertada do Governo cavaquista e do grande patronato da CIP, da CCP e da CAP.

Com o apelo de Cadilhe no Porto à «moderação salarial» fica mais completo o quadro do agravamento da exploração dos trabalhadores que o Governo de Cavaco tem em mira.

**A** lei-quadro das privatizações agora saída da reunião do dia 17 do Conselho de Ministros é uma cavilosa iniciativa conexas com as propostas de revisão inconstitucional da Constituição inscritas nos projectos do PSD e do CDS e surpreendentemente admitidas sob uma pudica cortina «democrática» no projecto do PS. Formam um todo com as «aberturas» anteriores ao grande capital privado português e estrangeiro, com o insensato surto da especulação bolsista provocado pelo saloio tecnocracismo de Cavaco e Cadilhe, com o abater das barreiras diante das pressões e manobras de grupos multinacionais altamente especializados na especulação financeira.

Com inteira justeza a Nota da Comissão Política do CC do PCP agora publicada a considera como um desrespeito à Constituição e à legalidade democrática, reveladora de concepções golpistas na tentativa de ultrapassar e eludir a proibição de desnacionalizações, quer do total quer de parte das empresas.

A lei-quadro do Governo escancara as portas da economia nacional e das empresas públicas e nacionalizadas mais rentáveis aos antigos accionistas expropriados e às multinacionais da CEE e dos Estados Unidos. É significativo que as empresas a alienar sejam previamente transformadas em sociedades anónimas, com o CDS a exigir que o produto das privatizações seja entregue aos ex-accionistas expropriados como indemnizações...

A impugnação anunciada pelo PCP por inconstitucionalidade da lei-quadro das privatizações destina-se a obstar à sua aprovação e implementação.

**O** que se vai conhecendo do escandaloso surto da especulação bolsista que devorou milhões de contos da pequena e média poupança portuguesa — em particular de modestos detentores do aforro, num considerável número os reformados e pensionistas e até algumas instituições mutualistas de interesse público, Misericórdias e outras, cujos dirigentes se deixaram arrastar para as manobras da especulação — representa um verdadeiro libelo acusatório da insensata política financeira do Governo.

É de um cinismo emblemático o comentário do acontecido pelo ministro Cadilhe que, referindo-se aos que na voragem das Bolsas perderam os seus haveres, o facto lhes deveria servir de lição e de experiência...

O «gato por lebre» de Cavaco não lhe ficou atrás.

E nem uma palavra sobre a incompetência, a incúria e as medidas erradas do Governo que não soube acautelar a tempo os interesses dos aforradores portugueses numa conjuntura de grave crise da economia capitalista que teve nas convulsões das principais Bolsas do mundo sintomas profundamente alarmantes de consequências ainda imprevisíveis.

Sabe-se hoje — e o Governo nada disse sobre o caso — que grupos estrangeiros constituídos

# Resumo

## 18 Quarta-feira

A SIP do PCP critica o Governo pelo facto de querer autorizar a privatização das empresas nacionalizadas, mesmo antes da revisão da Constituição ■ O Governo apresenta proposta de calendário de debate do Orçamento Geral de Estado que limita os prazos da discussão ■ A Federação dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações (FCT) acusa o Governo de querer «privatizar os lucros e manter os prejuízos nacionalizados» em relação ao sector ■ A Frente Comum da Função Pública apresenta proposta de acordo ao Governo, que prevê um aumento dos vencimentos de 9,5 por cento a partir de Janeiro de 1988 ■ Sindicatos da Petrogal são recebidos na Presidência da República com o fim de exporem as razões do conflito existente na empresa, devido à recusa por parte do Conselho de Gerência em aceitar aumentos salariais superiores a 7 por cento ■ Trabalhadores Judiciais entram em greve de zelo por o Ministério da Justiça ter recusado o diálogo relativo à aprovação dos estatutos dos funcionários da justiça ■ As Comissões especiais de inquérito ao escândalo Irangate publicam relatórios, responsabilizando Ronald Reagan pelas irregularidades cometidas ■ A central sindical espanhola «Comisiones Obreras» inicia IV Congresso em Madrid ■ Alto funcionário da ONU acusa os países desenvolvidos de faltarem aos compromissos assumidos em relação à recuperação económica de África ■ Polícia e exército sul-africanos invadem a cidade negra de Soweto para intimidar a população ■ Incêndio no Metropolitano de Londres provoca 50 mortos e centenas de feridos.

## 19 Quinta-feira

A Frente Comum da Função Pública leva a efeito iniciativa «Venha tomar café connosco», em Lisboa, como forma de esclarecer e divulgar as suas posições sobre o regime remuneratório ■ Activistas sindicais da metalurgia, metalomecânica e minas manifestam-se em Lisboa e no Porto, no âmbito de uma Jornada Nacional de Denúncia Pública, alertando para a grave situação social e económica nas empresas do sector ■ O PCP critica a visita de um membro do Governo a Pretória e de um colaborador da Presidência da República ao quartel-general da Unita, numa altura em que a África do Sul aumenta de agressão contra Angola ■ A direcção do MDM do Porto protesta contra as «graves consequências» do novo regime do subsídio de doença ■ O Parlamento da Nicarágua aprova uma lei de amnistia proposta por Daniel Ortega no âmbito do plano de paz ■ O Parlamento Europeu exige a libertação dos dois dirigentes comunistas turcos, detidos em Ankara quando regressavam do exílio ■ O Comité Central do PCUS realiza uma conferência sobre o desenvolvimento agro-industrial da URSS ■ O jornal norte-americano «Newsday» noticia que o procurador especial encarregado da investigação do Irangate irá processar judicialmente os principais implicados no caso, no princípio de 1988 ■ Em Santiago do Chile concentram-se milhares de pessoas, realizando a maior manifestação dos dois últimos anos, para protestarem contra a ditadura de Pinochet e exigirem eleições livres.



## 20 Sexta-feira

A actriz Ivone Silva, destacada artista, militante do PCP, morre em Lisboa, vítima de doença ■ Os sindicatos da Função Pública obrigam o Governo a ceder, subindo meio ponto percentual nos salários e pensões, ficando ainda muito aquém das reivindicações sindicais ■ Termina o Seminário sobre a Lei de Bases e o Futuro da Educação em Portugal, promovido pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, onde se assentou que os professores não querem uma «organização curricular e programas de ensino caídos do céu» ■ Os deputados do PCP do círculo de Lisboa criticam o Orçamento de Estado para 1988 e dizem: «é imperioso que o Orçamento para o próximo ano dê resposta às questões mais urgentes que afectam a população da região de Lisboa» ■ O primeiro-ministro italiano Giovanni Goria pede ao Parlamento um voto de confiança para o governo de coligação ■ O Iraque ataca navios no terminal iraniano de Kharg, fazendo um morto e feridos entre os tripulantes ■ A África do Sul e Moçambique acordam em financiar as obras de recuperação da linha de transporte de energia de Cabora Bassa.

## 21 Sábado

Óscar Lopes é homenageado no Porto por personalidades da cultura portuguesa ■ Doze catorze Câmaras Municipais do distrito da Guarda aprovam voto de desconfiança contra o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses «por não ter sabido defender os interesses do poder local» ■ Encerra o V Congresso Nacional de Mutualismo, no qual está presente Mário Soares reconhecendo a existência de manchas de subdesenvolvimento e de pobreza em Portugal ■ A 42.ª Assembleia Geral da ONU apela à comunidade internacional para que imponha sanções económicas à África do Sul ■ Entra em vigor um cessar-fogo de 48 horas na cidade de Jafna, declarado pelo governo indiano ■ Decorre a greve geral no Bangladesh como forma de pressionar o presidente a demitir-se. Nove pessoas ficaram feridas devido a explosões de bombas ■ Giovanni Goria recebe voto de confiança para o seu governo no Parlamento italiano ■ Josef Strauss é reeleito líder da União Social Cristã (CSU) por uma votação inferior à de dois anos atrás.

## 22 Domingo

O PCP anuncia que vai propôr o aumento das verbas para as autar-

quias no Orçamento de Estado de 1988 em mais de nove por cento em relação a 1987 ■ Emigrantes afirmam a necessidade de reformular o Conselho das Comunidades Portuguesas ao encerrarem a 6.ª reunião da organização ■ A Juventude Social Democrata da Guarda repudia a ingerência nos assuntos internos da organização juvenil no distrito por parte do PSD ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, parte para a RDA, a convite do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha ■ O governo indiano rejeita as condições para deporem armas impostas pelos separatistas tâmeis e considera-as inaceitáveis ■ A agência noticiosa Tass revela que o primeiro-ministro australiano, Robert Hawke, visitará a URSS no final de Novembro ou princípio de Dezembro deste ano ■ O governo da Nicarágua liberta 985 presos políticos numa demonstração de cumprimento do tratado de paz «Esquipulas II».

## 23 Segunda-feira

A CGTP-IN alerta para a «existência de graves anomalias na gestão do Inatel» pondo em questão a construção do Centro de Férias de Albufeira e as obras de Vila Nova de Cerveira ■ Os grupos parlamentares entregam na Assembleia da República um conjunto de perguntas ao Governo, que incidem sobre política externa, ambiente, saúde, comércio, indústria e educação ■ O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público envia aos grupos parlamentares uma proposta de revisão da Constituição sobre a abolição dos tribunais militares ■ Mário Soares chega a Moscovo, onde é recebido por Andrei Gromyko, presidente do Presidium do Soviete Supremo ■ A população do Bangladesh inicia nova greve geral contra o regime de Hossain Ershad. Todas as actividades produtivas encontram-se totalmente paralisadas ■ Uma fonte oficial indiana anuncia que as tropas indianas retomam a ofensiva contra os separatistas tâmeis, depois de estes se recusarem a depor as armas ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia iniciam uma reunião em Bruxelas para preparar a cimeira de Copenhaga ■ Eduard Chevardnadze e George Shultz reúnem-se mais uma vez em Genebra, prosseguindo as conversações de preparação da cimeira entre Gorbachov e Reagan.

## 24 Terça-feira

Em documento divulgado o PCP afirma que vai impugnar a lei sobre privatizações por inconstitucionalidade da mesma ■ A CGTP condena o anteprojecto da revisão da legislação laboral e considera-o o «mais violento e destruidor das garantias mínimas de protecção» ■ Responsáveis da associação patronal do sector de componentes da indústria automóvel afirmam que a liberalização das importações ocasionará a perda de 3500 postos de trabalho em Janeiro do próximo ano ■ O presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador, Guillermo Ungo, regressa ao país após sete anos de exílio e propõe o reatamento do diálogo com o governo ■ George Shultz e Eduard Chevardnadze concluem em Genebra o tratado sobre a eliminação dos mísseis nucleares de médio alcance.

**Avante!**  
Proletários de todos os países - UNI-VOS

O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido  
Comunista Português. Rua Soeiro  
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua  
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL. Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57-2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 -  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B - 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

## Grandes grupos económicos estão por trás da febre privatizadora

O propósito do Governo de desnacionalizar, numa «primeira fase», até 49 por cento do capital das empresas públicas «**viola inexoravelmente a proibição constitucional das desnacionalizações**» e «**fere inúmeras normas e princípios da lei fundamental**», afirma a Comissão Executiva da CGTP-IN num comunicado em que denuncia o facto de, por trás da ofensiva contra o sector empresarial do Estado se encontrarem interesses de grandes grupos económicos, nomeadamente estrangeiros.

«Afirmar que a privatização serviria para amortizar a dívida pública e reestruturar as empresas é pura demagogia» — declara a CGTP-IN, já que «**não se resolve o problema da dívida pública quando se vende património das empresas que são lucrativas e se fica integralmente com as que dão prejuízo**».

Além disso, lembra a Central, «**não se solucionam deste modo os problemas das empresas em má situação**»,

os quais não são só, nem fundamentalmente, financeiros.

O problema, como se afirma no comunicado da Intersindical Nacional, é que «**não existe qualquer vontade do Governo**» em solucioná-los, o executivo de Cavaco Silva e do PSD «**não aponta qualquer reestruturação destas empresas no que concerne aos seus grandes estrangulamentos como, por exemplo, o bloqueio dos seus planos de investimento**».

### — acusa a CGTP

Quanto às percentagens de compra que o Governo afirma estabelecer para as vendas em concurso público, a CGTP-IN considera-as «**meramente ilusórias**»: «**logo que os títulos entrem no mercado bolsista, não funcionando qualquer restrição percentual, o mercado encarrega-se de os concentrar acabando com os testas de ferro**».

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses reafirma «**a importância que um SEE forte e dinâmico tem para qualquer estratégia de desenvolvimento económico, democrático e nacional**» e chama a atenção para o carácter imperioso da denúncia e do combate a «**esta**

concepção que entende que ao Estado deve caber a função de privatizar os grandes lucros e socializar os prejuízos, conforme provaram a última intervenção forçada dos bancos públicos na queda bolsista e o projecto, revelado pelo Primeiro-Ministro, de privatizar também as empresas que, embora em má situação económica, venham posteriormente a dar lucro».

### Dez dias de esclarecimento

Entretanto, prosseguem até amanhã os «**dez dias de es-**

clarecimento» sobre a verdade da situação e a importância das empresas do SEE, iniciativa realizada na sequência do plenário de 15 de Outubro das organizações representativas dos trabalha-

Iniciada no dia 16, esta acção mobilizou já activistas sindicais e trabalhadores de empresas públicas do sector da metalurgia, metalomecânica e minas (Siderurgia Nacional, Lisnave, Setenave, Cometa, Sorefame, Equimetal, SGM, Indep, UTIC e minas de Aljustrel), da Tabaqueira, da Centralcer e da Unicer, dos cimentos (Cimpor e Secil), da Covina, da Quimigal, das telecomunicações (CTT, TLP, Marconi), da Electricidade de Portugal, banca nacionalizada, Quimigal, Petrogal, Petróleo e Gás de Portugal e Portucel.

As iniciativas de que temos notícia decorreram em Lisboa, no Porto, em Coimbra, Setúbal, Aveiro, Figueira da Foz, Leiria, Castelo Branco, em Viana do Castelo, Faro, Sines, Estarreja, Alverca, Ansião, Barreiro, Moita e Aljustrel.

O dia de hoje é dedicado ao esclarecimento da situação no que toca aos transportes e tem acções marcadas para Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Coimbra, Aveiro, Entroncamento, Barreiro e Faro, abrangendo a Rodoviária Nacional, a Carris, o Metropolitano, a Transtejo, a CP, os STCP, a TAP, a ANA e os transportes marítimos.

Sexta-feira realizar-se-ão em Lisboa e no Porto iniciativas sobre a comunicação social do Estado (RTP, RDP, jornais).

### Corrupção no INATEL

A Comissão Executiva da CGTP-IN reuniu no dia 23 para analisar a situação político-sindical e discutir os projectos do Governo sobre legislação laboral. Também na segunda-feira um comunicado da Central comentava as notícias vindas a público sobre a existência de graves anomalias e suspeitas de corrupção na gestão do INATEL.

Com o objectivo de clarificar a situação, a Intersindical Nacional, entre outras diligências, solicitou já a convocação de uma reunião do Conselho Geral do INATEL para eleger os representantes dos trabalhadores na Direcção (de onde a CGTP tem sido afastada pelo Governo e a UGT desde 1979) e requereu elementos sobre relatórios e contas, orçamentos e, mais concretamente, informações sobre os processos de Albufeira.

«Embora não necessitemos destes acontecimentos para provar a justeza das nossas posições — afirma-se no comunicado — eles vieram, no entanto, reforçar a legitimidade da reivindicação feita há longo tempo pela CGTP-IN de exigir a participação nos órgãos de decisão daquela importante instituição».

## Função Pública: só a luta dos trabalhadores fará o Governo ceder

«Só a luta dos trabalhadores garante a alteração das posições do Governo e a satisfação das nossas reivindicações» — afirma a comissão negociadora sindical da frente comum da função pública, confirmando a realização do desfile de ontem, em Lisboa, antecedido de um plenário de sindicatos. Na quinta-feira passada teve lugar uma jornada de esclarecimento e protesto no Terreiro do Paço. Nesse mesmo dia uma nota da União dos Sindicatos de Setúbal juntava-se às posições de solidariedade para com os trabalhadores da função pública.

Na reunião de dia 23 (segunda-feira) entre representantes do Governo e da frente comum foi conseguido acordo quando à redução do horário máximo de trabalho para 40 horas e do horário de 36 horas para 35; revalorização

das carreiras e cargos de técnico superior, técnico, chefe de repartição, chefe de secção e informática, com a negociação de outras carreiras que actualmente possuem estatuto próprio; revisão do regime remuneratório em vi-

gor, para o que será constituída uma comissão técnica especializada em que os sindicatos participarão; e quanto à negociação do novo regime de férias, faltas, e licenças.

Entretanto o Governo insistiu na sua proposta de 19 de Novembro: aumento da massa salarial global de 7 por cento, com aumentos de 6 por cento na tabela salarial e pensões, no subsídio de refeição e nas diuturnidades.

A comissão negociadora sindical havia já comentado a alteração da posição do Governo, afirmando em comunicado que ela «é já uma resposta ao generalizado repúdio manifestado pelos trabalha-

dores da função pública em dezenas de milhares de assinaturas já recolhidas, nos plenários distritais e nas centenas de reuniões efectuadas nos locais de trabalho».

Na reunião de dia 23 os sindicatos voltaram a manifestar o seu desacordo em relação a estas propostas e reafirmaram a sua disposição de estabelecer um acordo na base de «**aumentos que permitam uma efectiva subida dos salários reais**». A CNS propôs nesta reunião o aumento da tabela salarial em 9,5 por cento, do subsídio de refeição para 300 escudos, das diuturnidades para 2500 es-

cudos e mais 10 por cento de participações da ADSE em regime livre.

A frente comum dos sindicatos considera «**absolutamente inaceitável**» o propósito do Governo de não permitir aos trabalhadores da Função Pública a utilização do regime de aposentação antecipada e bonificada aprovado pela Assembleia da República.

O plenário de sindicatos marcado para ontem tinha por objectivo — segundo uma nota do secretariado da frente comum — analisar a situação de impasse no processo negociado e decidir novas acções no plano da luta reivindicativa.

Neste número

*O Militante*

**A GRANDE REVOLUÇÃO DE OUTUBRO**  
Alguns ensinamentos de actualidade



## Os pés e os bicos

Há pessoas e coisas que não têm vergonha de se pôr em bicos de pés para ficarem grandes. O desespero de que não os vejam é superior ao medo do trambolhão. E esticam-se. E empinam-se. E amarinham por si próprios.

Quando podem até saltam para as costas de quem se descuide.

Havendo pessoas e coisas assim, há-as em todo o lado. Nos transportes públicos ou no prédio ao lado. Na bicha do Imposto Complementar ou num programa do António Sala. No nosso local de trabalho ou na rua de toda a gente. E nem em casa nos livramos da praga: mal ligamos a televisão, são tantos os bicos em pés que ficamos de olhos em bico.

Ainda há dias uma coisa chamada Juventude Centrista — que muita gente pensa ser um clube juvenil da Região Centro, talvez ali para os lados de Coimbra, mais coisa menos coisa — se empinou toda contra a televisão por esta não ter feito a cobertura dum congresso que perpetrou na Figueira da Foz. Quanto ao local, nada a dizer: a Figueira fica no Centro, embora um centro um pouco descaído para o mar, mas deixemos isso. O certo é que a televisão, que pelos vistos também não é forte em geografia, não reparou que aquela juventude se centrou (e; provavelmente, se sentou) mesmo no centro para congressar algumas centralidades. Vai daí, uma bicodopézada: «Então nós somos o centro e passamos ao lado do País?», vociferaram os infantes para a senhora televisão. E, em notável «performance» de folha A4, puseram-se nos bicos dos bicos dos pés sobre um comunicado enviado ao mundo em geral, onde lavraram protesto e alinharam diversas ameaças não especificadas «caso a situação não venha a ser cabal e publicamente esclarecida».

Posto isto assentaram as solas no chão e suspiraram de alívio pelo retorno à normalidade palmípede, de desalento pela desconsideração. «Trataram-nos com os pés», lamuriaram ainda.

Mas isto são coisas que se põem de repente em pé, sobre os bicos dos mesmos e sem ninguém perceber muito bem por quê.

Há, contudo, pessoas que também fazem o mesmo, numa relação mais pessoal e assumida com a utilização das extremidades pedunculares ao serviço da comunicação com as massas.

Alberto João Jardim é uma dessas pessoas. É, aliás, geralmente reconhecido como um profissional do bico-em-pé, elevando o acto ao nível de arte política e metodologia governativa e elevando a arte política e a metodologia governativa uns bons 10 cm acima do solo. Em postura um pouco instável, é certo, mas 10 cm são 10 cm, aqui ou em qualquer parte do mundo, não tem inflações e essa é que é essa.

Pois João Jardim pôs-se de novo em bicos de pés num almoço promovido esta semana pela Câmara de Comércio Luso-Britânica, discursando copiosamente como é seu timbre e proferindo originalidades que o são sempre, quanto mais não seja porque se situam, em geral, um décimo de metro acima do nível normal. Ou do mar, dado que, também geralmente, o homem vive cercado de água por todos os lados.

Após teorizar sobre «a irreversibilidade no processo de modernização» em curso — sem se lembrar que ele próprio se tem afirmado um acérrimo destruidor de «irreversibilidades», mesmo as que estão consagradas na Lei Fundamental do País — metamorfoseou-se em «povo português» para garantir que ele (o povo) «está atento e crítico», discreto (não se percebe se, aí, já em nome próprio) sobre «status» e «futuro». Posto isto — e talvez por se lembrar de quem lhe pagou o almoço — virou-se para os empresários e falou em nome deles.

E, em nome deles, pôs-se a enunciar o que os em presários apontam como «principais obstáculos» à sua actividade: «a excessiva carga fiscal, a burocracia, as altas taxas de juro, a legislação laboral, a instabilidade governativa, o acesso ao crédito, contrabando e outras formas de economia paralela, desvalorização do escudo e insuficiência dos incentivos à exportação».

**Desvalorização do escudo?** Então a nossa economia não está a crescer a todo o vapor? **Insuficiência de incentivos?** Mas o Cadilhe diz que anda para aí tudo incentivado! **Burocracia?** Como, se o Governo da competência boliqueimal já acabou com ela?

Mas o mais grave foi a da **instabilidade governativa**. Instabilidade governativa com uma maioria, um chefe e a pátria aos pés?

Quando o chefe souber disto, Jardim não vai ter pés que chéguem.

Tanto mais que Cavaco Silva fala de estrado.

■ H.C.

### Trabalhadores

## A. Paulo Amorim: solidariedade contra a ameaça de despedimento

Centenas de trabalhadores corticeiros, com destaque para as mulheres, representantes dos rodoviários e metalúrgicos, da União dos Sindicatos de Aveiro e um membro da Executiva da CGTP-IN participaram na **concentração** que se realizou na passada sexta-feira à tarde em frente das instalações da empresa. A. Paulo Amorim (Mozelos, Feira), protestando contra a pretensão da administração de despedir 85 pessoas.

Os manifestantes corta-

ram o trânsito na estrada Esmoriz-Picoto e distribuíram aos automobilistas um manifesto. De seguida, já à luz das velas, dirigiram-se em cortejo para a igreja matriz de Mozelos onde fizeram uma curta vigília.

Ao longo do percurso habitantes locais manifestavam a sua solidariedade para com a justa luta dos corticeiros, juntando-se aos apoios que durante a semana foram expressos e de entre os quais um comunicado do Sindicato dos Operários Corticeiros do

Norte destaca «numerosos grupos de católicos, nomeadamente a LOC».

A ameaça de despedimento colectivo levava já os representantes dos trabalhadores a fazerem uma **exposição** aos grupos parlamentares, à secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional e ao governador civil do distrito de Aveiro.

Nesse documento o SOCN — que se propõe levar avante outras iniciativas «até que o despedimento colectivo

seja anulado» — afirma que a justificação apresentada pela empresa é «um mero repositório de factos, ainda por cima falsos, sem qualquer suporte técnico»; a sua «pobreza» leva o sindicato a concluir que tal documento foi encarado pela A. Paulo Amorim como «uma mera formalidade» de fácil deferimento. De outra forma, só pode ser uma demonstração de «muito pouco respeito pelos órgãos públicos, a quem passa, de facto, um atestado de menoridade mental».

## Petrogal: Governo e gerência enveredam pela ilegalidade

Os trabalhadores da Petrogal decidiram «repudiar vivamente» a pretensão do conselho de gerência de aplicar unilateralmente por acto de gestão a sua proposta de 7 por cento de aumentos salariais. Considerando tal atitude «insultuosa», «inadmissível» e «perfeitamente ilegal», foi decidido efectuar **greve ao trabalho extraordinário** e ao trabalho em dias de descanso semanal e feriados no período entre 5 e 13 de Dezembro e greve to-

tal das 6 horas do dia 9 às 6 horas do dia 12.

A proposta de greve total foi já ratificada pelo plenário de delegados sindicais, reunido ontem em Cabo Ruivo, e irá ser discutida noutras reuniões nos locais de trabalho durante esta semana. Hoje a partir das 10 horas reúnem novamente as estruturas sindicais da empresa.

Na reunião de sexta-feira das organizações sindicais representativas dos trabalhadores da Petrogal foi aprova-

da uma **plataforma reivindicativa comum** que engloba a tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, anexos do acordo de empresa (nomeadamente definição de funções e enquadramentos) e um acordo complementar sobre carreiras profissionais, datas de início da sua negociação e da implementação.

Os representantes dos trabalhadores da Petrogal exigem do CG e do Governo «uma negociação efectiva» das tabelas salariais e de-

mais propostas dos sindicatos e apelam à unidade de todos os que trabalham na empresa e ao empenho activo no esclarecimento e na mobilização.

Alertando «desde já» a opinião pública para o facto de o actual conflito «ter consequências sérias» sobre terceiros, a Federação da Química e Farmacêutica (FSTIQFP) imputa a responsabilidade de tal situação ao Governo e à gerência da Petrogal.



A defesa e a promoção do emprego, a redução da semana de trabalho para o máximo de 40 horas, a melhoria das condições de trabalho e do nível de vida, a garantia do direito à segurança social e à habitação, o combate ao trabalho precário e a exigência da actuação da Inspeção de Trabalho são algumas das propostas da Federação para a acção reivindicativa imediata dos trabalhadores da construção civil e obras públicas, madeiras, mármore e cortiças

## 2.º Congresso da Construção, Madeiras e Mármore

Realizou-se no passado fim-de-semana no Porto o 2.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore. Durante dois dias estiveram em debate os problemas do sector e, em consequência, foram aprovados, como refere a nota distribuída à imprensa no fim dos trabalhos, «importantes documentos e moções».

Alterações aos Estatutos, de que se destaca a criação de um Conselho Fiscalizador, e a aprovação de um extenso relatório de actividades do Conselho Nacional, no qual é apresentada uma análise pormenorizada sobre os vários sectores de activi-

dade representados pela Federação, ocuparam o **primeiro dia** deste Congresso, «numa demonstração de unanimidade, força e predisposição para desenvolver a luta no sentido de dar resposta aos problemas que se põem aos trabalhadores face à ofensiva do patronato e das forças de direita».

Testemunhos de trabalhadores do sector deram o ponto da situação da exploração desenfreada na construção, do recurso sistemático e crescente à mão-de-obra infantil, do trabalho precário.

Quer o Programa de Acção, que «traça as directri-

zes para os próximos três anos no que diz respeito a toda a vida da Federação», quer o **Caderno Reivindicativo Imediato**, reflectem nos seus vários pontos (direito à habitação, combate ao emprego precário e ao trabalho infantil, os problemas da emigração, a acção internacional e as questões mais internas da organização sindical) as linhas de acção para o futuro, na perspectiva da melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores deste importante sector da vida nacional.

Foram ainda aprovadas várias moções: sobre a paz e o desarmamento, de soli-

dariedade com os povos em luta, contra o pacote laboral, em defesa do sector público e da reforma agrária, de solidariedade com os trabalhadores em luta, de repúdio pela ausência de órgãos de comunicação social.

José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da CGTP-IN, encerrando o Congresso, analisou a situação dos trabalhadores a nível nacional e alertou, nomeadamente, «para a fraude que o Governo lançou ao dizer que entregou cópia da lei dos despedimentos ao Conselho da Concertação Social, mas à CGTP-IN não chegou».

Trabalhadores

# Vale a pena lutar!

Por todo o lado e por todos os meios, os teóricos e os práticos do modo muito burguês de ver o mundo à imagem e semelhança da sua classe, espalham a notícia que mais convém para a manutenção da ordem ideal (muitos trabalhando, poucos arrecadando): não há nada a fazer, sempre assim foi e sempre assim será.

Os trabalhadores e as suas organizações

mostram que, hoje como ontem, a luta colectiva continua a ser um instrumento determinante para travar o aumento da exploração e o agravamento das condições de vida.

Algumas vitórias já alcançadas mostram que vale a pena lutar. As lutas em curso, com os trabalhadores unidos e organizados no forte movimento sindical unitário, não-deconfimá-lo mais vezes.

## Pingo Doce comprometeu-se a repor a legalidade

A administração do Pingo Doce comprometeu-se, numa reunião com a FEPCES e os sindicatos representativos dos trabalhadores dos supermercados realizada no passado dia 17 (terça-feira), a reparar situações em que foram desrespeitados direitos contratuais e legais. Esta posição vem na sequência de diligências das organizações sindicais e do forte repúdio que as ilegalidades levantaram, expresso nomeadamente em reuniões de trabalhadores nos locais de trabalho e na denúncia pública, na comunicação social e junto dos consumidores.

Na reunião foram abordados — de acordo com um comunicado da Federação do Comércio e Serviços — os problemas mais prementes relativos às condições de trabalho nos supermercados Pingo Doce. A administração da empresa comprometeu-se a:

- adoptar, para todos os trabalhadores, o sistema de **dois dias completos de descanso semanal**;
- até ao fim do ano, resolver o problema dos trabalhadores que exercem **funções incompatíveis** com a sua categoria;
- assumir, até ao fim do mês, uma posição sobre o pagamento do **subsídio de doença**, pagando aos trabalhadores, se a isso houver lugar, os valores entretanto não liquidados;
- cumprir as disposições legais e contratuais sobre

**faltas justificadas**, respeitando o direito ao crédito de 7 horas e 59 minutos mensais;

- pagar, com a retroactividade devida e conforme dispõem os contratos colectivos de trabalho, o **abono para faltas**, as **diuturnidades** e o **subsídio de trabalho nocturno**.

Os responsáveis do Pingo Doce/Jerónimo Martins concordaram também em proceder ao **desconto da quotização sindical**, pelo que os sindicatos estão a recolher as declarações individuais dos trabalhadores nesse sentido.

O comunicado do Secretariado da FEPCES sublinha que «os resultados positivos até agora alcançados são consequência da participação e mobilização dos trabalhadores na defesa dos seus legítimos direitos

e interesses» e salienta «a importância e a necessidade de reforçar a organização dos trabalhadores através do prosseguimento da sindicalização, da eleição de delegados sindicais e do processo conducente à eleição da comissão de trabalhadores» de forma a prosseguir e intensificar a acção pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

### Nova reunião em Dezembro

Para dia 3 de Dezembro ficou marcada outra reunião entre os representantes dos trabalhadores e da administração dos supermercados Pingo Doce para tratar de questões ainda não resolvidas por completo: redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais, fixação do descanso semanal, pagamento do **complemento do subsídio de doença** (os sindicatos entendem que «há lugar ao pagamento de pelo menos 60 dias/ano aos trabalhadores que haviam adquirido esse direito») e que é «legítimo e justo reivindicar a sua generalização aos restantes trabalhadores da empresa»), e **subsídios de turno**.



## CEL-CAT de novo em greve

A luta dos trabalhadores da Cel-Cat pela aplicação da nova tabela salarial prossegue, após três dias de greve com adesão total, com paralisações de duas horas diárias de terça-feira até amanhã.

Esta decisão foi tomada em plenário de trabalhadores no dia 19, quinta-feira, após uma reunião entre a comissão negociadora sindical/SIESI e o administrador-delegado da Cel-Cat. O comunicado da direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas que anunciava esta nova série de paralisações referia que «a administração da empresa continua a preten-

der condicionar a aplicação da nova tabela salarial à revisão prévia de parte do clausulado do acordo de empresa», posição que o SIESI e a CNS consideram «uma forma de pressão inaceitável».

Responsabilizando a administração pelo arrastamento do conflito e acusando o patronato de intransigência, os representantes dos trabalhado-

res da Cel-Cat consideram que estes são, no final de Novembro, «credores numa dívida de 13 mil contos, correspondentes ao montante global dos aumentos que não estão a ser aplicados», uma vez que os novos valores deveriam ter começado a ser pagos em Outubro.

O plenário de trabalhadores decidiu dar conhecimento das suas posições ao presidente do conselho de administração da empresa, engenheiro Nobre da Costa, que é também o representante em Portugal do maior accionista da Cel-Cat, a BICC inglesa.

## Portuários exigem publicação do Estatuto do Pessoal

Os trabalhadores das administrações e juntas portuárias exigem a publicação do Estatuto do Pessoal, cujas negociações foram concluídas em Março mas que se encontra bloqueado no Ministério das Finanças.

Depois de uma quinzena (4 a 19 de Novembro) em que os trabalhadores se limitaram a «cumprir estritamente» o que as normas legais em vigor estipulam, estão actualmente a decorrer plenários de trabalhadores nos vários portos

para análise da situação.

O Estatuto do Pessoal deveria ter sido publicado logo após a Lei Orgânica dos Principais Portos ter saído, em Agosto, na folha oficial; a sua aplicação permitirá, na opinião do Sindicato Nacional

dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias, aumentar a competitividade dos portos portugueses, com a diminuição de uma carga burocrática excessiva.

Elaborado por um grupo de trabalho formado ainda no tempo do Governo PS/PSD, o Estatuto prevê um sistema de turnos que permitirá o funcionamento permanente dos portos, que com o regime actual encerram às 17 horas. Outra consequência da aplicação do Estatuto do Pessoal será, de acordo com os dirigentes do SNTAJP, acabar com o círculo vicioso do trabalho extraordinário.

O «cumprimento estrito» das normas em vigor durante quinze dias fez com que fosse substancialmente reduzido o ritmo de funcionamento dos portos, causando prejuízos de milhares de contos a camionistas, operadores, agentes de navegação, armadores portugueses e estrangeiros.

Esta forma de luta foi considerada pelo presidente do sindicato, Fernando Oliveira, em declarações a «o diário», «um aviso para o Governo»; a sua suspensão destina-se a «responsabilizar» o executivo e «dar-lhe tempo» para resolver o problema, não podendo considerar-se um abandono da luta.

No plenário realizado dia 20 em Lisboa, na Gare Marítima da rocha, foram ratificadas as posições assumidas pelo sindicato na luta pela publicação do Estatuto do Pessoal. Para ontem e anteontem estavam marcados plenários nos portos de Leixões, Aveiro e Figueira da Foz. No dia 2 de Dezembro (quarta-feira) reunem-se os trabalhadores da Direcção Geral dos Portos e no dia 3 do porto de Sines.

Deverá realizar-se ainda esta semana — segundo afirmou ao «Avante!» Jorge Bueiri, da direcção do sindicato — uma reunião com o representante do Governo.

### Sector do vestuário

## Um contrato «dignificante»

«Valeu a pena lutar, resistir e denunciar a ilegalidade patronal» — afirma a Federação dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles, ao anunciar a assinatura do contrato colectivo de trabalho para o sector do vestuário. Este documento, que inclui tabelas salariais actualizadas (aumentos de 10 por cento com efeitos retroactivos a partir de 1 de Outubro de 1987) e um novo clausulado, é considerado por aquela estrutura sindical «um contrato dignificante e que contém melhorias significativas relativamente às bases contratuais anteriores».

A Federação lembra que, assinado o contrato, «o passo seguinte é exigir, em todas as empresas, a sua aplicação integral» e que as condições para o acordo com a associação patronal (ANIVEC) após um longo processo negociado foram criadas na sequência da «luta dos trabalhadores pela manutenção dos seus direitos fundamentais» e do «desenvolvimento de acções reivindicativas ao nível das empresas».

### Melhorias

Entre as melhorias conseguidas no texto assinado pelos representantes dos trabalhadores e do patronato no dia 12 de Outubro, a Federação dos Têxteis salienta que foi reduzido o agravamento aceite pelo Sindetex-UGT em

1981 para o pagamento do 13.º mês, foi dada a garantia de que os salários terão que ser pagos até ao final de cada mês, foi aumentado de 150 para 400 escudos o subsídio para os trabalhadores deslocados e os valores do seguro de deslocação, foi aprovada nova regulamentação quanto aos direitos sindicais, à prestação de trabalho extraordinário e sua remuneração.

O novo acordo proíbe aos patrões reduzir o salário do contrato até ao nível do salário mínimo nacional, aumenta os salários durante o período de estágio e reduz este período numa extensão idêntica à duração dos cursos de formação profissional frequentados por costureiras; estabelece novas regras de higiene e segurança para protecção do trabalhador, bem como

melhores regras de tolerância nos horários e novos direitos quanto a faltas justificadas, nomeadamente para idas ao médico, assistências a filhos menores e apoio das mães às crianças.

A federação sindical frisa que vai «continuar a lutar por melhores salários, por novas regalias sociais», nomeadamente as 40 horas como duração máxima da semana de trabalho e o subsídio de alimentação, e afirma ter «plena consciência de que os salários agora acordados não correspondem às reais necessidades dos trabalhadores e ficam aquém da capacidade económica» das empresas: **a produtividade tem aumentado, os preços dos artigos têxteis, de malhas, lanifícios e tapeçarias — lembra a Federação — aumentaram cerca de 20 por cento nos últimos doze meses, não faltam encomendas do estrangeiro e a produção é colocada».**

### Reforçar a unidade

No entanto, sublinha-se no comunicado, «a nossa acção e a nossa luta por melhores condições de vida não se esgotam nas negociações». O



patronato — alerta o documento — «vai continuar a arrecadar chorudos lucros, sem que os trabalhadores tenham também acesso a uma mais justa repartição dos rendimentos que criam», «vai procurar aumentar ritmos e cadências de trabalho, vai recorrer às horas extras quando há largas centenas de milhares de desempregados».

Por tudo isto se impõe a vigilância, a unidade e a reflexão para, aponta o comunicado, mudar «no futuro as tendências negativas que põem em causa a aspiração dos trabalhadores a uma vida melhor».

A Federação dos Têxteis denuncia o papel do Sindetex-UGT, que «impediu que

os bons resultados do sector beneficiassem os trabalhadores» e «correu apressado a aceitar os 10,2 por cento que o patronato lhe ofereceu», dando assim a ganhar «mais uns largos milhares de contos ao patronato» e fazendo crescer as «fabulosas» margens de lucro no sector.

Recorda-se, no documento da Federação, que esta estrutura do movimento sindical unitário negocia contratos para outros sectores e onde não há divisionistas os trabalhadores conseguem melhores contratos e melhores direitos, exemplificando com os resultados obtidos em 1987 para os sectores de tinturarias e lavandarias, calçado, chapelaria, curtumes e formas para calçado.

## Trabalhadores

## Cavaco e Beleza querem tratar da saúde à segurança social

## O decreto 36/87 tem que ser revogado!

O Conselho Regional de Segurança Social de Aveiro aprovou por unanimidade na sua última reunião (17 de Novembro) uma proposta da União dos Sindicatos do distrito pedindo a revogação do decreto regulamentar 36/87, de 17 de Junho, com que o Governo veio alterar profundamente os requisitos e o cálculo para a obtenção do subsídio de doença.

Também o plenário de sindicatos da USAL (Algarve) aprovou recentemente uma moção em que exige a revogação do citado decreto e apoia o pedido de declaração de inconstitucionalidade apresentado pela CGTP-IN. Outras tomadas de posição vão no mesmo sentido: o decreto 36/87 agrava o regime de acesso ao subsídio de doença e deve ser revogado.

O órgão consultivo do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, em cuja reunião participaram, além do representante da USA/CGTP-IN, um representante das entidades patronais, o presidente do CRSS e um represen-

tante das Santas Casas de Misericórdia, fundamentou a sua posição no facto de o decreto 36/87 «tornar mais difícil o acesso dos trabalhadores doentes ao subsídio de doença».

As dívidas à segurança so-

cial (que, segundo a união sindical, ultrapassam os 5 milhões de contos no distrito de Aveiro) e o regime do subsídio de desemprego serão discutidos na próxima reunião do Conselho Regional de Segurança Social, em Dezembro.

A moção dos sindicalistas algarvios afirma que as repercussões da aplicação do novo regime do subsídio de doença são «vastas e graves, fazendo-se sentir especialmente no que respeita aos casos de maternidade, acidentes de trabalho, doença, desemprego, tuberculose, doenças de longa duração, trabalhadores agrícolas e do serviço doméstico».

O plenário da USA sublinha que «o direito à segurança so-

cial por sistema organizado, coordenado e subsidiado pelo Estado constitui um direito fundamental que importa valorizar e dignificar».

O decreto regulamentar 36/87 — acusa a moção — «vem na lógica da acção do Governo Cavaco Silva de diminuir drasticamente as prestações da segurança social, visando fomentar a desconfiança e o descrédito do sistema público de segurança social, abrindo caminho para o seu desmantelamento».

O decreto viola, de acordo com a referida moção, disposições legais e constitucionais, designadamente os artigos 55.º-d), 57.º-2,a) e 201.º da Constituição, que consagram o direito das associações sindicais a participar na elaboração de legislação do trabalho e de planos socioeconómicos e determinam as limitações legislativas do Governo.

A direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas enviou segunda-feira um ofício ao primeiro-ministro e aos grupos parlamentares exigindo a revogação do 36/87, decreto que — acusa o SIESI — viola a Constituição, por entrar na regulamentação de um aspecto importante do direito dos trabalhadores à segurança social, matéria incluída na reserva relativa da competência da Assembleia da República.

O decreto, afirma-se no ofício, «ignora a realidade social que constitui o emprego precário, as formas de trabalho não regulamentado, a mão-de-obra alugada e o trabalho clandestino». Além disso, recorda-se, «a fuga do patronato à inscrição na segurança social é corrente».

Nas indústrias eléctricas abrangidas pelo SIESI existem mais de dois mil trabalhadores «vítimas de precaridade de emprego, apenas nas suas formas mais gravosas (mão-de-obra alugada e trabalho clandestino)» e as mulheres constituem cerca de 60 por cento da totalidade do pessoal do sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico.

Não é possível «uma políti-

## Por exemplo:

Num comunicado recente a União dos Sindicatos de Braga dá três exemplos da aplicação do regime de acesso às baixas médicas e ao subsídio de doença.

1º — Um trabalhador teve um acidente de trabalho durante o mês de Setembro, esteve incapacitado; não entrou contribuição para a segurança social.

Em Dezembro adoece, precisa de baixa. Não vai ter direito ao subsídio de doença porque no terceiro mês anterior não teve 15 dias de entrada de contribuições.

2º — Uma trabalhadora teve um filho; a licença por parto foi em Junho, Julho e Agosto. Se ela tiver baixa em Outubro ou Novembro não tem direito ao subsídio de doença porque no terceiro e quarto meses antes da baixa não tem 15 dias em cada mês de entrada de contribuições.

3º — Um trabalhador esteve doente durante todo o mês de Maio. Se voltar a adoecer durante o mês de Agosto não vai ter o subsídio porque no 3.º mês anterior não tem 15 dias de contribuições. Se estiver doente em Setembro também não recebe qualquer subsídio, pois no 4.º mês anterior não teve 15 dias de contribuições para a segurança social.

## Conferência Nacional dos Médicos de Saúde Pública

Não há uma definição clara das necessidades e dos quadros, as funções e atribuições existentes na lei não estão a ser aplicadas integralmente e são necessários médicos de saúde pública competentes, qualificados, correctamente organizados e devidamente remunerados. Estas são algumas das conclusões da primeira Conferência Nacional dos Médicos de Saúde Pública, realizada no dia 7 de Novembro em Lisboa depois de um processo preparatório iniciado em 1985, com uma reunião onde se constatou a continuada degradação do exercício profissional. A Conferência foi organizada pela Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos e os seus 150 participantes discutiram quatro grandes temas: a formação técnico-profissional, o desenvolvimento da carreira de saúde pública, o exercício profissional e o enquadramento técnico-profissional. Foi aprovada por unanimidade uma moção de apoio à proposta de tabela salarial entregue pela Coordenadora ao Governo e à Assembleia da República no dia 28 de Outubro. Para discutir esta proposta e reclamar que o Orçamento de Estado inclua dotações que permitam a sua aplicação, os dirigentes sindicais médicos tiveram já uma reunião — «bastante positiva», segundo afirmou ao «Avante!» o vice-presidente do sindicato da zona sul, dr. Mário Jorge — com a Comissão Parlamentar de Saúde e reuniram também com representantes dos grupos parlamentares do PCP e do PSD. Continuam, contudo, sem resposta os pedidos de audiência apresentados ao Primeiro-Ministro e aos ministros da Saúde e das Finanças.

## Encontro dos trabalhadores da apanha da azeitona

No próximo domingo, dia 29, a partir das 15 horas, realiza-se na Escola Secundária de Mirandela o Encontro dos Trabalhadores da Apanha da Azeitona. Organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Bragança, em colaboração com a União dos Sindicatos, o Encontro tem entre os seus objectivos debater o contrato de trabalho e a actualização dos salários, a situação dos trabalhadores agrícolas quanto à previdência e segurança social e a jeira a reivindicar na apanha da azeitona este ano. Está ainda previsto um programa cultural e recreativo para que foi já anunciada a actuação do Rancho Infantil de Santiago (Mirandela) e de artistas amadores.

No sábado realiza-se em Lisboa o 2.º Congresso da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos. Os trabalhos iniciam-se às 9 horas e decorrem no Pavilhão do

Grupo Desportivo dos Trabalhadores da SIDUL (2.ª Rua Paticular, 13-A, a Alcântara).

## USL diz não à lei da rolha nas ruas

A União dos Sindicatos de Lisboa afirmou na semana passada ter conhecimento de que vai ser apreciada «ainda este mês» na Assembleia da República o projecto de lei do PSD sobre afixação de propaganda política, reprovado na anterior legislatura. «A questão fundamental — comenta a USL/CGTP-IN — e aquilo que faz correr o PSD e o Governo, estamos certos, não é a salvaguarda das paredes de Lisboa, mas sim a possibilidade de outras forças políticas e os sindicatos fazerem a sua propaganda.» A União afirma conhecer a «imagem degradada» de muitas paredes da cidade, mas recorda que «muito mais que os cartazes, é o desleixo contínuo de senhorios e da Câmara que origina tal situação». Aquela estrutura do movimento sindical unitário sublinha que não defende pura e simplesmente a situação actual, «mas não aceita que a sua propaganda seja comparada à propaganda comercial com fins lucrativos, ou que seja obrigada a pagar ao metro quadrado». O que o Governo e o PSD pretendem, dizendo que o silêncio é igual para todos — denuncia a USL/CGTP-IN —, é silenciar as posições dos trabalhadores e suas organizações: não pode o silêncio ser igual quando, como refere o comunicado, «há os que continuam a dispor da comunicação social e de rios de dinheiro para divulgar as suas ideias e iniciativas».

## Minas da Borralha: um mal nunca vem só

O secretariado da célula da Borralha do PCP, num comunicado aos mineiros e à população, responsabiliza a administração da empresa das minas (encerradas) e o Governo Cavaco Silva/PSD pela possível consumação da ameaça da EDP cortar ontem o fornecimento de energia eléctrica e chama a atenção para as consequências de tal corte: «sem electricidade não há manutenção, sem manutenção bastam 6 ou 7 dias para ficar a mina alagada, isto é, ficarmos sem ela»; além disso, a aldeia fica «às escuras e sem aquecimento e os nossos filhos sem escola». O comunicado manifesta o desacordo dos comunistas da Borralha em relação às posições daqueles, nomeadamente os divisionistas da UGT, que «querendo ilibar o Governo Cavaco Silva das responsabilidades, atiram as culpas inteiramente para a EDP», perguntando se «é ou não verdade que quem está na gestão da EDP são homens de confiança do Governo» e se «não será esta uma já utilizada forma de criar um clima contra a EDP porque é uma empresa nacionalizada».

ca de redução de custos na comparticipação dos medicamentos desinserida de uma política de saúde em termos gerais, especialmente quanto aos cuidados de saúde primários» — afirma a União dos Sindicatos de Lisboa num comunicado em que denuncia o facto de o redimensionamento das embalagens ter custado ao Estado mais de 8 milhões de contos.

Nesse documento, divulgado nos primeiros dias de Novembro, a USL/CGTP-IN manifesta-se contrária à «redução em cerca de 50 por cento das especialidades farmacêuticas propostas pela Comissão dos Medicamentos Comparticipados», considerada como «mais uma medida avulso para utilização demagógica, sem ser parte de uma política coerente e correcta».

Esta decisão do Ministério da Saúde prende-se, de acordo com a União dos Sindicatos de Lisboa, «com critérios de custos e não com os aspectos terapêuticos». De resto — acrescenta a USL — «supõe-se que o Governo esteja desde já a preparar a redução das comparticipações nos medicamentos no Orçamento de Estado para 1988».

Tudo isto faz pensar, no entender da USL/CGTP-IN, que «o Governo procura, cortando nas comparticipações apenas por razões de dinheiro, remediar o erro que foi o redimen-

sionamento das embalagens, que fez o Estado gastar mais 8 milhões de contos.

Com o redimensionamento das embalagens (uma embalagem anterior corresponde agora a quatro) «estamos perante o que é, essencialmente, uma guerra da indústria farmacêutica com o Ministério» — afirma a USL, interrogando de seguida se «terá o Governo a pretensão de se opôr à capacidade de pressão das multinacionais do sector com medidas pontuais como esta, sem definir uma política de transparência de preços ligada, neste campo sim, à sua capacidade de implementação de critérios restritivos que, baseados na relação benefício/custo, estabeleça parâmetros concorrenciais?».

Os custos dos medicamentos em Portugal, lembra a USL, representam 20 por cento do total das despesas com a saúde, enquanto noutros países são de apenas 11 por cento.

«Não é com cortes nas listas — conclui a União dos Sindicatos de Lisboa —, nem com a possível redução da verba no OGE para 1988, que diminui a percentagem. É antes com uma correcta política de saúde». Mas o Governo prepara-se para resolver o problema com medidas que, como denuncia o comunicado da USL, «irão agravar a já lamentável situação das classes mais desfavorecidas».

## Sindicatos debatem segurança social

Amanhã realiza-se em Braga, no auditório municipal Galécia, o 2.º Encontro Distrital sobre segurança social, promovido pela União dos Sindicatos do distrito. No Porto teve lugar ontem um debate sobre o mesmo tema, enquanto a CGTP-IN vai promover, nos próximos dias 11 e 12 de Dezembro, um debate nacional sobre a segurança social em Portugal.

O Encontro de Braga inicia-se às 9 e 30 horas e procederá à análise da situação e ao levantamento dos pro-

blemas existentes na segurança social do distrito, examinará a política e o programa do Governo nesta área e as suas consequências para os trabalhadores.

Com esta iniciativa pretende ainda a União dos Sindicatos de Braga debater as propostas dos trabalhadores e suas organizações para a melhoria do sistema de segurança social, dos subsídios e de outros benefícios, bem como formas de intervenção do movimento sindical no sistema de segurança social.

No Porto estiveram em discussão — como pertamen-

te sucederá na capital minhota — as reivindicações da CGTP-IN, as dívidas à segurança social, o subsídio de doença, as tentativas de privatização.

Ao promover o debate, a União dos Sindicatos do Porto teve em linha de conta a situação actual dos trabalhadores e a necessidade de uma «actuação firme e concreta e no sentido de perspectivar o trabalho e dinamizar a acção na luta por uma melhor segurança social e maior justiça social».

Assembleia da República

# Orçamento de travagem e de aperto do cinto

Em vésperas de ter início a discussão do Orçamento Geral do Estado (depois dos pareceres das comissões especializadas permanentes e da comissão de economia, de acordo com o calendário estabelecido, o debate terá lugar no plenário entre 15 e 17 de Dezembro, prevendo-se a sua votação final global a 30 do mesmo mês) **Carlos Carvalhas** produziu hoje oito dias na Assembleia uma declaração política no decorrer da qual caracterizou algumas das linhas essenciais que perpassam aquele documento, tendo ainda na oportunidade passado em revista vários aspectos da política económica e financeira do Governo, designadamente as que se referem às exportações, défices estruturais, relações económicas externas, política de investimento e especulação bolsista.

O enorme «bolo financeiro» que o Executivo de Cavaco Silva passou a dispor a partir do segundo semestre de 1985 — um «gigantesco totoloto internacional», como lhe chamou — começou por ser a primeira questão analisada pelo deputado comunista que para o efeito equacionou a questão em termos de se saber se tal benesse foi aproveitada para modernizar o aparelho produtivo e reduzir as vulnerabilidades estruturais da economia portuguesa.

## Agravamento dos défices

Em sua opinião tal não aconteceu, como tratou de o demonstrar, recordando para o efeito o que se passa em matéria de exportações, nas quais os produtos tradicionais de «fraco valor acrescentado e com um fraco crescimento na procura mundial» (têxteis, vestuário, cortiça, etc.) acentuaram o seu peso — cerca de 55 por cento do total — o que significa que durante este tempo, disse, «não melhorou, antes pelo contrário, o padrão de especialização da economia».

Neste mesmo período, acentuaram-se também os factores determinantes dos défices estruturais (alimentar, energético e em bens de equipamento), não se atenuaram as dependências fundamentais da economia portuguesa em época de conjuntura favorável, enquanto que, simultaneamente, se mantém o «estreitamento das relações económicas externas e o agrava-

mento do défice da balança comercial».

Os números falam por si: «nos oito primeiros meses deste ano o défice comercial (375 milhões de contos) é já superior ao registado durante todo o ano de 1986. Só com a CEE o défice até Agosto é de 78 vezes mais do que o registado durante todo o ano de 1985».

Para Carlos Carvalhas o agravamento do défice traduz a «insuficiência da estrutura produtiva e, com a criação do comércio, a substituição da produção nacional pela estrangeira exercendo uma insustentável pressão a prazo sobre a balança de transacções correntes e sobre a dívida externa».

Quanto aos investimentos verificados em 86 e 87, a opinião do deputado comunista é de que, «embora positivos», eles apenas ultrapassam em ponto e meio percentuais a quebra registada no triénio 83-85 com «diminuta recorrência ao sector de produção de bens e equipamentos nacionais ou ligados ao aproveitamento dos nossos recursos», sendo ainda de registar que «muitos recursos foram desviados, da esfera produtiva para a esfera especulativa».

Depois de se deter com algum detalhe na febre bolsista, no clima especulativo e nas responsabilidades governamentais nesta matéria, Carlos Carvalhas abordou na sua intervenção algumas das características mais salientes das GOPs e do Orçamento,

documentos que classificou de «travagem e de aperto do cinto».

Fundamentando a sua afirmação, salientou no âmbito das despesas a diminuição das verbas para investimentos em hospitais e centros de saúde e o grande corte realizado nas Finanças locais enquanto que, por outro lado, está previsto um decréscimo da evolução do PIB, o regresso ao ciclo dos défices da balança de transacções correntes, o aumento da carga fiscal, o aumento real da tributação do imposto profissional e do imposto complementar, o elevadíssimo agravamento (50 por cento) de todas as taxas de imposto de selo, a tributação de bens de investimento

como os tractores e alfaias agrícolas, a passagem de electrodomésticos da taxa normal para a taxa de 30 por cento e o aumento em mais de 100 por cento da taxa do imposto de capitais que recai sobre o depósito dos emigrantes.

«Depois da derrapagem o travão. Depois de terem perdido a oportunidade, depois de terem deixado agravar as dependências e a crise estrutural do aparelho produtivo não é difícil reconhecer-se que a economia portuguesa — conclui por último Carlos Carvalhas — se encontra hoje muito mais frágil, exposta e vulnerável à recessão dos nossos principais «parcelos comerciais»».

# Apoiar os «clandestinos» para que deixem de o ser

O contacto directo e regular com os eleitores do círculo eleitoral pelo qual foram eleitos tem sido uma prática corrente dos deputados comunistas. Conhecer melhor e mais de perto os problemas e anseios das populações bem como o funcionamento das entidades e organismos que lhes dizem directamente respeito em todas as áreas da nossa vida democrática, conta-se como o principal objectivo desta prática regular que tem norteado a actividade do Grupo Parlamentar do PCP.

Há pouco mais de uma semana os deputados comunistas João Amaral e José Magalhães visitaram no concelho de Sintra dois dos chamados «bairros clandestinos» existentes na sua área municipal, mais exactamente o de Casal de Cambra e Varge Mondar. Do que lá viram e ouviram, deu conta na passada semana no plenário da Assembleia, numa intervenção no período antes da ordem do dia, o deputado João Amaral.

«Nascidos por volta dos anos 60, durante o regime fascista os chamados «bairros clandestinos» foram a única alternativa de habitação (porque as barracas não são habitação) que o poder consentia aos que,

vindos dos campos de todo o País e sem emprego no interior, acorriam à cidade, ao emprego nas novas Indústrias», começou por destacar o orador para, mais adiante, sustentar que o novo ciclo histórico iniciado com o 25 de Abril «fez-se também para devolver a esses milhares de cidadãos o direito pleno de cidadania, para lhes consagrar — na prática — os direitos sociais, culturais e ambientais que humanizam a vida».

Os esforços da autarquia na recuperação dos bairros clandestinos (e neste caso do vereador do PCP Lino Paulo), a par do empenhamento e da acção dos moradores não tiveram entretanto a mesma



José Magalhães



João Amaral

correspondência por parte do Poder Central. Marginalização e subestimação foi tudo quanto os habitantes dos referidos bairros receberam do Governo como resposta às suas reclamações e pedidos, como o demonstram a escola primária feita pela câmara em Varge Mondar que o Ministério não pôs a funcionar, os apoios financeiros que não são concedidos, o policiamento que não é concretizado, em suma, como referiu João Amaral, a «saúde, a educação, a vida colectiva, tudo a ser feito à custa dos que lá habitam e com completa indiferença do Poder Central».

Depois de referir, dirigindo-se ao hemiciclo, que «nenhum de nós pode considerar «clandestina» a vida que vivem os milhares e milhares de trabalhadores que habitam aqueles bairros», o deputado comunista salientou que construir aquelas cidades (recorde-se por exemplo que Casal de Cambra conta com mais de oito mil habitantes) «exige uma nova atitude e uma nova mentalidade por parte da administração central», exige empenhamento e apoios por forma a que os clandestinos «deixem de o ser».

## Bacia do Ave

Da bacia do Ave, seus problemas e potencialidades, se falou também, na semana finda, na Assembleia. O pretexto foi um recente seminário realizado em Guimarães, promovido pela Federação dos Têxteis, no decorrer do qual foi circunstanciadamente debati-

da a situação presente e o futuro daquela região com cerca de 700 mil habitantes e onde as indústrias têxteis e de vestuário ocupam aproximadamente 60 por cento da mão-de-obra existente.

Fazendo-se eco das principais preocupações deste sector levadas ao debate, a deputada comunista Ilda Figueiredo recordou na Assembleia a falta de «medidas de reestruturação», a exclusão «dos apoios previstos no «sistema de estímulos de base regional» às empresas têxteis e de vestuário» e a crescente concorrência do nosso mercado de produtos oriundos de outros países.

A este propósito, lembrou que alguns produtos portugueses fortemente competitivos «começam a ter concorrentes sérios no mercado comunitário vindos de países terceiros», facto que em sua opinião exige «maior firmeza negocial pela parte portuguesa e uma reestruturação e reorganização do sector têxtil e da indústria da bacía do Ave que tenha em conta as suas potencialidades».

Os gravíssimos problemas de poluição existentes na Ave mereceram igualmente a atenção da deputada comunista tendo em relação a eles advogado a urgente regulamentação da lei de bases do ambiente, nomeadamente a «publicação da lei da água e dos índices máximos de poluição que podem ser admitidos», bem como a «realização das obras de despoluição de toda a bacía hidrográfica».

# Solidariedade com Angola

A invasão militar de Angola por forças sul-africanas suscitou, faz amanhã oito dias, uma intervenção do deputado Rogério de Brito simultaneamente de protesto pela brutal agressão de que está a ser vítima o povo angolano e de denúncia pelo comportamento do Governo português que, perante tão graves acontecimentos, continua a manter um suspeito e comprometido silêncio.

Historiando os mais recentes desenvolvimentos desta agressão Rogério de Brito chamou particularmente a atenção para o facto das forças racistas estarem directa ou indirectamente comprometidas em «ataques, actos de banditismo e terrorismo» não apenas contra Angola

mas também contra outros Estados (Moçambique, Zimbábue, Zâmbia e Botswana), gerando assim um clima de desestabilização e de guerra na África Austral que pode «redundar num conflito internacional de consequências imprevisíveis».

Num momento em que An-

«As agressões militares da República sul-africana a países limítrofes, designadamente à República Popular de Angola, contrariam frontalmente esforços de paz da comunidade internacional no sentido da construção e da paz, e ameaçam transformar a África Austral numa zona de conflito generalizado»

gola recebe provas de inequívoca solidariedade proveniente de todas as latitudes — recorde-se que os Estados da Linha da Frente estudam inclusive a possibilidade de constituírem uma tropa mista

para auxiliar este país — os órgãos de soberania portugueses devem também, na opinião do deputado comunista, manifestar não apenas a sua solidariedade como o seu repúdio pela invasão e ocupação do território angolano pelas tropas do apartheid.

Nesse sentido se pronun-

ciaram, de resto, vários deputados comunistas que subcreveram um voto que fizeram chegar à Mesa da Assembleia no qual se condena a agressão sul-africana, se exige a imediata retirada das suas tro-



Rogério de Brito

pas e se reafirma o empenhamento do povo português na «consolidação e aprofundamento dos laços de amizade, cultura e cooperação entre Portugal e a República Popular de Angola».

## Assembleia da República

## Acesso ao direito Um passo na democratização da Justiça

Conjuntamente com uma proposta de lei governamental, a Assembleia da República apreciou na última semana um projecto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP no qual se garante a todos o acesso ao direito e aos tribunais.

Contendo variadíssimas e interessantes soluções, a iniciativa da bancada comunista surge como uma importante achega na democratização da Justiça, tendo a sua elaboração sido pautada por preocupações de equilíbrio e flexibilidade de molde a encontrar simultaneamente um esquema moderno e adequado às realidades nacionais.

Isso mesmo seria reconhecido pela generalidade dos deputados — o próprio CDS, pela voz de Nogueira de Brito, manifestaria o seu «reconhecimento público pelo valor técnico» e pelo «empenhamento político e parlamentar» demonstrados por esta iniciativa do PCP —, os quais não se furtaram a aplausos (excepção feita à bancada do partido do Governo) no final da intervenção do deputado comunista José Magalhães, a quem coube dar a conhecer e defender durante o debate as posições do PCP.

### Ruptura com o passado

Depois de um amplo debate envolvendo juristas e especialistas de diversos campos, iniciado justamente após a apresentação em Janeiro de 1985 de um projecto de lei do PCP sobre esta matéria, a iniciativa agora tomada veio finalmente pôr termo, de acordo com as palavras de José Magalhães, «aquilo que resta da Lei n.º 7/70 — esse velho e anquilosado sistema de assistência judiciária que o regime democrático herdou do passado», o qual se baseava em concepções que encravavam o acesso ao direito «como um favor que o Estado prestava aos pobres».

O sistema em vigor, no entender dos deputados comunistas, afigura-se com efeito como «frágil, lacunar e seguramente incompleto» — o que significa «menos justiça, menos capacidade de efectivação dos direitos, maior fosso entre a proclamação legal dos direitos e a sua efectivação» — para além de ser também um sistema «absurdo e injusto» por quanto «faz assentar todo o peso da viabilização daquilo que proclama nos ombros dos advogados que são forçados a prestar a título gratuito ou com remuneração multíssimamente problemática, um serviço que é inequivocamente de interesse público».

Depois de ter dado a conhecer as várias etapas percorridas até chegar a este novo quadro legal que «rompe com o passado» e de ter enaltecido o «larguíssimo consenso» obtido, José Magalhães dedicou parte da sua intervenção, atentamente seguida pelo hemisfério, a caracterizar o projecto do PCP e a definir alguns dos seus principais objectivos.

Situando a definição de «medidas positivas que alterem o quadro legal» como o seu objectivo fundamental, José Magalhães lembrou de seguida a «preocupação geral de articulação, de conjugação de esforços» que caracteriza o projecto apresentado pelos comunistas. Ou seja, atendendo às dificuldades existentes, a ideia de que só a conjugação de esforços de entidades privadas e do próprio Estado, que desempenhem funções de acesso ao direito em muitos níveis, pos-

sibilitará encontrar a desejada e adequada resposta para as carências actuais.

### Largos consensos

Mas se o actual sistema de assistência judiciária se aproximou de uma situação insustentável não é menos verdade que a necessidade de o substituir por um outro, «assente na convergência de esforços entre o Estado e as profissões forenses», acabou por estabelecer largos consensos, em grande parte contemplados quer no projecto de lei do PCP quer na proposta governamental, consensos esses, que José Magalhães sintetizaria naquilo a que chamou 14 «opções ou ideias básicas».

Enumerando-as, o deputado comunista citou a ruptura com o sistema de assistência judiciária, o «carácter multidisciplinar, multidimensional e plural da consulta e do apoio que está proposto»; a diversificação das «modalidades de apoio judiciário e a sua aplicação em todos os tribunais»; a «previsão de esquemas de apoio nos próprios processos de mera ordenação social»; a consagração do apoio para diligências extrajudiciais; o estabelecimento de «esquemas de tutela de interesses colectivos ou difusos e dos direitos indirectamente ameaçados de lesão»; a definição de «premissões de insuficiência económica que protegem especialmente os carenciados de alimentos e subsídios, os cidadãos de baixos rendimentos, os menores e as vítimas de acidentes de viação»; a «simplificação do processo de concessão do patrocínio»; a clara «definição da responsabilidade pública na garantia do funcionamento do esquema e no seu funcionamento»; a preocupação de «eficácia e qualidade do serviço prestado»; a abertura dos tribunais e dos serviços judiciais aos cidadãos; e, por último, a ideia de que o sistema tem um carácter evolutivo, isto é, «deve aperfeiçoar-se no devir, no caminho e no funcionamento».

Se o diploma que virá a ser aprovado dentro em breve constitui sem dúvida uma ruptura com a actual lei da assistência judiciária, importa no entanto salientar que muitas outras ideias consideradas úteis e boas não tiveram acolhimento na proposta governamental. Citando-as, José Magalhães acabou por deixar no ar algumas dúvidas quanto à viabilidade do novo sistema e quanto ao seu significativo contributo para um efectivo avanço no acesso à Justiça, deixando simultaneamente a sua preocupação pelo «agravamento que se vem registando» nesta área e pela falta de um «plano de reformas, que articule leis e meios financeiros, humanos e técnicos».

Seja como for, a partir da aprovação da lei, um importante passo será dado na defesa do acesso ao direito e na democratização da Justiça.

## PCP

## LEIRIA

## 2.ª Assembleia da Organização Regional é já no sábado

É já no próximo sábado que decorrerá na Escola Preparatória dos Marrazes a 2.ª Assembleia da Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP, culminando um intenso trabalho preparatório que englobou diversas iniciativas de debate e a concretização em vários concelhos de medidas apontadas ao fortalecimento do Partido e da sua ligação às massas. Exemplo deste esforço foi sem dúvida a 1.ª Assembleia da organização dos lugares da Ordem, Camarnal e Guarda Nova, realizada no último domingo na sede da «Ordem», na Marinha Grande, com mais de uma centena de delegados.

A realização da Assembleia dos comunistas de Leiria esteve, entretanto, em foco no decurso de uma conferência de imprensa promovida pela DORLEI na capital do distrito. No encontro com os jornalistas participaram os camaradas António Orcinha, da Comissão Política do Partido, Saul Fragata e José Inácio, ambos do Executivo da DORLEI.

Os aspectos mais importantes referidos no documento que tem sido discutido na organização, o balanço do trabalho preparatório da Assembleia e algumas in-

formações sobre o funcionamento da iniciativa (que começará às 14.30 horas) foram abordados nesta conferência de imprensa. Num breve documento que a DORLEI elaborou para os jornalistas, salienta-se a dado passo:

A DORLEI do PCP convocou a 2.ª Assembleia da Organização Regional com objectivos limitados: discutir uma nova estruturação orgânica no distrito e eleger uma nova Direcção Regional. É uma Assembleia extraordinária.

A grave situação que se

vive no distrito irá também ser discutida e serão tomadas decisões que correspondam à defesa dos interesses dos trabalhadores e das camadas laboriosas da população do nosso distrito.

A 2.ª Assembleia da ORLEI enquadra-se nas orientações traçadas pelo Comité Central no sentido do reforço orgânico do nosso Partido, particularmente no que diz respeito ao trabalho de Direcção:

- Elevar o seu nível, substituir, onde exista, a direcção individual por organismos, melhorar o trabalho colectivo tal como a responsabilidade e iniciativa individuais.

- Melhorar o trabalho de organização e fortalecer as três características principais da organização do nosso Partido (já assinaladas no nosso X Congresso): a existência de uma forte coesão, animada e intensa militância e uma organização voltada para a ligação às massas, para a sua mobilização e para a luta.

A Assembleia irá definir algumas grandes prioridades do nosso trabalho no distrito, tal como o reforço do trabalho dos comunistas nalgumas grandes empresas, nas autarquias em maioria ou com uma posição de destaque da CDU, nos sindicatos, no sector camponês e na juventude.

A proposta de resolução política da Assembleia, além de uma nota introdutória, refere-se aos seguintes pontos: a nova estrutura orgânica e a descentralização do trabalho de direcção da DORLEI, o Executivo da DORLEI, a Coordenadora Distrital de Concelhos e Frentes de Trabalho, a DORLEI, as Comissões especializadas para ajuda ao trabalho da DORLEI a manter e reforçar ou a criar, e ainda as Comissões Concelhias, as células de empresa, o recrutamento, política de quadros, enquadramento dos membros do Partido, fundos e política financeira, informação e propaganda, CT's e tarefas imediatas.

### Responder às tarefas com mais energia

## Plenário de quadros em Évora

A ideia da realização de um encontro distrital sobre a situação social e o desenvolvimento económico para o qual seriam convidados democratas e estruturas do distrito, foi abordada no recente plenário de quadros comunistas de Évora, que discutiu e estudou problemas de organização, da acção e da iniciativa política dos comunistas nesta zona alentejana.

Participaram no plenário os camaradas do Comité Central que trabalham no distrito e ainda o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar comunista na AR.

Como salienta o documento aprovado, o plenário apontou a necessidade de dinamizar uma política de unidade democrática, procurando acções conjuntas em torno de questões específicas nas empresas, nas autarquias, nas colectividades, entre democratas e forças democráticas. A reunião, que decorreu no passado dia 21, propôs ainda a realização de uma iniciativa de âmbito distrital sobre temas relacionados com a Comunicação Social.

No quadro da vida interna do PCP, o plenário sublinhou algumas questões essenciais. Por exemplo:

No trabalho de organização, o plenário apontou ser necessário sair do estilo e métodos de trabalho rotineiros, onde existam. É necessário colher o saber e experiência dos militantes, encontrar inovações, novas formas de estruturação orgânica que façam avançar a organização, respondam às exigências da situação e às tarefas do Partido.

O plenário apontou a im-

portância da descentralização do trabalho, combatendo a tendência para afunilar as tarefas nos funcionários e na C. Distrital. É uma tarefa primordial chamar novos quadros, não funcionários, à C. Distrital, às Comissões Concelhias e a outros organismos importantes do trabalho do Partido, dando-lhes novas tarefas, responsabilizando-os e ajudando-os. É necessário responder com mais energia e eficácia às tarefas do Partido.

## A morte de Ivone Silva

Desapareceu uma das mais populares figuras do teatro português. Ivone Silva, nascida em 1935, em Ferreira do Zêzere, actriz de inconfundível talento, faleceu na passada sexta-feira, no Instituto Português de Oncologia, onde se encontrava internada há duas semanas.

Juntando a sua voz à de tantos portugueses que neste momento de dor manifestaram a sua homenagem à conhecida artista, a DORLEI do PCP, o Organismo de Artes e Letras, o Sector Intelectual e a Célula do Teatro sublinham o talento de Ivone Silva, «querida militante» do nosso partido, participante «em muitas das mais importantes acções que nestes anos marcaram a luta pelos interesses populares e pela democracia».

O funeral de Ivone Silva, impressionante manifestação de pesar, que reuniu milha-

res de pessoas, realizou-se no passado sábado, da Basílica da Estrela para o cemitério do Alto de S. João, em Lisboa.

Entre as várias personalidades políticas do País presentes no último adeus a Ivone Silva contava-se o dirigente do PCP, camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Ivone Silva deixou uma prestigiada carreira artística com maior expressão no teatro de revista, tendo também o seu nome ligado a vários trabalhos noutros géneros teatrais, no cinema e na televisão.

Aos familiares de Ivone Silva, a todos os trabalhadores do teatro português, aos seus amigos e companheiros, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.



## Assembleia de bancários

Com a Banca Nacionalizada, pelos direitos dos bancários — foi sob este lema que decorreu no último sábado em Alcântara a 6.ª Assembleia da organização dos bancários comunistas de Lisboa. Temas como o

trabalho de direcção, funcionamento do partido e sua ligação aos trabalhadores e seus problemas foram discutidos nesta Assembleia, que contou com a participação do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central

PCP

## Trabalho do Partido e situação política, económica e social no Algarve

# DORAL toma posição

No Algarve está em curso uma campanha de Natal/Fim de Ano que tem como meta a recolha de 1500 contos para o PCP, informa a Direcção Regional do partido, cujo plenário reuniu no passado fim-de-semana em Faro, «a fim de apreciar alguns problemas da organização e funcionamento do PCP no Algarve». A DORAL também analisou alguns aspectos da situação política, económica e social, a que nos referiremos mais adiante.

No telex que fez chegar à nossa redacção, esta Direcção Regional chama a atenção para a campanha organizativa que decorre no distrito tendo como objectivo «elevar a capacidade de militância e a intervenção na vida política e na acção de massas da região», ao mesmo tempo que visa aumentar o número de membros do PCP no Algarve, reforçar a sua influência e intervenção nas empresas e contribuir para o prestígio e confiança dos vários movimentos unitários aí existentes.

Do breve apontamento da DORAL sobre a situação política, social e económica na região, respigámos algumas passagens mais significativas:

### • Desemprego, encerramento de empresas, ofensiva contra a pesca artesanal

É preocupante a situação que se verifica nas empresas corticeiras Torres Pinto em

Faro e Cafi em Lagos, onde paira de novo o espectro do seu encerramento.

O atraso sistemático no pagamento dos salários em várias empresas, continua a exercer-se como forma de chantagem pelo patronato sobre os trabalhadores. As condições de higiene e segurança no trabalho degradam-se nos mais variados sectores. As diversas formas de trabalho precário e clandestino proliferam impunemente. A Inspeção de Trabalho mantém-se inoperante perante os consecutivos atropelos à legalidade.

A acção do Governo de Cavaco Silva visando o desmantelamento do sistema público da Segurança Social vai colocar os trabalhadores a curto prazo, numa situação ainda mais precária e difícil, como hoje já é exemplo a nova «Lei das Baixas».

A continuar esta ofensiva, milhares de trabalhadores vão confrontar-se com a impossibilidade de acesso a subsídios de doença e a serem tratados pelos serviços públicos de Saúde.

Por outro lado, está em curso, a pretexto de medidas de

reestruturação imposta pela CEE, uma larga ofensiva contra a pesca artesanal, visando o abate da esmagadora maioria destas unidades, pesca artesanal que constitui no Algarve o sector mais importante das nossas pescas.

Temos assim que a degradação e desaparecimento de sectores industriais a que desde algum tempo se assiste no Algarve (ex: conservas e cortiças) se sucede agora uma política que, a ir por diante, pode, a curto prazo, pôr em causa milhares de postos de trabalhos e toda a riqueza por eles produzida, acentuando-se, com todos os riscos daí decorrentes, os perigos da monocultura do turismo.

### • Agricultura, turismo, autarquias

Em relação à agricultura continua a verificar-se uma acelerada venda de terrenos agrícolas, na sua grande parte a estrangeiros, para neles serem edificadas vivendas ou outro tipo de construções voltadas para a actividade turística, com todos os prejuízos que daí decorrem para o equilíbrio da vida económica da região.

No que respeita ao turismo e para além de eventuais resultados obtidos, provenientes do aumento de contingentes que continuam a afluir ao Algarve, permanecem problemas relacionados com a excessiva dependência de mercados, bem como com a qualidade dos turistas que em grande número continuamos a acolher.

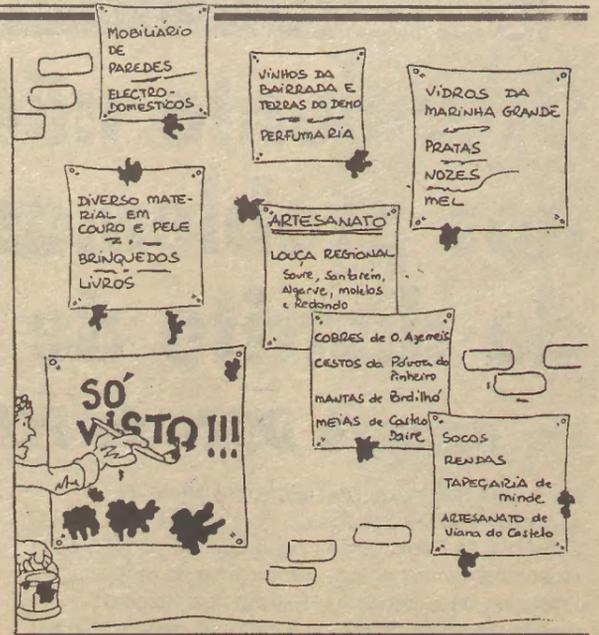
No quadro de uma região onde ainda permanecem por solucionar importantes obras de saneamento básico e outras infraestruturas, é pelo menos escandaloso que o OE apresentado pelo actual Governo à AR consagre, na prática, menos verbas para as autarquias da região. Cita-se como exemplo o facto de 9 das 16 câmaras receberem quantitativos idênticos aos que auferiram no ano em curso.

A política deste Governo, onde começa a estalar o verniz da demagogia eleitoral, apresenta-se aos olhos de uma parte da opinião pública com a sua verdadeira face.

As características de um Orçamento virado para a restrição do consumo e para a quebra do nível de vida dos portugueses, acompanhado de notícias de intenção do Governo para proceder a profundas alterações nas leis laborais, viradas para a liberalização dos despedimentos, deixam ante um quadro onde a luta e a unidade dos trabalhadores assumirá papel determinante.

A resistência que os trabalhadores de alguns sectores estão desde já a opor, permite concluir que por mais votos e deputados que tenha um Governo, tal força só por si não é suficiente para desmantelar o edifício do regime democrático.

O plenário da DORAL do PCP, solidarizando-se com a justa luta dos trabalhadores, apela ao reforço do diálogo, entendimento e cooperação do conjunto das forças democráticas, acção fundamental para defender com êxito as principais conquistas do regime democrático.



na Rua da Sofia, 73-1º - Coimbra  
Tel. 26186/26677

## Compras de Natal nas bancas dos CTs

Todos os anos por esta altura, o mesmo dilema: onde e como fazer as compras de Natal? Se o leitor quiser seguir o nosso conselho amigo, passe pelos Centros de Trabalho do PCP e deite contas à vida... Depois, seja você mesmo a tirar as conclusões. A qualidade, o preço, a variedade e a comodidade são decisivos!

No breve apontamento desta semana, os nossos destaques vão desde já para Coimbra. No conhecido CT da Rua da Sofia lá encontrará uma completa banca de Natal com produtos das mais variadas regiões do País. Da cidade dos estudantes viajemos até à capital. Lisboa tem várias bancas nos CTs do Partido. A começar, naturalmente, pelo Vitória, «ali» bem no coração da cidade, e para qual desde já prometemos uma visita pormenorizada ainda esta semana. A 6.ª zona da Organização Local de Lisboa montou a sua banca na Rua Comandante Fontoura da Costa, lote 39, loja H, junto ao antigo cinema do Lumiar. Aberta no passado dia 21, vai manter-se em funcionamento até ao próximo dia 31 de Dezembro, com o seguinte horário: dias úteis — das 19 às 24 horas; sábados — das 9.30 às 13.00 e das 15 às 19.00 h; domingos — das 15 às 19. Esta banca é ainda animada por um programa cultural, às sextas-feiras, com sessões de autógrafos e convívios com escritores e jornalistas (amanhã, João Paulo Guerra; dia 4 — José Goulão; dia 11 — Mário Castrim). Estes os confirmados.

Lá para as terras do Norte também encontramos diversas bancas de Natal. Por agora registemos as de Viana do Castelo (o «mercadinho de Natal» no novo CT, com preços sempre mais baixos) e de Felgueiras, no distrito do Porto, a funcionar até 27 de Dezembro, com o seguinte horário: de 2.ª a 6.ª — das 21 às 24 h; sábados — das 10 às 24 h; e domingos — das 14.30 às 18.30 h.

Brevemente também daremos conta das festas de fim-de-ano que as organizações do PCP já começaram a preparar.

## Montijo

### «O Rumo», uma voz em defesa dos trabalhadores

A ofensiva do Governo do PSD e do patronato contra os direitos e interesses dos trabalhadores é um dos aspectos abordados do novo boletim informativo que o Sector das Empresas de Montijo, da organização concelhia do PCP, começou agora a editar.

Segundo «O Rumo» — assim se chama o boletim —, destaca-se neste contexto a empresa Codifex onde mais de cem trabalhadores, na esmagadora maioria mulheres, estão há mais de três anos sob o regime de contratados a prazo quando, segundo a lei, deveriam passar a efectivos.

«O Rumo» saúda ainda os trabalhadores das Moagens Isidoro, «pela sua acção de solidariedade para com um seu camarada dirigente sindical, visado por um inquérito, por não aceitar o desrespeito às suas funções, tal como está no contrato de trabalho» e, do mesmo modo, congratula-se com o reforço do movimento sindical unitário traduzido pela recente eleição de delegados sindicais nas empresas de cortiça Mundet/Montijo, Infal e cerâmica Prémolde.



## Porto: conferências e cursos de quadros

«O mercado de capitais, a Bolsa e o mito do «Capitalismo Popular» é o tema escolhido para a conferência/debate, orientada pelo camarada Carlos Gomes, economista e director bancário, que se realizará no dia 30 de Novembro, a partir das 21.30h, no Centro de Trabalho da Boavista, no Porto.

A necessidade de desenvolver a luta ideológica e o aprofundamento do debate de aspectos essenciais e actuais da realidade nacional, condição indispensável para uma intervenção ainda mais activa do Partido na luta pela resolução dos

problemas do país, estão na base da realização deste tipo de iniciativas que a DORP tem vindo a promover mensalmente.

Entretanto, no âmbito da actividade dos cursos de formação de quadros, estão abertas inscrições para o próximo curso, em S. Pedro da Cova.

As sessões, previstas para os dias 4 e 11 de Dezembro, às 21.30h, e para 5 e 12 do mesmo mês, mas às 14.30h, realizam-se no Centro de Trabalho de S. Pedro da Cova.

## Venda de habitações no M.º dos Judeus/Miragaia Dupla injustiça — comenta o CL do Porto do PCP

Em comunicado recente do Comité Local do Partido, os comunistas portugueses chamam a atenção para a «dupla gravidade» da decisão do PSD, CDS e PS, tomada na Assembleia Municipal do Porto, para venda de onze habitações municipais do conjunto do Monte dos Judeus/Cidral de Baixo, em Miragaia.

E justificam: «Em primeiro lugar porque condena 11 famílias, inquilinas da própria Câmara, sem recursos para adquirirem

casa própria, a viverem (ou morrerem) em casas em situação de perigo iminente de derrocada, tal como está comprovado pelos próprios serviços da Câmara.

«Em segundo lugar, porque mostra com clareza que por vontade do PSD, do CDS e do PS nunca nenhum morador sem recursos financeiros terá uma casa digna para viver, onde pague uma renda compatível com os rendimentos do seu agregado familiar.»

Noutra passagem acrescenta o CLP:

«A maioria da Câmara e da Assembleia Municipal do Porto cometeram uma grave injustiça social ao decidirem alienar património habitacional municipal, quando há tão graves carências de habitação a nível de famílias sem recursos financeiros e quando simultaneamente não faltam casas no sector privado para vender na cidade aos habitantes com recursos ou com condições para recorrerem ao crédito.

«A entrega em regime de renda social das casas do Monte dos Judeus/Cidral de Baixo aos moradores mais carenciados que habitam em prédios da Câmara em estado de ruína, como constava da proposta apresentada pela Junta de Freguesia de Miragaia, era não só um acto de inequívoca justiça, como iria permitir à Câmara Municipal do Porto recuperar outras casas degradadas do seu património, que passariam a ficar livres, e assim sucessivamente.»

## Poder Local

# Orçamento não dá resposta aos problemas do distrito de Lisboa

— acusa a DORL do PCP

No quadro de uma activa defesa dos interesses e aspirações do povo do distrito de Lisboa, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP (DORL) deu recentemente a conhecer um conjunto de propostas tendentes não apenas à resolução dos principais problemas existentes como à definição de uma clara política de desenvolvimento e progresso para o distrito e para a região.

Apresentadas no decorrer de uma conferência de imprensa a que estiveram presentes Aurélio Santos e Euclides Pereira, da DORL, os deputados Jerónimo de Sousa, Carlos Carvalhas, Rogério Moreira e Jorge Lemos, todos eleitos pelo círculo da capital, Severiano Falcão, presidente da Câmara de Loures e Rego Mendes, vereador na Câmara de Lisboa, as propostas elaboradas pelo PCP resultam de um aturado e continuado trabalho de contactos e reuniões incidindo praticamente em todos os sectores, designadamente nos domínios da saúde, habitação, educação e ambiente e nas áreas da cultura, dos transportes e rede viária.

Mas se a política do Governo e os seus instrumentos orçamentais para o ano em curso, apenas contribuiu para «adiar» e, em muitos casos, «agravar os principais problemas» a verdade é que

as perspectivas para o ano que vem não são muito animadoras, constatando-se que quer o Orçamento quer as Grandes Opções do Plano estão longe de «corresponderem às necessidades».

Com efeito, de acordo com a opinião expressa na conferência de imprensa, «não dão resposta global e planeada aos principais problemas, adiam a solução das mais importantes carências que afectam a população, comprometem o desenvolvimento da região».

Vejamos, pois algumas das propostas que os deputados comunistas eleitos pelo Círculo de Lisboa em conjugação com as organizações do PCP procurarão defender no processo de debate do Orçamento do Estado já iniciado nas comissões especializadas na Assembleia e que o Plenário analisará a partir do próximo dia 15 de Dezembro:

## CML: as propostas comunistas

Em recente reunião da Câmara Municipal de Lisboa, os vereadores do PCP apresentaram um conjunto de propostas e orientações definidoras de uma política de intervenção global para a área geográfica do município, com a finalidade de «desbloquear a situação de apatia e menosprezo reveladas pelo silêncio do presidente e dos vereadores com responsabilidade directa na apresentação do Plano de Actividades e do Orçamento para 1988», segundo uma nota da vereação comunista na CML.

São as seguintes, as propostas do PCP, apresentadas como «referencial-base de grandes opções»:

— Acréscimo de 70 por cento em relação aos valores orçados em 1987, dos valores a transferir para as Freguesias;

— Orçamentação de um investimento inicial de cerca de 150 000 contos num parque de máquinas para a realização de pequenas obras por administração directa;

— Investimentos na ordem de 300 000 a 400 000 contos na renovação das frotas;

— Reforço do investimento de 30 a 40 por cento para obras em edifícios municipais, privilegiando os mais degradados;

— Aumento de 30 por cento nas verbas a disponibilizar para obras em Centros

de Dia, balneários, creches, jardins de infância e escolas primárias;

— Variação positiva de cerca de 30 por cento para espaços verdes e iluminação pública;

— Aquisição de 2 espaços culturais para utilização do Município e das Freguesias da cidade, sendo um deles o cinema Europa;

— Reforço de 40 por cento para intervenção na área desportiva tendo em vista, designadamente, a recuperação de recintos polidesportivos, construção de piscinas e tanques de aprendizagem de natação, construção de pistas de atletismo;

— Aumento de 25 por cento para a construção e reparação de mercados municipais e infra-estruturação de feiras e mercados descobertos;

— Variação positiva de cerca de 40 por cento nas verbas destinadas à manutenção, recuperação e renovação de arruamentos e eixos viários, designadamente nas áreas de maior tráfego.

## Matosinhos: não aos aumentos da luz

«A vida acabou por demonstrar que a razão estava ao lado dos comunistas e dos eleitos pertencentes à CDU, quando em Matosinhos se opuseram sozinhos à integração dos serviços municipalizados na EDP, sem que fossem salvaguardados os interesses dos munícipes, quando defenderam que Matosinhos se mantivesse na luta contra o aumento brutal das tarifas ao lado dos outros Concelhos do Grande Porto», afirma a Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP em comunicado divulgado no início de Novembro, logo após o anúncio de que a CMP e a EDP irão assinar um protocolo que prevê um prolongamento por cerca de 10 anos do período em que a população da cidade do Porto irá pagar ainda a luz abaixo da tarifa nacional, conforme o maior ou menor consumo de energia eléctrica.

## Saúde

• Reforço substancial das verbas destinadas à construção dos dois novos Hospitais Distritais em Loures e Amadora, à construção de novos Centros de Saúde e respectivas extensões, à ampliação de hospitais distritais existentes e à recuperação e adaptação de hospitais concelhios a Centros de Saúde, de forma a minorar as carências existentes, bem como outras medidas que se enquadrem no mais fácil acesso das populações aos cuidados de saúde.

## Habitação

• Garantir as verbas necessárias ao processo de renovação urbana dos bairros populares da cidade de Lisboa, apoio financeiro à reconversão e recuperação de bairros clandestinos, para além de outras medidas legislativas de apoio à habitação social e cooperativa.

## Ensino

• Construção de novas escolas preparatórias e secundárias nas zonas de maior população escolar e de iminente situação de ruptura tendo, designadamente, em consideração as novas exigências decorrentes do alargamento da escolaridade obrigatória para 9 anos.

• A melhoria das acessibilidades no distrito, designadamente ao nível dos acessos pelo Norte à cidade de Lisboa e à circulação entre concelhos periféricos.

• Prioridade ao reforço de verbas e às acções destinadas à construção das circulares externa e interna a Lisboa (CREL e CRIL) preteridas na ordem de prioridades pela Resolução 14/87 e pela proposta de orçamento da responsabilidade do Governo PSD.

## Transportes

• Vencer os atrasos verificados nas obras em curso do Saneamento da Costa do Estoril (interceptor, emissário submarino e obras a montante) bem como a despoluição de rios e ribeiras do distrito com particular atenção à Baía do Trancão.

• Vencer os atrasos verificados nas obras em curso do Saneamento da Costa do Estoril (interceptor, emissário submarino e obras a montante) bem como a despoluição de rios e ribeiras do distrito com particular atenção à Baía do Trancão.

## Ambiente

• Vencer os atrasos verificados nas obras em curso do Saneamento da Costa do Estoril (interceptor, emissário submarino e obras a montante) bem como a despoluição de rios e ribeiras do distrito com particular atenção à Baía do Trancão.

pressão sobre o Governo, porque entregou os serviços municipalizados e aceitou o aumento brutal das tarifas sem qualquer luta, e pior, em oposição à própria luta dos moradores do Concelho e da Região do Porto»...

Apesar desta situação desfavorável, e de não ser já possível recuperar o prejuízo de se ter pago mais de uma centena de contos pela luz em comparação com os consumidores do Porto, no período de apenas cinco anos (num estudo apresentado pela Comissão Concelhia de Matosinhos, em que se compara dois consumidores — um da Biquinha-Matosinhos — e outro, a 200 metros, morador no Bairro de Aldoar-Porto) a Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP apela ao povo do Concelho para que continue a luta contra o actual preço das tarifas de energia eléctrica no concelho «para que se reclame do Governo a aplicação em Matosinhos do protocolo acordado entre a EDP e a Câmara do Porto».



## Praça da Liberdade

### Uma triste e macabra história

A morte de um estimado e prestigiado Velhinho («morte» que não é morte porque o Velhinho ainda respira embora lhe tenham passado uma certidão de óbito — anunciada — há já 4 anos)...

Aos Pés do Morto (que ainda respira, como vimos anteriormente) estão os dois herdeiros. Um com as costas quentes pelos Médicos Legistas (os tais da certidão de óbito anunciada). Outro triste porque vê na morte do pai o fim do sonho em que sempre acreditou.

Diz o herdeiro das costas quentes, com o sobrolho franzido e a voz alteada:

Da herança do pai eu vou levar o que quiser e tu ficas com o que me apetece!

Cruzes, credo! Uma história assim é capaz de levar à loucura as beatas de Asa Branca e fazer cair, novamente, o nariz da estátua de Roque Santeiro, pensa o narrador arrepiado (...)

Não! Esta coluna não foi tirada de um qualquer jornal incrível. É, metaforicamente, a triste história que anda a ensombrar as comemorações do 70.º aniversário do Conservatório de Música do Porto.

De facto em Julho de 1983 o Governo «AD» (na altura só em funções de gestão após a derrota nas eleições de Abril desse ano) deu à luz um Decreto-Lei (310/83) que visava «estruturar o ensino das várias artes» nas quais se incluía, naturalmente, a música.

Este decreto, a dado passo diz o seguinte: «são criadas a Escola Superior de Música do Porto e a Escola de Música que sucedem, para todos os efeitos legais e contratuais, ao Conservatório de Música do Porto, o qual se considera extinto a partir de data a fixar por portaria do ME».

Por este artigo o leitor vai começando a perceber a metáfora inicial. O Conservatório é o «prestigiado velhinho» — que ainda não morreu porque a tal portaria não foi publicada — e os dois herdeiros são as duas escolas que lhe sucedem.

O filho mau da fita é, no caso, a Escola Superior de Música. Para esta escola o tal decreto previa:

«os encargos decorrentes da aplicação do presente diploma relativos às novas escolas superiores serão suportados pelas dotações do Ministério da Educação destinadas aos novos estabelecimentos de ensino superior politécnico».

Não obstante isto, a Escola Superior de Música exigiu que o Conservatório/Escola de Música (que conta com 900 alunos) lhe entregasse a grande maioria dos instrumentos (pianos, trompas), valiosíssimo equipamento bibliográfico e discográfico e a quase totalidade do material administrativo. Era, evidentemente, a divisão prepotente da herança.

Quem não esteve pelos ajustes foi a população do Conservatório que, unida, não permitiu a consumação do triste facto.

E, para isso, contou (e conta) com a preciosa colaboração da CMP e Assembleia Municipal.

De facto, a Assembleia Municipal debruçou-se detalhadamente sobre o assunto, solidarizou-se com o Conservatório e considerou inaceitável a criação de qualquer escola à custa do Conservatório de Música do Porto.

Para esta posição, que mereceu a unanimidade dos deputados municipais, concorreram três importantes factores:

• o facto de o Conservatório ter sido fundado, em 1917, pela Câmara Municipal do Porto;

• o facto de, durante 70 anos, o Conservatório ter dado muitos e bons artistas à cidade e ao País, constituindo, assim, um património da cidade (foi, inclusive, berço da actual Orquestra Sinfónica do Porto);

• o facto de o Conservatório ser o fiel depositário de preciosos legados à CMP.

Ao tomar esta posição a Assembleia Municipal deu mais força à luta da população do Conservatório. Simultaneamente deu mais força ao Poder Local democrático, prestigiando-o, e contribuiu para o desenvolvimento da música em Portugal.

Aguardamos os próximos folhetins.

■ R. S.

## revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

TABELA DE ASSINATURA

(12 NÚMEROS)

DA REVISTA INTERNACIONAL

Continente	Regiões Autónomas	Europa	Extra Europa	Países Expressão Portuguesa
550\$00	800\$00	1800\$00	2800\$00	2300\$00

Nacional

## «Perestroika» de Mikhail Gorbatchov editado em Portugal

A introdução ao livro de Mikhail Gorbatchov «Perestroika — Anos de transformação e de esperança para a URSS e para o mundo» situa com toda a clareza os objectivos e características de um trabalho que, significativamente, se transformou num best seller em todo o mundo, incluindo Portugal: «Ao escrever este livro — afirma logo nas primeiras linhas o secretário-geral do PCUS — foi meu desejo dirigir-me directamente aos povos da URSS, dos Estados Unidos, na verdade, aos de todos os países».

E, pouco adiante, acrescenta: «Perestroika não é uma obra científica ou um panfleto propagandístico, ainda que as perspectivas, conclusões e abordagens que o leitor nela observará sejam naturalmente baseadas em valores precisos e em premissas teóricas. Constitui, antes de mais, uma recolha de pensamentos e reflexões sobre a perestroika, os problemas que enfrentamos, a amplitude das mudanças, assim como sobre a complexidade, responsabilidade e singularidade do nosso tempo. Evitei propositalmente encher o livro de factos, números e pormenores. É um livro sobre os nossos planos e sobre os caminhos para os concretizar. Mas é, acima de tudo, repito-o, um convite ao diálogo».

A leitura das quase trezentas páginas do livro revela, na verdade, esta clara preocupação: dialogar. A própria escrita assume características coloquiais, um informalismo que quase sugere frequentemente a sensação de se estar a ler a transcrição de um diálogo falado, o relato de uma conversa de viva voz, olhos nos olhos, frente a frente.

Desta oralidade ressalta com toda a vivacidade um empenhamento, um entusiasmo, uma tensão de inteligência e sentimentos. Transparece uma profunda convicção do autor naquilo sobre que fala. Por detrás das palavras há um homem que fala apaixonadamente de um projecto e da sua concretização, nas palavras surgem não só as ideias, mas também coração, trabalho, esforço, empenhamento. Num adjectivo aqui, num advérbio acolá, na frase que se repete para dar outra vertente da ideia, quase desaparece o gesto que sublinha a frase falada, o olhar que interroga sobre a compreensão.

Assim, é logo na forma que se sente uma realidade: este livro trata da Revolução. E dela fala um revolucionário. Da Revolução, daquela que entusiasma, galvaniza, arrasta, vive todos os dias, rasga alegrias nas dificuldades e expectativas nas vitórias.

Frequentemente redigido na primeira pessoa, «Perestroika» não é um monólogo ensimesmado. Este entusiasmo revolucionário que transparece das suas páginas só é possível porque por detrás de cada ideia, de cada facto, de cada dificuldade ou de cada proposta se sente o pulsar da vida e das gentes.

Depois, há naturalmente um mundo imenso de propostas a ler, escutar, estudar. Gorbatchov diz muitas vezes: não temos todas as certezas. Por vezes, acrescenta, nem respostas temos. Mas as certezas não se fazem apenas de respostas: exigem sempre o primeiro passo — as perguntas.

Página a página vão-se desafiando os tópicos essenciais da perestroika, o que está na sua origem, o que se pretende e procura com cada medida. Encarar o bem-estar da população não apenas como um elemento supletivo, uma consequência do desenvolvimento económico, mas antes como um motor mesmo desse desenvolvimento; assegurar a participação dos trabalhadores na gestão, tornar próxima e concreta a posse colectiva dos meios de produção, fazer cada um sentir-se proprietário e responsável do seu trabalho; assim assegurar produtividade, economia, racionalização.

Ter em conta activamente o desenvolvimento científico. Acelerar decididamente a integração na produção dos progressos científicos. Aprofundar a complementaridade e interdisciplinaridade da investigação científica, de toda a produção intelectual.

No campo social e político, promover a efectiva participação dos cidadãos na vida colectiva. Dinamizar sovietes, sindicatos, organizações de massas, o Partido.

No campo internacional, a proposta de um conceito novo: a complementaridade e a globalidade do planeta e da Humanidade. Se na era nuclear a Humanidade pode perecer toda, independentemente de países, sistemas, fronteiras ou interesses, então o esconjurar desse perigo é tarefa de todos, sem excepções.

Mas, além disso, colocam-se hoje à Humanidade problemas de particular dimensão: a defesa do meio ambiente, o problema das matérias-primas, os impasses que começam a afirmar-se pela manutenção de relações económicas caducas.

O secretário-geral do PCUS sublinha a proposta da URSS para salvaguarda da paz, mas também para o caminho de resolução de problemas prementes do mundo contemporâneo: desarmamento para o desenvolvimento.

Nas últimas páginas de «Perestroika», o relato pormenorizado dos passos dados pela URSS no sentido de desanuviamento, as suas sucessivas propostas.

Livro polémico, este «Perestroika»? O próprio autor é o primeiro a assumi-lo: «Estamos longe de considerar que a nossa abordagem é a única correcta». Ainda palavras suas: «o que se fez e se está a fazer não é, como já afirmei, para atrair a imaginação, nem para «angariar afectos», nem para receber aplausos. Sentimo-nos motivados pelas ideias da Revolução de Outubro de 1917, pelas ideias de Lênine, pelos interesses do povo soviético (...) Estou plenamente convicto de que o livro não terminou ainda, nem nunca terminará. Será completado por actos, acções práticas destinadas a atingir os objectivos que com toda a franqueza tentei descrever nestas páginas».

## Homenagem a Óscar Lopes

Óscar Lopes foi homenageado no sábado passado, no Porto. O ponto de encontro foi a nave central do Palácio de Cristal, à hora de almoço, e houve confraternização, emocionada, de cerca de meio milhar de pessoas, vindas de várias regiões do País, às quais se associaram muitas outras, quer apoiando esta homenagem, quer através do envio de mensagens pessoais e colectivas.

Foi o primeiro acto público de uma Homenagem Nacional, fruto da vontade e da iniciativa de centenas de personalidades das artes e das letras, das ciências, da vida social e política, que, perfilhando ou não das convicções políticas e ideológicas de Óscar Lopes, como salientou, em nome da Comissão Promotora, Isabel Pires de Lima, professora da Faculdade de Letras do Porto, procuraram deste modo demonstrar a amizade, o companheirismo, a admiração, o reconhecimento a um homem «a um tempo políedrico e simples», «um homem cuja intervenção abrange campos tão vários que vão do ensino à luta pela paz, do ensaísmo literário à animação cultural, da investigação linguística de vanguarda à militância partidária, um homem que, na sua excepcionalidade consegue ser também igual ao homem da rua na sua pronta acessibilidade e facilidade de trato».

O mestre, o educador, o ensaísta, o crítico, o cidadão, o democrata, o amigo e camarada de todos os dias, passaram nas palavras dos vários oradores que transmitiram o seu apreço pela obra

e pela vida intensa e coerentemente vivida de Óscar Lopes. Óscar Lopes um homem de diálogo, que como diálogo entendeu a homenagem que agora lhe foi prestada.

«Esta festa, ou, se me permitem, esta confraternização, e ainda outras que a precederam, ficam tão acima das expectativas pessoais, que o que vale, para salvaguarda do meu equilíbrio psíquico e moral, é a convicção profunda de que eu, como qualquer destes fascinantes seres humanos capazes de dizer eu e tu — eu, o eu distributivo de cada um de nós, eu não passo, afinal, de um

nó activo de relações entre pessoas». Foram estas as primeiras palavras de um diálogo estabelecido, mais uma vez, por Óscar Lopes, ao tomar a palavra quase no fim da iniciativa. Um diálogo sobre o fascínio da linguística, sobre a profissão de professor, da aula como «espaço de convivência», de «um exemplo flagrante de má concepção pedagógica» o facto de o terem impedido, durante cerca de 20 anos, de ensinar Filosofia, História e Literatura, «porque eu nunca seria menos perigosamente democrata e marxista a ensinar, simplesmente, Grego, Latim ou Português a crian-



ças de 11 ou 12 anos, numa conexão inédita com o ensino da Matemática».

Um diálogo em que falou pouco de si próprio, mas apenas da sua conexão com os outros, antes e depois do 25 de Abril, como educador e como cidadão.

O Secretariado do CC do PCP e Álvaro Cunhal enviaram a Óscar Lopes, por ocasião da homenagem nacional que lhe foi prestada, as seguintes saudações:

Querido camarada Óscar Lopes

Associando-nos à justíssima e oportuna Homenagem Nacional que te é prestada, enviamos-te calorosas saudações que pretendem testemunhar o grande apreço que todo o Partido dedica à tua acção e à tua obra que integram legitimamente o valioso património tanto da luta democrática como da cultura nacional.

Saudamos e prestamos homenagem à tua vida marcada por uma exemplar coerência cívica, política e ideológica, por uma activa e corajosa participação na resistência antifascista, por um constante e inabalável empenho na construção do regime democrático saído da revolução de Abril, por uma intervenção dedicada na luta pela sua defesa e consolidação.

Saudamos e prestamos homenagem ao teu exemplo de exigência, rigor, probidade e espírito criador no plano científico e académico e à tua destacada contribuição para a afirmação renovada da cultura nacional

com uma influência duradoura e marcante sobre gerações de participantes activos da vida cultural do País.

Saudamos e prestamos homenagem ao teu compromisso de sempre com as mais profundas aspirações e esperanças do nosso povo e com os grandes valores e ideais humanistas da liberdade, da democracia, do progresso social e do socialismo.

Fraternalmente

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Querido camarada Óscar Lopes

Participando na justa homenagem envio saudações fraternais ao educador, ao ensaísta, ao crítico, ao democrata, ao cidadão, e ao camarada que, pelo seu trabalho e atitude na vida, honra os intelectuais portugueses e honra os ideais comunistas que abraçou.

Álvaro Cunhal

## MDM homenageia Maria Alda Nogueira

O Movimento Democrático das Mulheres decidiu entregar a Distinção de Honra de 1987 a Maria Alda Nogueira, mulher com um longo passado antifascista, militante e dirigente do PCP e grande lutadora pelos direitos das mulheres. O acto de homenagem decorrerá no dia 29 de Novembro, pelas 15 horas, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Esta Distinção foi instituída pelo Conselho Nacional do MDM em 1981, a ser atribuída anualmente a «qualquer indivíduo ou colectivo cuja acção a nível nacional se destaque em defesa dos direitos das mulheres ou seja símbolo da luta emancipadora das mulheres em Portugal». O MDM entregou a Distinção em 1982 a Maria Lamas, 1983 a Virgínia Moura, 1984 às trabalhadoras da fábrica Lundberg, 1985 a Rosa Mota e em 1986 a Elina Guimarães.

A festa de homenagem conta, entre outras actividades, com música, dança, teatro e uma exposição fotográfica e documental que ilustrará

a vida de Maria Alda Nogueira e a luta das mulheres portuguesas antes e depois do 25 de Abril.

Participarão nesta iniciativa o maestro António Vitorino de Almeida, Carlos Alberto Moniz, Fernanda Lapa, Maria do

Céu Guerra, Maria Guinot, Olga Pratts, as bailarinas Isabel Fernandes, Kimberley Ribeiro e Josefina Holmes, da Companhia Nacional de Bailado do Teatro Nacional de S. Carlos, no bailado «As Três Irmãs» de Tchekov, e a apre-

sentadora Fátima Medina.

O espectáculo terá assistência de coordenação de João Miranda, cenografia de Fernando Filipe e luminotecnica de Luís de Almeida, com guião da jornalista Helena Neves.

## A biografia de uma lutadora

Maria Alda Nogueira — uma vida repleta de acontecimentos enaltecadores de mulher antifascista, democrata, comunista.

De 1942 a 1944 participou nas lutas estudantis da Universidade. Leccionou pela primeira vez no Colégio de Olhão e pela última na Escola Alfredo da Silva no Barreiro. Licenciou-se em Físico-Químicas pela Universidade de Lisboa em 1945. Entrou como activista da Associação Feminina para a Paz a partir de 1942. Juntamente com Maria Lamas participou no

Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas de 1945 até 1947, data em que a Pide encerrou esta organização.

Foi obrigada a passar à clandestinidade em 1949, e aí permaneceu durante dez anos. Presa em 1959, foi a primeira mulher condenada a oito anos de prisão maior e medidas de segurança e é a que tem mais anos seguidos numa única prisão — nove anos e três meses.

Membro do Comité Central do PCP, foi deputada à Assembleia da República desde 1975 até 1987. Foi

presidente da Comissão Parlamentar da Condição Feminina na terceira Legislatura (de 1983 a 1985). Foi membro do Conselho Directivo da União Interparlamentar da Assembleia da República de 1979 a 1981.

Escreveu dois livros para crianças.

É membro do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres.

É esta mulher, a nossa camarada Maria Alda Nogueira, que receberá no dia 29 a Distinção de Honra do MDM de 1987.

## Internacional

# Bangladesh

## Greves gerais contra a ditadura

Sucessivas greves gerais estão a paralisar o Bangladesh, num movimento nacional contra o regime ditatorial de Hossain Ershad, sem que a acção repressiva da polícia de choque lhes consiga pôr cobro, não obstante o elevado número de vítimas que já provocou.

A semana iniciou-se com a convocação de nova greve geral pela demissão de Ershad, tornando claro que os confrontos de domingo entre manifestantes e forças policiais, de que resultaram pelo menos 175 feridos e meia centena de detenções, ao invés de fazer desmobilizar a oposição está a radicalizar posições. A luta contra a repressão, pela libertação dos presos políticos e pela democratização do país está a atingir tais proporções que o próprio presidente Ershad se viu forçado, a semana passada, numa tentativa para recuperar o seu espaço de manobra, a propor a realização de eleições antecipadas caso terminassem os protestos. A

proposta foi recusada, dado que no Bangladesh ninguém acredita na possibilidade de verdadeiras eleições livres sem a demissão do ditador e a formação de um governo de gestão isento.

A desconfiança subjacente àquela recusa é por demais justificada. Recorde-se que Hossain Ershad chegou ao poder em Março de 1982, quando era chefe do Estado Maior das Forças Armadas do Bangladesh, através de um golpe de Estado, mantendo-se desde então no poder como «administrador» da lei marcial. O facto de ter deixado de usar a sua farda de general há algum tempo não tornou o governo menos militar nem menos autoritário.

Recuando um pouco, lembremos que em Março de 1985 o general Ershad anulou a realização das eleições gerais previstas para Abril, substituindo-as por um referendo cujo objectivo era a «legitimação» da sua permanência no poder. Ao mesmo tempo, sintomaticamente, proibiu toda a actividade política, encerrou por tempo indeterminado as seis universidades onde a Comissão Central de Acção Estudantil vinha organizando protestos exigindo o fim do regime militar, institucionalizou a repressão. Como era de esperar, o referendo (de 21 de Março) deu a Ershad 95 por cento dos votos; a unanimidade com que os 22 principais partidos da oposição denunciaram a fraude eleitoral não impediu o general de se manter no poder.

Até agora. O desencadear do movimento «hartal» — paralisação de toda a actividade — tomou conta rapidamente

não só da capital, Dacca, como das principais cidades do país. Iniciado em 10 de Novembro, provocou já sangrentos confrontos (pelo menos duas dezenas de mortos e centenas de feridos) que ameaçam agravar-se. Enquanto as forças repressivas recebem do presidente ordem para disparar a matar sobre quaisquer manifestantes, a oposição reafirma a disposição de prosseguir a luta até à demissão de Ershad, para o que conta com o apoio das mais diversas organizações sindicais, juvenis e estudantis do Bangladesh.

Os dezasseis mil homens armados (dos quais seis mil de forças de choque) que têm garantido a sobrevivência das «instituições democráticas», como diz Ershad, ou seja, o poder absoluto baseado na lei marcial, revelam-se manifestamente incapazes de evitar a explosão do «povo em cólera» segundo a oposição.

Neste país de mais de 94 milhões de habitantes (em 1983), que é um dos mais pobres do planeta, as convulsões políticas tornaram-se, a partir de meados de 1975, relativamente comuns e particularmente sangrentas. Mesmo agora, o ditador não está apenas cercado pela oposição que deseja o regresso à democracia liquidada em 1975 após uma experiência de três anos em que os principais elementos da política nacional foram o socialismo, a democracia e o laicismo. Também entre os militares se agitam candidatos a «futuros salvadores do país», entre os que consideram que Ershad se tornou demasiado «mole».

O que leva os partidos da oposição, por seu turno, a apertar cada vez mais o cerco ao ditador, mobilizando sem tréguas a luta de massas, na exigência comum de formação de um novo governo, restauração das liberdades democráticas e realização de eleições livres.

De registar que os EUA, que sempre reconheceram os regimes golpistas que se sucederam desde 1975, têm mantido sobre a actual situação no Bangladesh um particular silêncio.

### Renamo volta a atacar

Os terroristas da Renamo mataram seis pessoas e feriram outras seis, quatro delas com gravidade, ao assaltarem um comboio de mercadorias descarrilhado pela explosão de uma mina na linha de Komatiport-Maputo, na passada sexta-feira.

Segundo a agência de informação moçambicana (AIM), o criminoso ataque ocorreu durante a manhã, ao quilómetro 43 da referida linha, que liga Maputo à África do Sul.

Entretanto, as autoridades moçambicanas denunciaram a violação do espaço aéreo de Moçambique por dois aviões sul-africanos, na região de Matsequenha, no sul do país. Já no passado dia 14 tinha ocorrido um incidente semelhante, na Ponta do Ouro, também no sul do país, o que confirma o desrespeito sul-africano pelo acordo de N'Komati.

### Trégua em El Salvador

A rádio «Venceremos», voz oficial da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional de El Salvador, anunciou no passado domingo a decisão da organização guerrilheira de cumprir uma trégua unilateral até final do mês em San Salvador, e até terça-feira, a nível nacional. De acordo com o comunicado divulgado, dois guerrilheiros «somente responderão se forem atacados».

Entretanto, na segunda-feira, regressou ao país o presidente da Frente Democrática Revolucionária, Manuel Ungo, a exemplo do que fizera sábado o vice-presidente da FDR, Ruben Zamora. Ambos se encontram há vários anos no exílio, inserindo-se o seu regresso no âmbito dos acordos de paz de Guatemala.

### Amnistia na Nicarágua

Também na sequência dos acordos de paz para a América Central foram libertadas, na Nicarágua, cerca de mil pessoas, incluindo perto de duas centenas de ex-guardas somozistas acusados de actividades subversivas. Segundo o presidente nicaraguense, Daniel Ortega, trata-se de um gesto de boa-vontade do governo; a amnistia não abrangerá, contudo, os dois mil somozistas presos por assassinato de civis.

Enquanto prosseguem as iniciativas para levar à prática o acordo assinado em 7 de Agosto último em Esquipulas, na Guatemala, a administração Reagan continua a recusar-se a reatar o diálogo com a Nicarágua, condição considerada essencial pelos sandinistas, já que a actividade dos «contras» é dirigida e controlada por Washington. Isso mesmo foi uma vez mais confirmado pela revista «Newsweek», em recente artigo que revela que a CIA controla cem por cento das «operações militares e políticas» dos «contras». De acordo com o semanário, Washington trata «os combatentes pela liberdade» (como Reagan diz) sem a mínima cerimónia; assim, por exemplo, a CIA «proibiu que Adolfo Calero, um dos líderes dos «contras», fosse fotografado em Miami ao lado do cardeal Miguel Obando y Bravo», aceite pelo governo nicaraguense como mediador nos contactos com a oposição. Mesmo a resposta à recente proposta de cessar-fogo feita pelos sandinistas está a ser elaborada por personalidades oficiais dos EUA, garante a revista.

### Os EUA querem RFA na guerra do Golfo

A revista oeste-alemã «Der Spiegel» revelou que os EUA pretendem que os países aliados concedam livre trânsito no seu território às tropas norte-americanas e coloquem à sua disposição várias instalações militares em apoio às suas acções no Golfo Pérsico.

A administração Reagan pretende ainda, segundo a revista, que seja a RFA a incentivar os restantes países da NATO a dinamizarem as suas acções no Golfo. Para o efeito, Bona terá já recebido duas «listas de acções prioritárias» destinadas a prestar aos EUA assistência política e militar neste domínio.

As ditas «acções» incluem a realização, pela força aérea da RFA e a mando do Pentágono, de voos de reconhecimento e, em caso de «agravamento de crise», o transporte de equipamento militar dos EUA «em direcção ao Golfo Pérsico».

A «Der Spiegel» salienta ainda que Washington espera que navios de guerra da RFA vão substituir as fragatas norte-americanas na região e que o governo de Bona envie «um ou vários navios da Bundesmarine para demonstrar solidariedade e apoio».

Desconhecem-se por enquanto quaisquer reacções de Bona a estas pretensões norte-americanas.



Cerca de 200 mil gregos manifestaram-se nas ruas de Atenas por ocasião do 14.º aniversário da revolta estudantil que precedeu a queda da ditadura dos coronéis. Estudantes das universidades e liceus — actualmente em luta pelo aumento das verbas para a educação —, trabalhadores, sindicalistas, militantes comunistas, desfilarão até à embaixada dos Estados Unidos, para lembrar o apoio activo dos EUA à ditadura dos coronéis. Manifestações como esta realizaram-se na maioria das cidades gregas, exigindo muito em particular o desmantelamento das quatro bases norte-americanas instaladas em território grego.

## Congresso Internacional dos «Amigos da Turquia» em Paris

O Congresso Internacional dos «Amigos da Turquia» realiza-se nestes próximos três dias, de 27 a 29 de Novembro, em Paris.

Promovido por numerosas personalidades de França, Itália, Suécia, Suíça, Grã-Bretanha, Noruega, Grécia, RFA, Holanda, Áustria, Bélgica, Finlândia, Dinamarca, Portugal e Estados Unidos — o Congresso tem lugar na Assembleia Nacional Francesa, exactamente quando na Turquia decorrem eleições legislativas que se tenta apresentar como livres, poucos dias depois de dois dirigentes comunistas turcos serem presos pela polícia no aeroporto, quando regressavam, nessa qualidade, ao seu país.

Quando da decisão, em 30 de Maio, da realização deste Congresso, foi elaborada uma declaração dos «direitos do Homem para a Turquia», desde então subscrita por dezenas de personalidades na Europa e nos EUA.

Para além do seu conteúdo global, esta declaração pode desde já concretizar-se em iniciativas no sentido do fim dos processos políticos; por uma amnistia geral, incluindo o perdão para os condenados à morte; a exigência de liberdade de pensamento e de associação.

A representação portuguesa em Paris merece particular

destaque. O marechal Costa Gomes é convidado de honra, e na sessão de abertura Portugal estará na presidência de honra, nessa qualidade usando da palavra, o marechal Costa Gomes, e como membro da Comissão Coordenadora Internacional, Silas Cerqueira, da direcção do CPPC.

Para os trabalhos está prevista a constituição de quatro comissões, que deverão abordar os seguintes temas:

- A estrutura jurídica actual da Turquia, do ponto de vista da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e da Acta Final de Helsínquia.

- A liberdade de expressão e de organização do ponto de vista dos partidos políticos, dos sindicatos, das associações, da imprensa e do problema dos refugiados e da sua perda de nacionalidade.

- A vida cultural, do ponto de vista do teatro e do cinema, das artes plásticas, da literatura, da ciência e da investigação.

- As condições prisionais e a tortura.

No encerramento dos trabalhos serão apresentadas as conclusões das quatro comissões e proposta à votação uma declaração final dos «Amigos da Turquia».

## Internacional

# ONU pede sanções contra África do Sul

A Assembleia Geral da ONU voltou a apelar a semana passada à comunidade internacional para a aplicação de sanções económicas contra a África do Sul, alertando simultaneamente o Conselho de Segurança para a necessidade de reforçar o embargo de armas a Pretória, na certeza de que «colaborar com os esforços para eliminar o *apartheid* é uma responsabilidade fundamental da ONU».

Como era de se esperar, o agravamento da tensão na África Austral dominou os debates na 42.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, levando à aprovação de oito resoluções sobre o assunto. No essencial, e para além da firme condenação da agressão sul-africana contra Angola, exigiu-se o fim da repressão do povo sul-africano, o fim do estado de emergência imposto pelas autoridades de Pretória, a libertação incondicional de Nelson Mandela e dos outros presos políticos, e a liberdade de organização política na África do Sul.

Uma vez mais, o posicionamento dos representantes dos vários países da ONU pôs a nu o carácter demagógico de certas posições oficiais, demonstrando como as declarações de circunstância pouco ou nada têm a ver com a prática. Assim, por exemplo, o apelo a sanções económicas contra a África

do Sul, aprovado por 129 votos, teve os votos contra de três únicos países: Portugal, EUA e Grã-Bretanha.

Não menos significativo é o facto dos representantes de Portugal, EUA, Grã-Bretanha, Bélgica, Canadá, França, RFA, Israel, Itália, Luxemburgo e Holanda se terem oposto a uma outra re-

solução que declara o *apartheid* como um crime contra a Humanidade e uma ameaça para a paz e a segurança internacional, que acabaria no entanto por ser aprovada por 126 votos.

Semelhante duplicidade de posições não pode deixar de suscitar as mais sérias dúvidas quanto à eficácia do debate entretanto iniciado no Conselho de Segurança com o declarado objectivo de analisar as consequências e a resposta a dar à intensificação dos «actos de desestabilização que a África do Sul efectua contra Angola e outros países vizinhos para sabotar as iniciativas destinadas a aliviar a tensão no Sudeste Africano».

Exemplos de tal duplicidade não faltam, infelizmente. Ainda na quarta-feira passada a agência oficial angolana, Angop, denunciava a deslocação do consultor do Presidente da República Portuguesa, João Carlos Espa-

da, à Jamba, quartel-general da Unita, como «um acto de agressão». Pertinentemente, o editorial da Angop convidava a comunidade internacional a debruçar-se sobre «os mistérios da democracia que permitem que um homem público, como é o assessor directo do Presidente de Portugal, se torne privado quando visita a base dos fantoches em território angolano».

Como se fazia notar, «a forma e o estilo da ingerência variam, o conteúdo, esse, permanece inalterável — um acto de agressão».

No referido editorial levantam-se ainda algumas questões sobre «os caminhos ímproos que percorre o material de guerra desembarcado num porto do vizinho Zaire até às mãos de quem diariamente assassina e agride o povo angolano», e faz-se notar o «triste papel reservado pelos sul-africanos aos fantoches da Unita».

«Aos fantoches, sublinha-



As tropas da racista África do Sul preparam nova acção de grande envergadura contra Angola

-se, cabia apenas organizar a parada e arrumar o material apreendido nos combates. Como lhes cabe, a outro nível, a parte mais cobarde e vil da agressão racista — o massacre de populações civis, a destruição de bens do povo, o terror e a ameaça permanente contra os que se esforçam por reconstruir e organizar o país».

A duplicidade não é um exclusivo dos órgãos de soberania portugueses. Na sexta-feira, o diário francês «Le Matin» denunciava por seu turno a crescente cumplicidade entre a «franja radical do

RPR (o partido do primeiro-ministro Jacques Chirac) e o governo de Pretória»; segundo aquele jornal, o RPR não se coíbe de enviar os seus emissários à Jamba, ao mesmo tempo que o governo francês diz publicamente condenar as agressões da África do Sul contra Angola.

O mesmo diário revela ainda que a África do Sul criou uma organização para vigiar os seus adversários políticos na Europa, composta nomeadamente por antigos agentes da PIDE/DGS. Savimbi, como se vê, não foi o único a ser aproveitado.

## Eduardo dos Santos pede intervenção do Conselho de Segurança

Apenas nas duas primeiras semanas de Outubro, as forças armadas sul-africanas realizaram vários bombardeamentos aéreos e terrestres, tendo a sua viação penetrado no interior de Angola 500 quilómetros na província do Moxico e 325 quilómetros na província de Huíla. Nos últimos dias, o exército sul-africano tem estado a realizar incursões em grande escala na província de Cuando-Cubango, no sueste de Angola, e está a preparar a introdução de armas pesadas nas províncias do Cunene e Huíla.

A denúncia foi feita pelo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em carta enviada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas solicitando a tomada de medidas daquele organismo que obriguem a África do Sul a pôr termo às agressões militares contra Angola.

A carta, divulgada como documento das Nações Unidas no final da semana, refere ainda que «o governo angolano tem indicações claras de que uma das mais importantes unidades militares sul-africanas, a oitava divisão blindada, está a avançar com todo o seu equipamento na província do Cunene, sob

grande cobertura aérea».

Apelando ao secretário-geral da ONU a tomada de medidas contra a agressão sul-africana, a carta do presidente José Eduardo dos Santos alerta para «o contínuo agravamento da tensão nesta região de África» que «pode ter consequências imprevisíveis, uma vez que

constitui uma séria ameaça à paz e segurança internacional».

### A condenação dos racistas

Entretanto, várias têm sido as condenações internacionais à África do Sul pela agressão a Angola.

O Conselho das Igrejas Sul-Africanas (SACC), pela voz do seu secretário-geral, Frank Chikane, exigiu a retirada imediata das tropas sul-africanas do território angolano e alertou para o facto da invasão de Angola visar perpetuar a ocupação da Namíbia e o sistema do *apartheid*.

Também o embaixador da Nigéria em Angola, G. S. Akunwafo, declarou que o seu país se associa ao apelo dos Países da Linha da Frente a favor de Angola face aos agressores da África do Sul e exorta a comunidade internacional a seguir o seu exemplo.

«Assumindo-se como país da Linha da Frente, declarou, a Nigéria apoia totalmente este apelo e torna-o extensivo a toda a comunidade internacional para que mobilize todas as formas de ajuda financeira, militar, moral, diplomática e política à República Popular de Angola que tem enfrentado sozinha uma guerra que é de toda a África, a guerra contra o *apartheid*».

No que se refere à recente presença do presidente sul-africano, Pieter Botha, no sul de Angola, o diplomata considerou-a como a demonstração clara do engajamento de Pretória numa guerra total de agressão e ocupação contra Angola, para a qual utiliza também os bandos terroristas da Unita e de mercenários.

Também a Associação de Amizade Portugal-Angola (APA) condenou a agressão racista, exigindo a imediata retirada das tropas sul-africanas e manifestando o seu

pesar pelas vítimas que já provocou. Em comunicado divulgado a propósito, a APA apela aos órgãos de soberania portugueses para que condenem de forma inequívoca os crimes da África do Sul, sublinhando que «nenhuma razão pode sobrepor-se à afirmação da dignidade dos portugueses» e que «não é igualmente admissível, seja a que título for, que declarados membros do grupo terrorista da Unita contínuem a usar e abusar da democracia portuguesa, utilizando o território de Portugal como trampolim para operações de propaganda das suas acções genocidas».

De salientar, por outro lado, a deslocação de uma delegação das Nações Unidas a Angola, chefiada pelo director para operações de emergência da ONU em África, Charles La Muniere.

A delegação, que se encontra em Angola desde o passado dia 7, tem vindo a

inteirar-se da situação dos deslocados — estimados em 69 000 — e pessoas afectadas pela guerra, cujo número ascende a um milhão.

La Muniere, que visitou algumas das regiões mais afectadas, considerou a situação «terrível». Vários projectos de ajuda estão em estudo, designadamente nos domínios da saúde e da agricultura, devendo ser apresentados na conferência de doadores internacionais a realizar em Março do próximo ano, em Genebra.

Por seu lado, a África do Sul não desarma. Segundo declarações recentes de funcionários sul-africanos em Lisboa, os efectivos militares daquele país manter-se-ão no sul de Angola. A «justificação» é que a África do Sul não podia assistir passivamente a uma pressão exagerada (?) das forças governamentais angolanas sobre os redutos da Unita, designadamente na Jamba. Muito esclarecedor.

### África do Sul

## Jornalistas exigem libertação de Sisulu

A Associação dos Jornalistas Democráticos da África do Sul exigiu das autoridades a libertação de Zwelakhi Sisulu, redactor do jornal «New Nation», detido há cerca de um ano ao abrigo das leis do estado de emergência e mantido na prisão sem culpa formada.

Sisulu foi preso por escrever no seu jornal artigos sobre a situação que se vive na África do Sul, refere aquela Associação, que acusa o governo de Pretória de violar a liberdade de imprensa ao proibir a publicação de materiais sobre o terror policial que reina no país.

Entretanto, segundo o jornal «City Press», mais sete militantes do movimento anti-*apartheid* na África do Sul desapareceram na passada sexta-feira, quando preparavam um comício anti-racista em Mamelodi, nos subúrbios de Pretória.

No mesmo dia, a polícia realizou uma série de acções repressivas no Soweto, próximo de Joanesburgo, incluindo rufgas e assaltos a casas de activistas negros. De acordo com diversas fontes, só durante a semana passada a polícia prendeu mais de 80 militantes anti-*apartheid*. Por outro lado, a ameaça de expulsão paira sobre os habitantes negros das chamadas «zonas brancas»; centenas de ultras da organização racista «Movimento pela libertação dos brancos» afirmam-se dispostos a «limpar a cidade dos negros».

## Nota do Secretariado do CC do PCP

O Secretariado do Comité Central do PCP divulgou na passada quinta-feira uma nota condenando a agressão da África do Sul a Angola, que reproduzimos na íntegra:

A integração sul-africana contra Angola, na tentativa de impedir a derrota militar dos fantoches da Unita e desestabilizar a RPA, representa uma nova e perigosa escalada no agravamento da tensão na África Austral. A invasão do território soberano de Angola pelo exército dos racistas, supervisionada no terreno pelo próprio presidente da República sul-africana, é mais um exemplo da natureza agressiva e bélica do sistema do «apartheid», que só pode merecer total condenação. O PCP considera que a escalada militar contra Angola é inseparável do apoio do governo dos EUA aos racistas e impõe a solidarie-

dade activa dos trabalhadores e do povo português com a RPA.

A visita neste preciso momento do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do governo Cavaco Silva a Pretória e a ida de um colaborador da presidência da República à Jamba, quartel-general dos fantoches da Unita, são passos que contradizem a anunciada política de cooperação com Angola por parte daqueles órgãos de soberania.

O PCP, ao mesmo tempo que expressa a sua solidariedade ao MPLA-PT e ao povo angolano, exige a retirada do território angolano dos ocupantes racistas, o fim das actividades hostis a Angola em território português e uma política de amizade e cooperação de Portugal com a RPA.

## Internacional

## Jugoslávia

# 29 de Novembro de 1943 uma data histórica

Ainda em plena guerra, na batalha pela libertação da Jugoslávia, a segunda Sessão do Conselho Antifascista da Libertação Popular da Jugoslávia (AVNOJ), realizada a 29 de Novembro de 1943, lança as bases da actual República Socialista Federativa da Jugoslávia. Nesta importante reunião, é decidido que o futuro Estado seria organizado na base de princípios federativos e da igualdade de direitos de todos os povos e nacionalidades. São definidos os princípios de uma política externa autónoma e independente. Avança-se ainda no delinear de uma política de autogestão operária.

Estava-se então em pleno processo de formação da nova Jugoslávia. Para trás ficavam anos de luta pela unidade e contra o domínio nazi. Entrava-se na ponta final do processo de libertação, intimamente ligado também aos próprios resultados da segunda grande guerra mundial.

que o Partido Comunista da Jugoslávia (PCJ), dirigido por Josip Broz Tito desde 1937, assume um papel particularmente importante, aliás um facto comum aos diferentes países agredidos, onde os comunistas decididamente se destacaram na luta antifascista. Na Jugoslávia, a luta iria



A segunda sessão do Conselho Popular Antifascista de Libertação da Jugoslávia, em 29 de Novembro de 43



Tito encabeçou nos anos da guerra a resistência e a luta pela liberdade do povo jugoslavo

## Anos de guerra uma batalha decisiva

No início da Segunda Guerra Mundial, a Jugoslávia era um país debilitado e isolado, facilmente exposto à agressão nazi. É neste contexto

ser particularmente dura, e os êxitos da resistência notáveis.

Em vésperas da guerra, o PCJ aponta como tarefa fundamental mobilizar e organizar todos os povos da Jugoslávia para a luta pela integridade e a independência do país, contra os agressores

fascistas. No contexto de um amplo movimento popular de massas, um levantamento militar derruba, a 27 de Março de 1941, o governo que dois dias antes firmara o acordo pelo qual a Jugoslávia se unia ao Eixo. A 6 de Abril, a Jugoslávia é invadida por forças alemãs e italianas. À imagem de que aconteceu então noutros países da Europa capitalista, os comandos do Exército capitulam e em doze dias o país é ocupado. Chegara a hora da resistência de armas na mão. Resistência fundamentalmente organizada pelo PCJ.

Em Maio e Junho de 41 foram formados Comitês militares. Simultaneamente iniciava-se a constituição de grupos de choque urbanos. Para fins de Junho estava formado o Quartel geral dos batalhões de guerrilheiros da Libertação

com Tito como comandante-chefe. A ordem de levantamento armado é dada a 4 de Julho. O levantamento popular assumiu o carácter de luta generalizada, tanto pela extensão do território abrangido como pela adesão popular registada. No fim do ano tinha sido constituída a primeira unidade militar regular, a Brigada proletária. Os órgãos de poder criados nos territórios que iam sendo libertados, surgiam como expressão concreta da orientação sociopolítica que se deveria afirmar no país renovado do pós-guerra.

Em fins de 1942 já estava formado o Exército de Libertação Popular (NOV, das suas iniciais em servocroata). Contava então com 150 mil combatentes. A Assembleia constituinte do Conselho Antifascista de Libertação Popular (AVNOJ) teve lugar nos dias 26 e 27 de Novembro de 42, na cidade de Bihac, e nela foi decidido a constituição do AVNOJ como órgão político supremo do país. A sua tarefa imediata foi organizar a mobilização popular nos territórios já libertados e nas regiões ocupadas.

Com a realização da segunda sessão do AVNOJ, que agora se assinala, era dado um novo e importante passo, não só no que respeita à luta imediata contra o ocupante nazi, mas ainda para a definição das bases do futuro Estado.

As derrotas decisivas entretanto infligidas aos nazis pelo povo soviético e o irresistível avanço do Exército Vermelho, criaram uma situação particularmente favorável à guerra de libertação, concretizando-se ainda, no que respeita aos povos da Jugoslávia, numa ajuda directa à definitiva derrota e expulsão das forças nazis. Em 20 de Outubro de 1944, Belgrado foi libertada pelo Exército Vermelho e pelo NOV jugoslavo.

## Depois da libertação

Em Agosto de 1945 realizou-se em Belgrado a III Sessão do AVNOJ, desta vez ampliada, com a participação dos deputados do parlamento anterior à guerra que se não haviam comprometido com o ocupante nazi. Nesta Assem-

bleia, o AVNOJ transforma-se em Assembleia Nacional provisória.

Em 11 de Novembro de 45 realizam-se eleições para a Constituinte. A lista da Frente Popular recebe a imensa maioria dos votos. Assim fica definido o sistema sociopolítico da Jugoslávia do pós-guerra. A República Popular Federativa da Jugoslávia é proclamada pela nova Assembleia em 29 de Novembro de 1945. A 31 de Janeiro de 1946 é promulgada a sua primeira Constituição.

Os caminhos do futuro estavam abertos, mas partindo-se de uma situação particularmente difícil. Ao longo de quatro anos de guerra, o país havia sido devastado. 820 mil casas incendiadas ou destruídas. Três milhões e quinhentas mil pessoas sem habitação. Dois terços das clínicas e hospitais arrasados. 233 mi- nhas destruídas, tal como mais de dois quintos da já escassa maquinaria existente. Milhares de pontes e viadutos haviam desaparecido e mais de metade do ferrocarril fora arrancado. Nos primeiros dias de libertação, vivia-se tão mal quanto durante a guerra. Mas bem outras eram as perspectivas. E a alegria empolgante da vitória ajudou então que assinaláveis êxitos fossem alcançados.

Os anos entretanto passados testemunham de que os caminhos do desenvolvimento, os caminhos do socialismo, não são lineares. De par dos êxitos, evoluíram-se problemas. Depois de um brusco desenvolvimento económico, registou-se um processo de estagnação. Resultados de dificuldades objectivas que se prendem com o próprio desenvolvimento de países que partem de uma base muito restrita, como era o caso da Jugoslávia. Mas também resultado de deficiências de carácter subjectivo.

Com o objectivo de superar tais problemas, desenvolve-se neste momento, e simultaneamente, uma estratégia de saneamento económico e posterior desenvolvimento; e alterações constitucionais que visam a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento dinâmico e multilateral da comunidade multinacional que constitui a Jugoslávia.

«O governo fascista de Salazar, evidenciando mais uma vez todo o desprezo que lhe merece a saúde do povo português, acaba de ordenar a aplicação da política de «compressão de despesas» à assistência e à saúde pública, que são os sectores mais miseravelmente dotados pela administração salazarista. Isto sucede enquanto aumentam assustadoramente as verbas destinadas ao rearmamento, à repressão e à propaganda.

Em virtude de tal compressão, nos Hospitais, Sanatórios e Dispensários recuou-se para o formulário de há vinte anos! Nega-se o fornecimento dos medicamentos ultimamente descobertos pela ciência — penicilina, estreptomicina e tantos outros. Isto é matar deliberadamente o povo português à míngua de tratamento; é desqualificar a classe médica, tirando-lhe a possibilidade de receber o que deve, para lhe impor aquilo que está autorizada a receber.

Reduziu-se o fornecimento de todo o material hospitalar, desde as chapas de radiografia (redução de 90% para beneficiários das Caixas de Previdência) até às simples ligaduras. No Sanatório do Lumiar, em Lisboa, as radiografias só se fazem em casos de extrema gravidade (...). Entretanto, o dinheiro roubado aos trabalhadores «para fins de Previdência» é «esbanjado em construções de luxo e instalações sumptuárias» (como o afirmou o deputado Cerveira Pinto na Assembleia Nacional em 29/4/49), u em obras de propaganda.»

(«Comprimem as despesas com a saúde pública...» — «Avante!», VI Série, n.º 142, 1.ª quinzena Novembro 1949)

«A roubaheira e a pilhagem que grassam nas organizações corporativas aparecem a nu nas últimas sessões da chamada Assembleia Nacional. A roubaheira tomou tal volume que (...) os próprios fascistas foram obrigados a reconhecer que (...) «a contribuição para a Previdência vai afinal onerar o custo do produto a distribuir por toda a colectividade» (Ass. Nac., 18-2-49, França Vigon). Os patrões encarecem o produto fabricado quando os seus encargos aumentam.

Assim foram roubados aos salários de fome dos trabalhadores, directa e indirectamente, os «2 milhões de contos que até hoje a Previdência arrecadou» (A.N., F. Vigon). Porém, o dinheiro não foi utilizado na assistência aos trabalhadores. Tal assistência não existe. É o próprio fascista Cerqueira Gomes que se vê obrigado a reconhecer que tal assistência se limita a indicar a doença, e que a Federação das Caixas de Previdência «não interessa, não opera, não paga hospitalização nem cirurgia, não assiste a tuberculosos nem custeia sanatórios... e no fornecimento de medicamentos não vai além de alguns injectáveis e sulfamidas».

(...) Além disso, a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos encarece os medicamentos e especialidades. Não consente que os descontos para o povo ultrapassem 7%, quando recentemente foi revelado que a Federação compra os medicamentos com descontos de 60 a 70%, isto ainda com lucros para os magnates dos produtos farmacêuticos (...).

(«A Burla das Caixas de Previdência» — «Avante!», VI Série, n.º 142, 1.ª quinzena Novembro 1949)

## Saudação do PCP a Zhao Ziyang

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao camarada Zhao Ziyang, secretário-geral do Partido Comunista da China, um telegrama que reproduzimos.

«Felicitando-o calorosamente eleição secretário-geral do PC da China confirmamos vontade estreitamento de relações de amizade entre os nossos dois partidos».

## Dirigente do PC da Turquia em Portugal

A convite do PCP, esteve em Portugal, nos dias 23 e 24 de Novembro, Kiaral Cemal, membro do Comité Central do Partido Comunista da Turquia. Durante a sua estadia foi recebido por Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC e Domingos Lopes, suplente do Comité Central. Kiaral Cemal informou sobre as condições da prisão do secretário-geral do PCT e do

secretário-geral do Partido Operário Turco, assim como sobre as perspectivas de luta pela conquista da legalização do Partido Comunista unificado da Turquia.

Pelo lado do PCP, foi manifestada uma vez mais, a sua solidariedade à luta do PCT, a todas as forças democráticas e ao povo turco, pela liberdade e pela democracia.

## Os planos de Cavaco

### Nota da Comissão Política do PCP sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado para 1988

1. A Comissão Política do PCP analisou as Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado apresentadas pelo Governo Cavaco Silva/PSD, concluindo que estas, bem como dados oficiais recentes, mostram com clareza que apesar de terem permanecido durante estes dois anos e meio condições externas extremamente favoráveis — baixa do preço do petróleo e de outras matérias-primas, desvalorização do dólar, redução das taxas de juro e contínua desaceleração da inflação nos países nossos principais fornecedores — estas condições não foram aproveitadas para modernizar o aparelho produtivo e para reduzir as principais dependências da economia portuguesa.

Pelo contrário, após este período, a economia nacional continua a evidenciar as suas fragilidades estruturais, os seus desequilíbrios e défices externos (alimentar, energético e em bens de equipamento) estando ainda mais exposta à evolução das economias de um pequeno conjunto de países.

2. O Governo apresenta como um dos seus principais objectivos a aproximação da economia portuguesa ao nível das economias europeias. No entanto, quer a taxa de expansão do Produto Interno Bruto prevista para 1988, quer o investimento representam já uma significativa desaceleração em relação aos dois últimos anos, acompanhada por um défice significativo na Balança de Transacções Correntes. Isto significa que, em vez da proclamada aproximação, a tendência será para o alargamento do fosso entre o nível de desenvolvimento da nossa economia e a dos restantes países europeus.

3. As Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado são claramente indiciadores da nova política restritiva para o País e do apertar do cinto para a maioria dos portugueses. Aqueles documentos são demonstrativos da verdadeira natureza da política do Governo do PSD/Cavaco Silva, e que, passadas as eleições de 19 de Julho, se começa a revelar claramente ao povo português.

O aumento da carga fiscal, nomeadamente nos impostos profissional e complementar e no IVA, tendo como objectivo confessado conter o rendimento disponível dos trabalhadores e outras camadas sociais, ao mesmo tempo que se mantêm enormes benefícios fiscais para o capital e se continua a não tributar os ganhos bolsistas especulativos, mostram a natureza de classe do Governo e da sua política. A mesma política de classe se mostra igualmente nas despesas orçamentais, designadamente no PIDDAC, com a redução real das despesas em obras públicas (escolas, hospitais, habitação, estradas, obras de irrigação e outros equipamentos sociais), que beneficiam a generalidade dos portugueses e com o aumento substancial dos subsídios de «apoio» ao sector privado.

4. O Governo PSD propõe no Orçamento de Estado um aumento nominal médio do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) das autarquias de apenas 1,9%. A ser aprovada tal proposta, dezenas de municípios não receberiam mesmo qualquer aumento nominal. Esta proposta representaria um acentuado corte de verbas em termos reais. As dificuldades assim criadas ao Poder Local e às populações seriam agrava-

das pela transferência de encargos para as autarquias com o pessoal não docente das escolas pré-primárias, primárias e do ciclo preparatório TV, área que se encontra num estado de degradação muito acentuado, exigindo despesas bem superiores às que têm sido realizadas pela Administração Central.

Acresce ainda que o Governo não cumpre a Lei de Finanças Locais, que entrou em vigor em 1987, ao basear o montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro no erro de cálculo do montante previsto do IVA para 1987 quando já se sabe que essa previsão falhou em cerca de 40 milhões de contos; ao não discriminar município a município a verba destinada a novos encargos com a educação; ao não discriminar por município, sector e programa a que se destinam as verbas para situações extraordinárias e contratos-programa; ao não enviar à Assembleia da República os elementos e indicadores utilizados para o cálculo da distribuição município a município do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Ao apresentar a proposta de que o aumento nominal do FEF seja de, pelo menos, 9% (próximo do valor da inflação e do aumento previsto do consumo), o PCP está certo de corresponder aos interesses das populações e às posições de numerosas autarquias, com maioria dos diversos partidos, que têm considerado inaceitáveis as propostas do Governo e reclamado a sua rectificação.

5. O Orçamento de Estado, a política bolsista e as medidas anunciadas em relação ao sector público da economia — privatizações —, em inqualificável desrespeito pelo nosso ordenamento constitucional e pelo interesse nacional, são peças essenciais do verdadeiro objectivo do Governo: a rápida centralização e concentração do capital, a restauração dos grupos económicos monopolistas e dos latifúndios.

6. A desenfreada especulação bolsista, relançada como esteio para as futuras privatizações e a inevitável crise que desencadeou, lesando muitos milhares de pessoas que foram levadas a investir na Bolsa as suas pequenas poupanças, é da inteira responsabilidade do Governo, mas mostra também a falência de uma política assente no privilégio do parasitismo financeiro em detrimento do aumento da produção e do emprego.

A gigantesca transferência de dezenas de milhões de contos da bolsa de milhares de portugueses para um punhado de grandes capitalistas é não só escandalosa, nos planos político, económico e moral, como particularmente chocante num País em que permanecem chagas profundas na sociedade portuguesa: salários em atraso, trabalho infantil, precaridade no emprego, elevadas taxas de desemprego, elevadas carências na habitação, na saúde e no ensino.

7. Na mesma linha de transferência de recursos e patrimónios para o grande capital, o Governo pretende iniciar agora o processo de desnacionalizações, inconstitucional e lesivo dos interesses do País, de modo a que o valor criado e não consumido se dirija cada vez mais não para o crescimento e valorização dos bens pertencentes a toda a sociedade e para o desenvolvimento das forças produtivas, mas para a acumulação das grandes fortunas privadas.

8. A proposta de Lei Quadro das Privatizações, já divulgada anunciando a pretensão de, antes mesmo da revisão constitucional, se proceder à privatização de parte significativa do capital social das empresas nacionalizadas — mais rentáveis e lucrativas — em total desrespeito para com a Constituição, designadamente do disposto no artigo 83.º, coloca o Governo PSD/Cavaco Silva numa postura de subversão e afrontamento da lei fundamental do País e da legalidade democrática.

A diferenciação, feita na proposta de Lei Quadro, entre o capital social à data da nacionalização e o capital social posteriormente acrescido — este, segundo a proposta, já livremente alienável — constitui uma mera habilidade jurídica reveladora de concepções golpistas em relação à legalidade constitucional numa tentativa de ultrapassar e iludir a proibição de desnacionalizações quer do total quer de parte das empresas, que continua em vigor e a cujo respeito continuam vinculados todos os órgãos do Estado.

Para obter cobertura, na opinião pública, para este manobristo jurídico, o Governo continua a empolar artificialmente os prejuízos das empresas públicas com o recurso ao «truque» da actualização dos seus valores a preços constantes de 1987, procurando também fazer esquecer que o PSD está no Governo há mais de sete anos e meio, que é este quem nomeia os gestores, na sua esmagadora maioria com estreita vinculação partidária ao PSD e que, mesmo assim, só a título de participação nos lucros, o Governo prevê, no Orçamento de Estado, arrecadar das EP's, em 1986, 46,5 milhões de contos.

O PCP vai impugnar por inconstitucionalidade a admissão da proposta de Lei Quadro das Privatizações logo que esta dê entrada na Assembleia da República e espera ser acompanhado por todos aqueles para quem a legalidade constitucional é um valor básico do regime democrático.

9. A política económica e social do Governo do PSD, cujos verdadeiros objectivos se exprimem com particular clareza também nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de Estado para 1988, está a atingir interesses imediatos de largas camadas sociais, incluindo em sectores que contribuíram com o seu voto para a vitória eleitoral do PSD em 19 de Julho.

Sublinhando o importante significado político deste facto, a Comissão Política do PCP concluiu que não deixarão de se acentuar, nos próximos tempos, as múltiplas expressões de descontentamento social e político que traduzem o agravamento de numerosos problemas que o Governo se mostra incapaz de resolver ou a frustração de expectativas que, demagogicamente, o próprio Governo havia semeado durante a última campanha eleitoral.

As lutas já em curso em variados sectores mostram a possibilidade real de uma oposição de massas aos aspectos mais nefastos da política e da actuação do Governo. Abrem-se, assim, novos caminhos e perspectivas para o fortalecimento da convergência e unidade democráticas de todos quantos querem assegurar a defesa do regime democrático consagrado na Constituição.

23 de Novembro de 1987

A Comissão Política do Comité Central  
do Partido Comunista Português

Quais os planos de Cavaco para 1988?

Urdidos, passada a onda laranja, pelo escuro do ano, vêm a revelar-se agora, qual prenda de Natal envenenada, nos documentos apresentados — como já foi dito tarde e a más horas — na Assembleia da República. Quereria o Governo que apenas a sua propaganda, sobre as medidas que pretende tomar, dourando a pílula amarga, aparecesse a lume. Que a discussão se resumisse a um simulacro e que a sua maioria, veneradora e obrigada, votando o Orçamento e as Opções do Plano, cobrisse o que de mau se planeia para os portugueses. Mas não será assim. Os portugueses — mesmo os que enganadamente votaram em Cavaco — têm o direito a saber o que os espera se a sua luta não contrariar os planos e as opções de Cavaco e do seu Governo.

Este «Em Foco» é quase exclusivamente dedicado ao desmascaramento de tais planos e opções. Ainda que enunciando apenas — e denunciando — as principais e gravosas consequências da política cavaquista para o próximo ano, o conjunto de documentos, comentários e reportagem que apresentamos, já dá uma ideia nítida do que o Governo prepara e do que podem esperar os portugueses dos planos de Cavaco. O país vai sofrer, todo por igual, em consequência desta política?

Decerto que não. Trata-se de uma política restritiva, sim, mas apenas para a maioria dos portugueses, como acentua a Nota da Comissão Política do CC do PCP, que abre este «Em Foco». Do apertar do cinto para a maioria. Mas, em muitas áreas, revela-se que se mantêm enormes benefícios para o capital e se continua a beneficiar os especuladores.

Do Orçamento às Grandes Opções do Plano é toda uma política contrária aos interesses nacionais que se revela — no domínio da fiscalidade; da especulação bolsista que continua; da transferência para o grande capital de recursos e patrimónios que, contra a própria Constituição, se pretende desnacionalizar; da redução real de despesas orçamentais atingindo tanto as obras e equipamentos sociais como cortando verbas às autarquias.

Uma série de comentários — sobre o Orçamento e o Plano; sobre as privatizações previstas; sobre a especulação bolsista; sobre a ameaça que impende sobre a Comunicação Social estatizada; sobre o verdadeiro ataque às Finanças Locais — preenchem este «Em Foco».

E, para terminar, não esqueçamos um trabalho sobre a tal Europa que alguns querem imitar — esforçando-se por adaptar o Portugal saído de Abril, as suas instituições e o seu quadro legal ao espartilho de uma CEE onde imperam os monopólios. Tais são os planos que Cavaco tem. E que hoje, aqui, continuamos a revelar.

## os PLANOS de CAVACO

■ **Octávio Teixeira**

# Um Orçamento para depois das eleições

O Orçamento de Estado para 1988 é, claramente, o orçamento de depois das eleições. É o orçamento do apertar do cinto para as populações: quer nas restrições ao rendimento disponível dos trabalhadores, quer na redução real do PIDDAC agora chamado de «tradicional», quer ainda no golpe desferido sobre as Finanças das Autarquias Locais (que afectará necessariamente a satisfação de necessidades básicas de todo o País). Mas é também o orçamento do sector privado: quer pela manutenção dos principais benefícios fiscais quer pelo aumento significativo das dotações para o agora chamado «PIDDAC — apoio ao sector produtivo privado».

Com vista à contenção do rendimento disponível dos trabalhadores o OE 88 prevê, designadamente:

— a diminuição dos subsídios a bens e serviços essenciais e de amplo consumo;

— o agravamento da carga fiscal quer em imposto profissional (os escalões são actualizados em apenas 6%, taxa inferior à prevista para o aumento médio dos salários), quer em imposto complementar (não é prevista nenhuma actualização nem dos escalões nem das deduções à matéria colectável — aliás o aumento previsto da receita do Imposto Complementar, Secção A, é de 21%, bastante superior à evolução média das remunerações em 1987), quer em IVA (designadamente o aumento da taxa normal de 16% para 17%, alteração que o Governo computa num acréscimo de receita de 13 milhões de contos), quer, ainda, no aumento do imposto de selo e estampilhas fiscais em 50% (mais 38 milhões de contos); imposto de selo que diariamente é pago por todos nós embora, na maior parte dos casos, não tenhamos consciência disso.

Neste âmbito se insere ainda a proposta de aumentos salariais para a Função Pública, da ordem dos 6%, o que significa variação real nula (se a inflação fosse de 6% como o Governo quer fazer crer) ou negativa (se a inflação for superior).

No que respeita ao PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), o agora chamado pelo Governo «PIDDAC — tradicional» (obras públicas em sentido amplo, investimentos intermunicipais, etc.) tem uma evolução nominal de apenas 2%, o que significa uma efectiva diminuição em termos reais (passa de 126,2 para 128,7 milhões de contos). Em termos sectoriais verificam-se mesmo reduções nominais, nomeadamente

na Saúde (-11,2%), na Segurança Social e Emprego (-36,7%), na Agricultura e Pescas (-10%), na Justiça (-0,7%), etc.

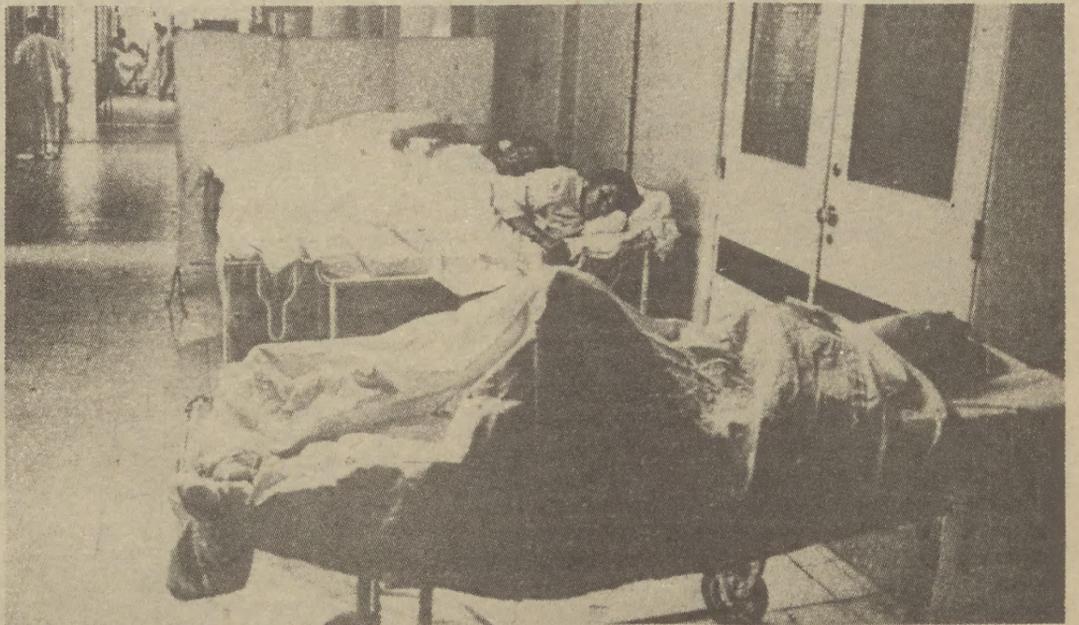
Quanto ao «PIDDAC — apoios ao sector produtivo privado», cofinanciado pela CEE, o valor global aumenta de 135,4%, passando de 14,7 para 34,7 milhões de contos.

Acresce que o Governo descobriu agora um novo tipo de dotação, uma **dotação negativa** (chama-lhe «dotação concorrencial») de 45 milhões de contos ou de 33 milhões de contos (divergências nos próprios documentos do Governo), o que significa que parte das despesas inscritas, incluindo o PIDDAC — tradicional mas não o PIDDAC — apoios ao sector privado, não são para ser realizadas mas apenas para propagandear.

No que se refere ao FEF (transferências para as autarquias locais) a evolução nominal é de 1,9% (passa de 89,5 para 91,2 milhões de contos), isto é, uma grande redução real, havendo muitos municípios cuja variação nominal é zero. Note-se que esta evolução nominal não dá, ao menos na maior parte dos casos, para fazer face aos aumentos salariais dos trabalhadores, ainda que de apenas 6%.

No que respeita ao reverso da medalha, os apoios ao sector privado, e para além do já referido acerca do PIDDAC, o OE não diminui os principais benefícios fiscais (nomeadamente em matéria de Contribuição Industrial), continua a não tributar os ganhos especulativos nas operações bolsistas e mantém os benefícios fiscais às famigeradas OPV's.

Isto é, passadas que foram as eleições o Governo de Cavaco Silva começa a mostrar a sua verdadeira face: a austeridade para a grande maioria do Povo, o banquete à mesa do orçamento para os senhores do capital. ■



A diminuição das verbas para investimentos em Hospitais e Centros de saúde, tal como o grande corte realizado nas Finanças Locais, dificultará a satisfação das necessidades básicas das populações em todo o País



A tributação de bens de investimento como os tractores e alfaias agrícolas, tal como a passagem de electrodomésticos da taxa normal para a taxa de 30, estão previstos no Orçamento para 1988



Passadas que estão as eleições, o Governo apresenta agora a factura da sua política, pretendendo impor aos trabalhadores limites salariais e aos trabalhadores da Função Pública uma evolução dos salários reais nula ou mesmo negativa



os PLANOS de CAVACO

■ Ilda Figueiredo

# GOP's Agora é o «abrandamento das despesas»...

**A**s Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1988 tornam claro que não estamos em época de eleições e, portanto, o Governo não precisa de recorrer a medidas eleitoralistas. Agora, é o período do «abrandamento nas despesas», da «moderação no investimento», do «assinalável abrandamento do crescimento do consumo privado», porque «o rendimento disponível dos particulares terá que crescer a um ritmo moderado». O investimento público no que respeita às infra-estruturas «deverá observar uma acentuada desaceleração face aos elevados crescimentos de 1986 e 1987» e os salários nominais «deverão conhecer uma desaceleração». Entretanto, «a despesa de capital do sector público referente a apoios ao investimento privado (leia-se grupos económicos) apresentará um aumento substancial».

É, pois, com base nos objectivos acima referidos do apertar do cinto para os trabalhadores e outras camadas laboriosas da população e de maiores ganhos e benefícios para os grupos económicos e as grandes fortunas, que o Governo estabelece todo um conjunto de medidas, nomeadamente no Orçamento do Estado.

Prevê, através de diversas medidas de política fiscal, um agravamento da carga fiscal quer em imposto profissional, já que os escalões são actualizados apenas em 6%, quer em imposto complementar em que não é prevista qualquer alteração de escalões, quer ainda no

aumento de 50% do imposto de selo e das estampilhas fiscais e no agravamento do IVA.

Mas não é apenas através do agravamento da carga fiscal que incide sobre o trabalho e o consumo que o Governo prevê reduzir o rendimento disponível das famílias. Fê-lo também através da proposta de actualização de salários para os trabalhadores da Função Pública que correm o risco de não ter qualquer aumento real de salários se a taxa de inflação ultrapassar, como é possível, os 6% de que fala o Governo. No mesmo sentido vai o ataque que é feito ao Poder Local, quer através

dos reduzidos e, em muitos casos, nulos aumentos das verbas que vão ser transferidas para as autarquias (o FEF aumenta em termos nominais apenas 1,9%), quer na transferência de maiores responsabilidades sem que seja visível a correspondente transferência de meios financeiros, fazendo recair sobre o Poder Local o odioso do não cumprimento de deveres que competem ao Estado no campo do ensino, das vias de comunicação, da habitação, etc.

A política de apertar o cinto é igualmente visível nos cortes em investimentos de carácter social e em infra-estruturas, o agora chamado «PIDDAC-tradicional» que aumenta em termos nominais apenas 2%, o que significa uma efectiva diminuição em termos reais, e que em cer-

tos ministérios tem uma quebra muito grave, nomeadamente na Saúde (-11,2%) e no Emprego e Segurança Social (-36,7%).

Entretanto para os grupos económicos e para os ganhos especulativos continuam todas as benesses e apoios financeiros e fiscais. Esta situação é bem visível quer no chamado «PIDDAC — apoios ao sector privado» cujo valor global aumenta de 135,4%, a que há que juntar os financiamentos da CEE, quer nos benefícios fiscais em matéria de Contribuição Industrial, imposto de capitais, etc., continuando a não tributar os ganhos especulativos nas operações bolsistas.

Só que, mesmo com todas estas benesses ao capital, o governo prevê uma desaceleração quer do in-

vestimento (crescimento de 8% em volume em 1988 contra 15% em 1987), quer das exportações de bens e serviços (crescimento de 5,75% em volume em 1988, contra 10% em 1987), quer mesmo do Produto Interno Bruto.

Entretanto, em relação às empresas públicas é importante referir que o próprio Governo reconhece a melhoria dos seus resultados de exploração e prevê como receita do Orçamento do Estado proveniente da participação nos lucros das EPs 46,5 milhões de contos (35 milhões dos bancos e 11,5 milhões de empresas públicas não financeiras), o que não deixa de ser significativo num momento em que se procura fazer crer que as empresas públicas são o desastre da economia. ■

■ Octávio Teixeira

## A especulação bolsista

**O**s Governos de Cavaco Silva apresentaram desde o início, como um dos objectivos da sua política, o relançamento e rápida expansão da actividade bolsista. Nessa perspectiva, o Governo concedeu, à custa dos que pagam impostos, elevados benefícios fiscais ao jogo bolsista: em 1986 beneficiando, em imposto complementar, os recursos financeiros aplicados nas Bolsas e, em contribuição industrial, as empresas que procedessem à emissão de acções por subscrição pública. Em 1987 foi eliminado o benefício em imposto complementar aos compradores de acções, mas mantiveram-se os benefícios em contribuição industrial e os ganhos obtidos no jogo bolsista continuam isentos de qualquer imposto, designadamente o imposto de mais-valias. Ainda em Janeiro de 1987 o Governo aboliu o controlo oficial do preços-base das Ofertas Públicas de Venda (OPV's) e, em Março, atribuiu às OPV's os mesmos benefícios fiscais que às emissões de acções por subscrição pública<sup>(1)</sup>. Paralelamente as operações bolsistas foram «liberalmente» abertas a capitais estrangeiros.

Com tantos e tão chorudos benefícios fiscais, com a oficialização da política do «vale-tudo» e com a propaganda do lucro fácil, a actividade bolsista como que foi «obrigada» a aumentar rapidamente: o número de empresas cotadas nas Bolsas passou de 50 em 1985 para 86 em 1986 e para cerca de 100 actualmente, e o valor das acções transaccionadas nas Bolsas passou de 851 mil contos em 1985 para 12,2 milhões em 1986 e para 146,7 milhões até 15 de Outubro de 1987. Simultaneamente, aumentou exponencialmente a especulação: entre Dezembro de 1985 e Dezembro de 1986 o índice de cotações das acções aumentou 300% e entre Dezembro de 1986 e 6 de Outubro de 1987 aumentou 560%!

As cotações de acções atingiram valores completamente irrealistas e artificiais (as cotações iam aumentando diariamente mesmo sem haver transacções e foram em grande parte empurradas pelos preços a que se estavam a realizar as OPV's e pela manipulação dos grandes «operadores» nacionais e estrangeiros), absolutamente insustentáveis a médio

prazo, pelo que a queda era inevitável. E deu-se após o pico atingido em 6 de Outubro (13 dias antes do «crash» da Bolsa de Nova York e outras), tendo-se registado desde essa data, e até 12 de Novembro, uma queda de 50%.

Apesar de o Governo estar a pressionar (ou obrigar) a banca e seguradoras nacionalizadas a investir na Bolsa para tentar sustentar a queda, o índice médio das cotações ainda é muito elevado, pelo que, daqui a mais algum tempo, as cotações das acções tornarão a brilhar.

Esta evolução ultra-especulativa e conseqüente queda, trouxe muitos milhões de contos de lucros a alguns e os correspondentes prejuízos a muitos mais. Os grandes perdedores terão sido fundamentalmente os pequenos aforradores levados para as Bolsas pela enorme campanha publicitária em todos os órgãos de informação (nomeadamente na televisão), nomeadamente os que compraram em Agosto e Setembro. Não é possível calcular quanto foi perdido ou ganho, até por, como já se referiu, o aumento das cotações se ter verifi-

cado, muitas vezes, sem haver transacções. Apenas no que respeita às OPV's se conhecem os valores exactos, que mostram que alguns poucos capitalistas meteram ao bol-

so, até 12 de Novembro, cerca de 82 milhões de contos, tendo conseguido uma mais-valia da ordem dos 74 milhões de contos — valor realizado menos valor nominal das acções

(1) As OPV's distinguem-se das emissões por subscrição pública fundamentalmente pelo seguinte: as OPV's são vendas de acções (pelo método do leilão) já existentes e pertencentes aos accionistas, pelo que o resultado da venda reverte em favor dos accionistas; as emissões por subscrição pública são novas acções que as empresas emitem para aumentar os seus capitais sociais, pelo que o resultado da emissão reverte para as empresas.



Em resultado do clima especulativo que rodeou a Bolsa, enquanto os grandes perdedores foram fundamentalmente os pequenos aforradores, alguns poucos accionistas, esses, meteram no bolso, só nas OPV's, qualquer coisa como cerca de 82 milhões de contos

vendidas. (E mesmo que se considere que o «valor real» das acções é o que corresponde aos «preços de base» e não aos valores nominais — o que não é uma verdade, pelo menos generalizável — ainda assim teriam obtido uma mais-valia especulativa de 39 milhões de contos... não tributada).

Uma questão importante de todo este processo, que promoveu a transferência de muitos milhões de contos de dezenas de milhar de pequenos aforradores para alguns senhores do grande capital e outros especuladores, é saber quem são os responsáveis. E não restam quaisquer dúvidas de que o primeiro e principal responsável é o Governo de Cavaco Silva. Foi ele o grande promotor da especulação bolsista, concedendo enormes benefícios fiscais, propagandeando o lucro fácil, abrindo incontroladamente as Bolsas aos especuladores estrangeiros, eliminando alguns dos poucos controlos legais que existiam, não actuando para impedir e travar a onda especulativa. É o Governo, enfim, o grande responsável por ter utilizado todos os meios ao seu alcance para promover o parasitismo financeiro em prejuízo do investimento e da actividade produtiva, isto é, privilegiando e promovendo o lucro especulativo de alguns poucos em prejuízo do aumento da riqueza do País e da criação de novos postos de trabalho. ■

os PLANOS de CAVACO



os  
PLANOS  
de  
CAVACO

■ Joaquim  
Pina Moura

# Privatizações - algumas mistificações correntes

**A** semana passada, o País foi «anunciado» pelo Governo que estaria pronta a Lei-Quadro das privatizações, cuja apresentação na Assembleia da República o Primeiro-Ministro já tinha referido na sua entrevista televisiva de Outubro.

Mais um degrau na escalada contra o sector público da economia foi assim «galgado» pelas forças do grande capital e pelo seu governo.

Desconhecendo-se, ainda, em toda a sua extensão e pormenor, o articulado da lei que irá ser presente à Assembleia da República, os dados tornados públicos permitem desde já chamar a atenção para algumas das **traves mestras da filosofia política** em que assenta mais esta operação de espoliação do património público.

**Uma primeira observação:** o Governo organiza e prepara para executar uma **operação completamente inconstitucional** mas, como é seu hábito, cria um foco de diversão, para lhe tentar dar credibilidade «constitucional».

Dando força de lei a uma «inovação» digna de qualquer manual de ilusionismo jurídico, o Governo inventa uma subdivisão no **capital social das empresas:**

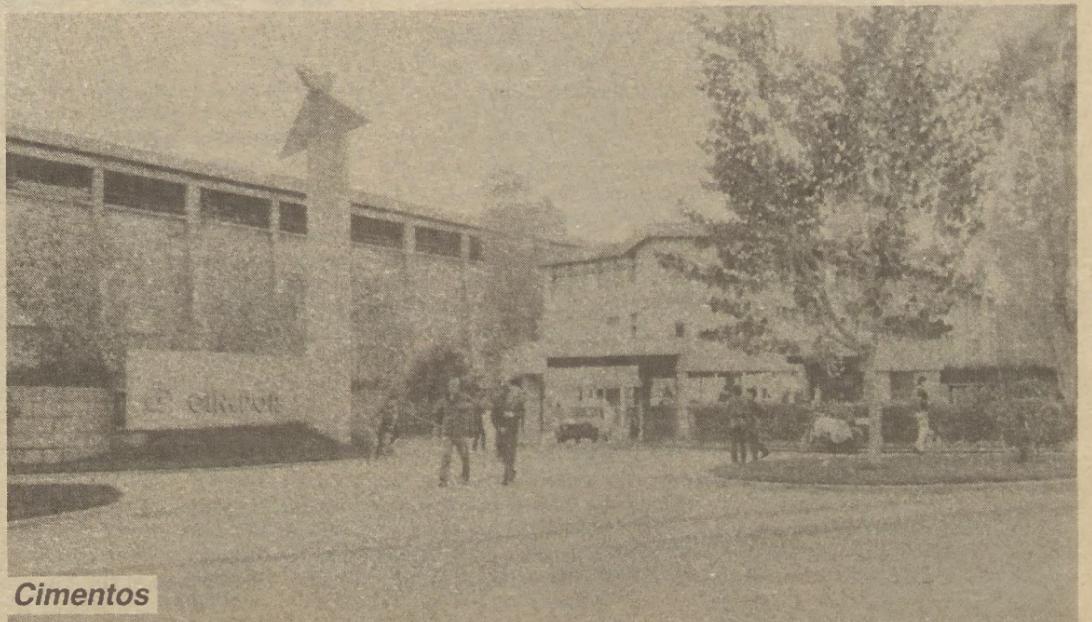
1. o capital social à data da nacionalização, que não seria, pelo menos para já, reprivatizado;

2. o capital social posteriormente aumentado, sobre o qual iriam incidir as primeiras operações de reprivatizações.

Se quiséssemos levar ao absurdo esta «inovação» jurídica poderíamos desagregar o capital social de

alguma empresa nacionalizada — o BESCL, por exemplo — por uma das suas rubricas. Imaginemos, então, aplicando a lógica governamental, que a actual sede do BESCL — construída, salvo erro, no início dos anos 80 — faz parte do «bloco de capital social» privatizável, porque posterior a 1975. Pelo contrário, as outras sedes do banco já existentes em 1975 ficariam por isso vedadas à reprivatização. E assim sucessivamente com todas as rubricas que integram o capital social o que, levando o absurdo até ao fim, nos conduziria à existência não de um mas de dois BESCL: o BESCL (N) e o BESCL (P).

Deste absurdo uma moralidade se retira: ninguém de boa-fé poderá acatar que o capital social de uma empresa se possa transformar



**Cimentos**

*Para satisfazer a gula do grande capital nacional e estrangeiro o Governo não hesita em alienar uma importante fatia do património das empresas públicas*



**Tabaqueira**



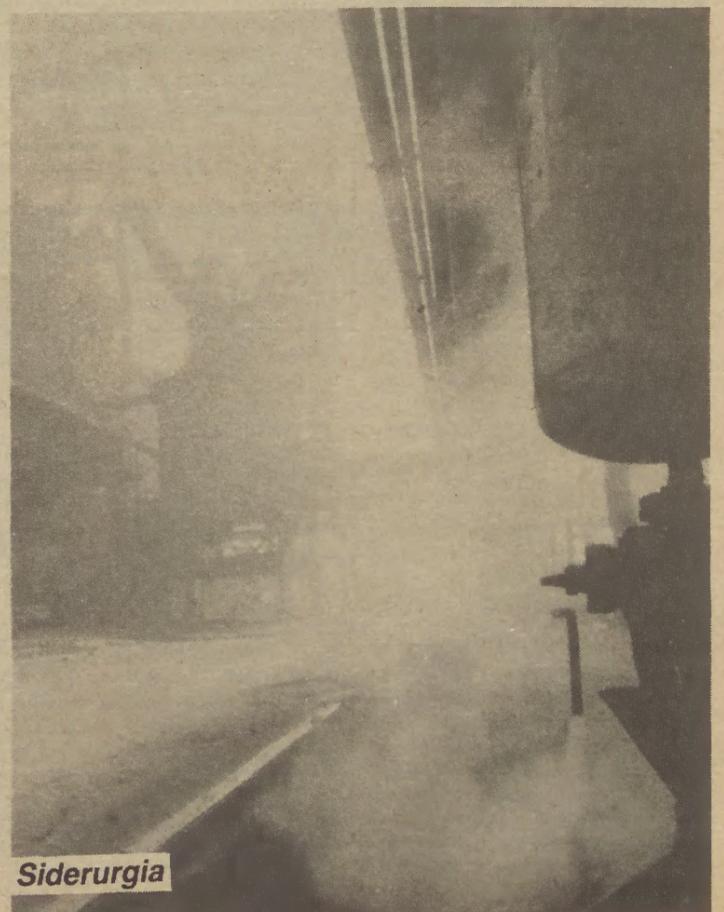
**Sector cervejeiro**

numa entidade «a vários tempos» só porque dá «jeito» ao Governo para tornear obstáculos constitucionais à sua privatização.

**Uma segunda observação:** o Governo insiste no empolamento dos prejuízos das Empresas Públicas como argumento para justificar a sua privatização, usando o conhecido truque de actualizar os valores desses prejuízos pelos «preços constantes de 1987». Não cuidando agora de demonstrar pormenorizadamente que nem todas as Empresas Públicas deram prejuízos (bancos, Cervejeira, Tabaqueira, pasta de papel, por exemplo) e que nem todos os prejuízos das EP's são

atribuíveis às suas gestões (mas aos governos que lhes definiram o enquadramento da sua actividade) uma questão fica de pé. É que, ao contrário do que deixa entender a «argumentação» do Governo, **não são as Empresas Públicas que dão prejuízo, mas sim aquelas que geram lucros** que o Governo se prepara agora para privatizar, à custa da proposta de lei de que estamos a falar. Donde uma outra «moralidade» se pode retirar da proposta de lei do Governo: do que se trata não é tanto de privatizar empresas mas de privatizar lucros.

Daqui uma terceira e última ob-



**Siderurgia**

os PLANOS de CAVACO

■ Vítor Dias

# A privatização da comunicação social

## social - uma parada altíssima

servação, que constitui outro do «leit-motiv» mais utilizados pelo Governo — ainda há poucos dias reafirmado por Cavaco Silva: as reprivatizações tornaram-se necessárias por diminuir o «peso do Estado na economia» e para «disseminar o capital das Empresas Públicas pelas pequenas poupanças».

Não fosse esta proposta de lei anunciada poucos dias depois de o Governo ter patrocinado uma enorme operação de intervenção do Estado e dos meios e instituições financeiras públicas no mercado de capitais e ainda poderia admitir-se que a rábula «liberal» do Governo colhesse alguma credibilidade junto de espíritos mais incautos e permeáveis a truculência verbal de Cavaco, Cadilhe, etc.

Mas quando esta proposta de lei — cuja elaboração, segundo noticiam os jornais, foi de directa responsabilidade do ministro das Finanças — surge logo após o Dr. Miguel Cadilhe praticamente ter obrigado empresas nacionalizadas a intervirem na Bolsa, comprando acções por «regras de Estado» quando não o justificavam nem as convenciavam as «regras de mercado», logo fica descoberta a «careca» pseudoliberal do Governo do PSD.

Na verdade, o problema do grande capital e dos seus governantes não é o de haver «Estado a mais na economia» mas sim o da propriedade social de sectores-chave da economia determinar «lucros a menos» nos seus negócios e na sua voracidade dominadora do sistema produtivo e do mercado nacionais.

O mesmo se poderia dizer da «filantrópica» teoria da disseminação do capital das Empresas Públicas pelos pequenos aforradores e trabalhadores. Lembremos, por exemplo, que por cada acção «disseminada» por quantos participaram nas OPV's realizadas de meados de Setembro a meados de Outubro — operação que renderam só este ano 70 milhões de contos em mais-valias aos seus promotores — os pequenos aforradores viram, até agora, as suas poupanças assim aplicadas desvalorizadas, nalguns casos em 50%, evidenciando qual a lógica do chamado «capitalismo popular»: «privatizar» as poupanças — à custa do estímulo especulativo — para em seguida «socializar» os prejuízos resultantes do inevitável «ajustamento» das cotações das acções a valores mais aproximados com a realidade económica das empresas.

Em suma: ao contrário da postura «pragmática», «não ideológica», «interclassista» que o Governo quer assumir para justificar as operações de privatização a análise dos seus próprios «argumentos» leva precisamente à conclusão contrária.

Sim, o Governo é pragmático porque promove o mais possível e o mais rapidamente possível a apropriação privada dos lucros.

Sim, o Governo é «não ideológico» porque sempre que a sua «ideologia» lhe faz tropeçar aquele pragmatismo, rapidamente a deixa «cair».

Sim, o Governo é «interclassista» porque já compreendeu que sem esse «interclassismo» — que permite transferir mais-valias de quem trabalha para quem investe —, não há «lucro», nem «confiança» dos agentes económicos, nem ao fim e ao cabo, «nada que se aproveite» na lógica do grande capital. ■

Em matéria de privatizações na comunicação social, é indispensável atentar desde logo no que está em jogo com esta ofensiva, tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo.

De acordo com os projectos do Governo PSD/Cavaco Silva, todas as empresas e órgãos de informação que hoje integram o sector público da comunicação social seriam reprivatizados, apenas ficando reservado para o Estado a prestação de um «serviço mínimo» de radiotelevisão e de Rádio, cujos contornos, ainda assim, continuam muito nebulosos.

Isto significa, mais concretamente, pelo menos a privatização de um canal de televisão, de um ou dois canais da RDP, designadamente a Rádio Comercial, e dos jornais «Diário de Notícias», «A Capital», «Diário Popular» (e «Record»), bem como a alienação das participações maioritárias de empresas públicas nas empresas do «Jornal de Notícias» e de «O Comércio do Porto».

Dito isto, fica claro que este processo de reprivatizações, a ir por diante e a ser plenamente concretizado, representaria uma profundíssima alteração no panorama da comunicação social em Portugal, com repercussões extremamente sérias no domínio da circulação da informação, da luta das ideias e da própria vida política nacional.

### O verdadeiro objetivo

Embora tributárias das mesmas concepções ideológicas e dos mesmos interesses de classe que inspiram a ofensiva de privatizações nos sectores-chave da economia, as privatizações de órgãos de comunicação social desempenham um papel

específico no quadro da ofensiva global do grande capital, dirigida pelo Governo PSD/Cavaco Silva.

A reconstituição do poder do grande capital sobre a economia nacional feita através da liquidação do sector empresarial do Estado; às alterações no funcionamento do sistema político servidas, por exemplo, pela alteração das leis eleitorais; aos propósitos de desequilibrar a correlação de forças no plano social e político, designadamente através das restrições dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações — a reprivatização de grande número de órgãos de comunicação social vem fornecer um complemento essencial, qual seja, o de reforçar consideravelmente as posições do grande capital em termos de meios de comunicação de massas, acentuando e tornando mais duradoura e estável a sua hegemonia nesse domínio, e alcançando uma maior impunidade e protecção para as suas constantes ofensas ao pluralismo e ao direito do povo português a informar e ser informado.

Com falsa generosidade, bem pode o Primeiro-Ministro declarar, como declarou na AR em 28/8/87, que «deliberadamente renunciamos, assim, a eventuais veículos de in-

fluência da opinião pública a favor do Governo».

A verdade, porém, é que com estas privatizações, o Governo não renuncia a nada, pois opera a transferência de importantes instrumentos do Estado para o controlo de interesses económicos e sociais que são claros apoiantes do Governo e da política de direita.

A verdade é que enquanto os órgãos de comunicação social do sector público, embora controlados e manipulados pelo Governo, estavam sujeitos a diversos condicionamentos, desde o seu enquadramento constitucional e legal até à tutela do Conselho de Comunicação Social, passando pelo que se poderia chamar de «moral democrática», já esses órgãos, uma vez privatizados (e a lista de candidaturas a tal privatização pode a este respeito ser muito esclarecedora) contribuirão globalmente para reduzir de forma substancial os espaços de pluralismo e de confronto de ideias, tornando ainda mais densa e articulada a rede de mecanismos de desinformação e intoxicação que, desde muitos anos, tem condicionado tão gravemente a vida democrática do país.

ma de diversos decretos-leis, por sinal, todos com data posterior a 25 de Novembro de 1975.

### Um combate a travar, um atraso a recuperar

É óbvio, entretanto, que, por importantes que sejam — e são — os obstáculos jurídico-constitucionais à ofensiva governamental, a esperança da sua contenção e derrota terá de repousar sobretudo na mobilização da opinião pública nacional, e também, de forma destacada, na intervenção dos próprios profissionais da comunicação social do sector público, os quais, contrariamente a atentismos e a ilusões circulantes, não têm nada a ganhar com as reprivatizações, antes acabariam por ver diminuídos e afectados os seus direitos e garantias e ficariam mais à mercê de prepotências e arbitrariedades de que há sobeja experiência nacional e internacional.

No dia em que privatização da comunicação social já rimasse com liberalização dos despedimentos individuais poderia ser tarde de mais para se acordar para perigos que é hoje que é preciso combater, sem tardar.

Não há nenhum motivo para que a consciência das insuficiências, das tropelias e ofensas ao pluralismo, do fraco nível de órgãos de comunicação social do sector público enfraqueça a oposição à transferência para as mãos do grande capital de importantes meios de comunicação social do Estado.

A factura dessas deficiências, tropelias e ofensas tem que ser passada, não aos defensores de um sector público da comunicação regido pelos princípios constitucionais, mas aos campeões das privatizações, pois, no essencial, foram eles que, ao longo de 11 anos, sempre têm detido as principais responsabilidades pela gestão e orientação do sector.

Um sector público de comunicação social pluralista, modernizado, reestruturado, de qualidade, apto a responder a novas apetências do público e a mais diversificadas necessidades da sociedade, não é nem uma aberração nem um combate inglório.

É essencial à vida do regime democrático e à liberdade do povo português. ■

### Faca em manteiga?

Se das privatizações em geral, tanto o Governo como a comunicação social que o serve se esforçam por criar a ideia de que nada as travará e que são irreversíveis, das privatizações na informação procura-se, mais do que isso, transmitir a certeza absoluta que os projectos do Governo avançarão como faca em manteiga em dia de Verão.

Um editorialista do «Diário de Notícias», manifestando claro apoio aos planos governamentais, veio mesmo afirmar que, tratando-se de empresas «nacionalizadas em certa medida por arrastamento», as «condições para a reprivatização afiguram-se, por isso, menos complexas no plano jurídico-constitucional».

Acontece que o editorialista do «DN» está manifestamente equivocado. As privatizações na comunicação social enfrentam a mesma dificuldade básica que as privatizações de empresas industriais ou de instituições financeiras; inconstitucionalidade, descarada inconstitucionalidade.

E não adianta vir com a tese da nacionalização por mero «arrastamento» da nacionalização dos grupos monopolistas porque a verdade é que, independentemente de isso ter correspondido à formalização de direito de uma situação de facto, todas as principais empresas ou órgãos de comunicação social do sector público (RTP, Rádio Clube Português, empresas então proprietárias do «Diário de Notícias», «A Capital» e «Diário Popular») foram objecto de actos legislativos de nacionalização directa, sob a for-



Na mira dos grandes interesses económicos privados estão também as empresas de comunicação social pertencentes ao Estado



# Encontro de Quadros do PCP sobre Poder Local

## Defender na prática uma realidade concreta

# uma realidade concreta

**A** ofensiva do Governo de Cavaco Silva contra o Poder Local democrático processa-se com grosseira frontalidade e nem os parlapiés vagamente democratizantes dos protagonistas dessa ofensiva — ministro e adjacências — conseguem esconder os crus objectivos da destruição dessa importante conquista de Abril.

O PCP tem cumprido um papel determinante também aqui, quer com a sua contribuição directa para a consolidação do poder autárquico no nosso País através do trabalho desenvolvido pelos seus eleitos e geralmente reconhecido como exemplar, quer pela sua persistente e fundamentada actuação nas sedes próprias (com relevo para a Assembleia da República), quer ainda por iniciativas autónomas e sempre acutiantes, visando a defesa, consolidação e aperfeiçoamento desta realidade nacional.

Foi o que aconteceu mais uma vez no passado fim-de-semana com a realização do «**Encontro de Quadros do PCP sobre o Poder Local, o Orçamento de Estado para 1988 e o Regime de Finanças Locais**», em Lisboa, onde estiveram presentes mais de 200 quadros altamente qualificados no trabalho autárquico, pela sua condição de eleitos nas listas do PCP (comunistas ou independentes) e pela sua ligação directa ao trabalho autárquico como quadros do Partido.

Produziram-se 24 intervenções neste Encontro, que

passaram a pente fino a realidade autárquica nacional e os problemas que urge enfrentar, sobretudo no quadro da ofensiva governamental em curso. Essas intervenções vieram quer de situações de maioria, quer de minoria, fazendo sempre o levantamento dos problemas e do trabalho realizado e perspectivando o futuro. Trocaram-se experiências, debateram-se problemas comuns, procuraram-se, colectivamente, soluções concretas para dificuldades reais.

O facto de nenhum outro partido utilizar este sistema de trabalho baseado em troca de experiências dos eleitos, num grande debate interno — tanto para avaliar os êxitos do trabalho realizado, como para detectar as insuficiências e estudar formas de as superar — não surpreende os

comunistas ou quem esteja familiarizado com o seu estilo de actuação: trata-se dum estilo normal de trabalho. O que, politicamente, não deixa de ser assinalável.

Refira-se ainda que estiveram presentes neste Encontro muitos dos quadros com papel mais destacado no Poder Local, quer eleitos, quer camaradas das organizações concelhias e regionais.

Damos de seguida o balanço feito no e do Encontro durante uma conferência de imprensa realizada no intervalo de uma das sessões, enriquecido por uma entrevista concedida ao nosso jornal pelo camarada Luís Sá, profundamente ligado aos problemas do Poder Local democrático no nosso País. Poder Local que — resultou do Encontro — é uma realidade concreta a defender na prática ■

## Conferência de Imprensa: PCP vai propor mais verbas para autarquias

Num intervalo na sessão da tarde do «Encontro de Quadros do PCP sobre o Poder Local, o Orçamento de Estado para 1988 e o Regime de Finanças Locais» houve uma declaração aos órgãos de comunicação social feita por **Carlos Costa**, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que estava acompanhado por **Luís Sá** e **Severiano Falcão**, ambos do CC do PCP, e por **João Amaral**, deputado do PCP na Assembleia da República. O dirigente comunista falou do Encontro e dos seus objectivos, dando relevo a algumas das suas conclusões, nomeadamente a proposta do PCP para que a verba do Orçamento de Estado para 1988 a atribuir às autarquias, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), seja de, pelo menos, 97,5 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 9% em relação à verba deste ano. A proposta do Governo PSD aponta para 1,9% em média, o que foi considerado intolerável pelo Encontro.

Começando por explicar a realização do próprio Encontro de Quadros, Carlos Costa afirmou que este se inseriu «no processo de trabalho normal do PCP, tendente a promover a formação de quadros e o aperfeiçoamento do trabalho dos seus eleitos nas autarquias, através da troca de experiências, da ajuda e do trabalho colectivo» e, simultaneamente, correspondeu a duas preocupações particularmente prementes: como encarar a proposta de Orçamento de Estado do Governo PSD e como enfrentar a ofensiva da direita contra o Poder Local democrático.

Em relação ao Orçamento de Es-



Da esquerda para a direita: João Amaral, Luís Sá, Carlos Costa e Severiano Falcão. Uma Conferência de Imprensa que resumiu o muito que se produziu num dia inteiro de intervenções e debate

tado proposto pelo Governo do PSD e aos seus reflexos nas autarquias, foi considerado intolerável que o aumento nominal do Fundo de Equilíbrio Financeiro entre 1987 e 1988 seja de apenas 1,9% em média, não existindo qualquer aumento para dezenas de municípios. Este valor fica claramente abaixo da taxa de inflação de 9% prevista para 1987 e de 5,5 a 6,5% que o Governo prevê para 1988, pelo que o Governo pretende impor um acentuado corte de verbas em termos reais.

«O PCP — prosseguiu Carlos Costa — em coerência com as suas posições passadas, entende que as verbas das autarquias deveriam acompanhar a evolução das despesas gerais previstas no Orçamento e por isso seria natural que em vez

do aumento nominal de 1,9% que o Governo propõe o FEF fosse aumentado de 14%, correspondente à evolução prevista das despesas gerais do Estado entre 1987 e 1988, com excepção das transferências para as autarquias. No entanto, na situação actual, julga adequado um aumento de, pelo menos, 9%, correspondente à inflação de 1987 e que não estará longe da inflação provável para 1988».

«O Governo e o PSD assumirão a responsabilidade não apenas pelas dificuldades criadas às autarquias mas também pelos reflexos destas dificuldades na situação das populações e dos fornecedores, projectistas, empresas de construção civil e entidades que as autarquias subsidiam e apoiam», concluiu.

### Decisão intolerável

Foi ainda considerado intolerável que o Governo pretenda furtar-se ao cumprimento da Lei de Finanças Locais em relação a um conjunto de aspectos, em especial:

— **Transferência para os municípios do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino primário e ciclo preparatório TV**, sem garantia de que as verbas satisfaçam os custos e sem as discriminar para cada município. Note-se aliás que as carências de pessoal e o estado de degradação existente são tão acentuados que os custos não podem ser medidos pelos gastos que o Ministério da Educação tem realizado, a não ser que as autarquias, os pais e encarregados de educação, os professores e os alunos se resignassem a manter a situação actual.

— **Ausência de garantia e de dotação para indemnizar os municípios** que exploram directamente transportes colectivos urbanos (Aveiro, Braga, Barreiro, Coimbra e Portalegre).

— **Ausência ilegal de discriminação das acções e dos municípios** a que se destina a verba para contratos-programa e para municípios «em situação extraordinária».

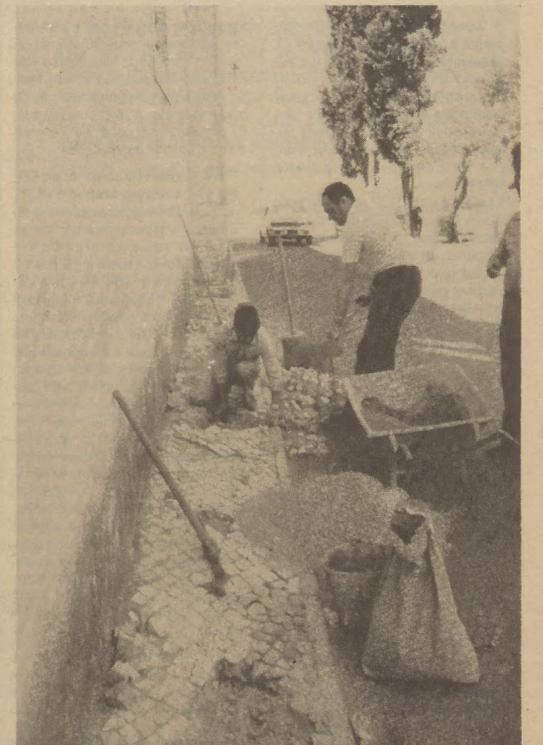
«É necessário ainda chamar a atenção para o facto de que o Governo não esclarece nem previne as consequências para as autarquias da introdução do imposto profissional sobre os funcionários públicos, incluindo sobre os trabalhadores



Mais de 200 quadros altamente especializados debateram no passado domingo, em Lisboa, as questões do Poder Local, concretizando, ao mesmo tempo, uma frutuosa troca de experiências



As autarquias comunistas impuseram à opinião pública uma sigla — Trabalho, Honestidade e Competência — que não sofre contestação, mesmo por parte de sectores adversos ao PCP. O «segredo» dos êxitos autárquicos dos comunistas assenta, afinal, em dados muito simples e claros: trabalho e planificação e estreita ligação às populações, mobilizando-as para a resolução dos problemas comuns (foto da esquerda, trabalhos camarários de saneamento básico em Benavente; à direita, trabalho voluntário numa Freguesia CDU em Lisboa)



das autarquias», recordou Carlos Brito, acrescentando:

«O PCP considera importantes e positivas e apoia as tomadas de posição de autarquias e eleitos das diversas formações partidárias que se têm manifestado contra a proposta governamental em matéria orçamental e reclamado a sua rectificação de modo a impedir que seja tão lesiva dos interesses do Poder Local e das populações».

### «Barretadas», não, Regiões Administrativas, sim

Foram igualmente consideradas inaceitáveis as tentativas da direita no sentido de alterar o sistema de eleição das Câmaras Municipais, fabricando maiorias partidárias artificiais (PSD) ou suprimindo mesmo totalmente o sistema de representação proporcional (CDS) e de liquidar a existência, hoje já facultativa, dos Conselhos Municipais (PSD, CDS e PS).

O Encontro considerou também

com preocupação as ingerências constantes do Governo na actividade do Poder Local através das Comissões de Coordenação Regional e as dificuldades burocráticas criadas no planeamento urbanístico e ao ordenamento do território pelos municípios e rejeitou as intenções, manifestadas em várias declarações de membros do Governo, no sentido de alterar radicalmente o sistema de Finanças Locais, «esvaziando a sua contribuição para a correção de desigualdades regionais, reforçando o arbitrio na distribuição de verbas e obrigando os municípios a agravar a carga fiscal sobre os trabalhadores e as populações».

Abordando a questão da ofensiva governamental contra o Poder Local — que impõe a luta e a mobilização dos democratas eleitos e das populações em sua defesa — Carlos Costa deu relevo à necessidade da instituição das Regiões Administrativas, e a esse propósito, afirmou:

«O Encontro valorizou o facto de o projecto de revisão constitucional apresentado pelo PCP, em coerência com as suas posições anteriores, propor alterações para facilitar a sua instituição e impedir discriminações no respectivo processo, clarificando assim as possibilidades já implícitas no regime em vigor» e

«considerou ainda que se impõe alterar o regime de tutela, colocando as autarquias ao abrigo de ingerências e discriminações, sem prejuízo da fiscalização da gestão autárquica com critérios claros e objectivos predominantemente de apoio técnico e entregando aos tribunais o poder de dissolver os órgãos e declarar a perda de mandato em caso de ilegalidades graves. Torna-se igualmente necessário aprovar o regime das empresas municipais, intermunicipais e regionais».

### Obra à vista

Finalmente, Carlos Costa referiu as apreciações globais do Encontro sobre o trabalho desenvolvido pelos comunistas nas autarquias, apontando igualmente algumas linhas de actuação tendentes a melhorar sempre mais e mais esse trabalho. E disse a propósito:

«No Encontro esteve presente a firme determinação dos quadros do PCP no sentido de dar seguimento e aprofundar a notável obra realizada e a superioridade da gestão do PCP e dos seus aliados nas autarquias, em maioria e em minoria, de acordo com as orientações da Re-

solução do Comité Central do PCP de 13 de Outubro de 1987.

«Será dado um particular destaque ao estímulo da participação popular, ao combate à burocracia onde se manifesta, ao tratamento expedito das pretensões dos particulares, à fundamentação das decisões e informação do público, às relações com os trabalhadores das autarquias».

«No quadro das acções a realizar será prestada atenção particular à dinamização das obras em curso, ao lançamento de novas obras, ao embelezamento das cidades, vilas e aldeias, à cultura, desporto e ambiente, às acções para as crianças, jovens, reformados e mulheres».

E concluiu:

«Foi manifestada no Encontro grande confiança no reconhecimento pelas populações da obra realizada pelos comunistas e seus aliados mais próximos nas autarquias e, consequentemente, na manutenção e reforço do apoio popular ao longo do mandato e nas futuras eleições autárquicas, que se devem realizar na data legalmente prevista (Dezembro de 1989), sem adiantamentos nem antecipações». ■



O Poder Local democrático levou à generalidade do País melhoramentos e serviços que dezenas de anos de regime fascista nem sequer esboçaram. E este trabalho que o Governo de Cavaco Silva pretende destruir (na foto, uma das centenas de creches criadas pelas autarquias em todo o País)

# Luís Sá, sobre o trabalho dos comunistas: «Retomar onde se esbateu aprofundar

Luís Sá, membro do CC do PCP, um dos responsáveis pelo sector das autarquias do Partido e director da revista «Poder Local», deu uma entrevista ao «Avante!» pormenorizando alguns aspectos das matérias em análise no Encontro de Quadros do PCP sobre autarquias. Não constituindo propriamente um balanço da iniciativa, as suas declarações dão, no entanto, o relevo necessário à importância dos assuntos debatidos, das conclusões encontradas e das perspectivas que se abriram neste Encontro que não tem precedentes na actividade política de qualquer outro Partido.

**Avante!** — O PCP anunciou neste Encontro que irá propor na Assembleia da República um aumento de verbas para as autarquias na ordem dos 9%, o que se distingue significativamente dos 1,9% que o Governo pretende impor, através das receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)...

Luís Sá — O PCP sempre propôs que as receitas do FEF fossem calculadas na base da percentagem das despesas gerais do Estado, mas a verdade é que os outros partidos impuseram que as bases de cálculo assentassem no IVA. Acontece que em 1987 o Governo errou a previsão do IVA em cerca de 40 milhões de contos e agora utiliza o seu próprio erro de previsão para impor um grande corte de verbas em termos reais. Trata-se de um manifesto artificio que nos leva a afirmar que, em rigor, o Governo não cumpriu, no Orçamento do Estado, a Lei das Finanças Locais.

A proposta do PCP, apresentada nas autarquias e na Assembleia da República, será no sentido de não deixar que as autarquias e as populações sejam lesadas e de assegurar que a Lei seja cumprida — Lei que, recorde-se, foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República em finais de 1986.

**Av.** — Uma questão muito discutida no Encontro foi a da pretendida «descentralização» para as autarquias dos encargos com as escolas e os professores do ensino primário e do ciclo preparatório TV...

**L. S.** — Estando a situação tão degradada como está, tal «descentrali-

zação», como tu dizes, cria dificuldades adicionais e pode agravar ainda mais os problemas financeiros das autarquias. Julgamos que é necessário desenvolver uma grande acção de esclarecimento e mobilização, quer da população em geral quer dos pais e encarregados de educação.

**Av.** — Além do aumento do FEF em 9%, que mais propõe o PCP?

**L. S.** — Em relação ao aumento do FEF em 9% importa recordar que se trata de um valor próximo à inflação e da evolução do consumo. Quanto a outras propostas, o PCP exige a discriminação, município a município, das verbas para novos encargos na área da Educação e a discriminação por município, sector e programa das verbas para municípios em situação extraordinária e das verbas para contratos/programa entre a administração central e as autarquias, quer sejam do Ministério do Plano, da Secretaria de Estado da Cultura, da Habitação ou de qualquer outro departamento. Os deputados do PCP vão também exigir os elementos e indicadores utilizados para a distribuição do FEF município a município (igualmente neste aspecto o Governo estava obrigado a fornecer à AR estes elementos e, ilegalmente, não o fez).

**Av.** — Parecem propostas lógicas...

**L. S.** — As nossas propostas são realistas e ponderadas, têm uma base séria e radicam na própria lei e nos interesses do Poder Local e das populações, e por isso não é surpreendente que estejam a colher largo apoio e receptividade em vários quadrantes ideológicos e partidários, incluindo na área do PSD.

## Burla política

**Av.** — Valente de Oliveira, ministro do Plano e Ordenamento do Território, afirmou, em substância, que as autarquias deviam deixar de ser organismos de «estrutura» para se transformarem em organismos de «desenvolvimento». Para além do empenhamento vagamente cabalístico da formulação, parece haver aqui um conceito autárquico não só preciso, mas também discutível. Queres comentar?

**L. S.** — Quero, pois!

Como pudeste verificar, foi um assunto discutido no Encontro. Além disso já foi objecto de debate anterior no Partido. Pensamos que por trás desta formulação há duas coisas: um equívoco e uma tentativa de mistificação.

O equívoco consiste em, implicitamente, afirmar-se que as autarquias não contribuíram para o desenvolvimento das regiões, escamoteando deliberadamente as profundas alterações introduzidas pela acção do Poder Local democrático — e, como ilustração, a dificuldade está na escolha: melhoramento da rede viária e concomitante facilitação de circulação e escoamento de produtos, quebrando o isolamento de muitas povoações e propriedades agrícolas; o saneamento básico que não só melhorou as condições de vida e saúde, como gerou emprego e desenvolvimento e etc., etc.

Sublinhe-se, aliás, que as autarquias não necessitam das «descobertas» do sr. ministro para se preocuparem e intervirem no desenvolvimento económico das suas regiões, como o atestam a criação de zonas industriais com condições aliciantes para a instalação de novas actividades, de gabinetes ou técnicos destacados para o apoio aos chamados «agentes económicos», de acções



Luís Sá (à direita): «Acreditamos que continuá a ser muito generalizado o reconhecimento de que os comunistas e os seus aliados actuam nas autarquias com mais honestidade e dedicação e, também, com a competência que resulta não da superior função académica mas, sim, da profunda ligação ao povo, da articulação estreita com as organizações populares»

de formação profissional, etc.

**Av.** — E a mistificação...

**L. S.** — ... Essa ilude a realidade e as possibilidades das autarquias. Trata-se de uma manobra que procura inculcar a ideia de que um «maior empenhamento» das autarquias poderá conduzir à resolução dos grandes problemas de desenvolvimento do País — e aqui entram grandiloquências como «o aproveitamento das riquezas nacionais no interesse de Portugal e do seu povo», etc., etc., cambiadas com promessas de resolução de situações dramaticamente concretas como o desemprego, a miséria, os salários em atraso ou o trabalho infantil.

Esta mistificação insere-se numa tentativa de empurrar para as autarquias responsabilidades que não lhes cabem. Já falámos dos novos encargos com a Educação, mas sabemos que o Governo tenciona também transferir encargos com a rede complementar de estradas, a habitação, os tribunais, os transportes terrestres (sobretudo ramais secundários da CP), não cuidando da transferência de verbas nem de poderes que permitam dar resposta a estes encargos.

**Av.** — Isso parece configurar uma burla política, sobretudo quando tais alterações são apresentadas como elemento dinamizador da própria economia nacional...

**L. S.** — Aí está: na prática, tais pressupostos apenas conduzirão ao «encher dos bolsos» do grande capital nacional e estrangeiro sob cobertura governamental, enquanto as autarquias ficarão com o odioso da questão — responsabilidade pelo atraso económico de muitas regiões e por fenómenos como o desemprego e outros, resultantes da política de restauração dos monopólios e latifúndios.

## Confiança

**Av.** — Tal mistificação, de resto, foi sublinhada no Encontro, a par de apelos concretos à dinamização económica protagonizada pelas autarquias...

**L. S.** — Sem prejuízo do propósito que vários camaradas manifestaram no Encontro no sentido de incentivar a intervenção das autarquias na área económica, não deixaremos de de-

nunciar a mistificação política e ideológica que está subjacente a esta questão.

Creio que tem interesse lembrar a intervenção do presidente da Câmara do Seixal, na parte em que afirmou que a luta da Câmara em apoio dos trabalhadores da Siderurgia Nacional se insere na luta pelo desenvolvimento. Esta luta, com efeito e nas actuais condições, passa pela luta contra a política económica do Governo, claramente subordinada aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro.

**Av.** — Tudo isto acontece a meio dos actuais mandatos autárquicos — que, aliás, podem ser ilegalmente encurtados se se fizer coincidir as eleições autárquicas com as que ocorrerão no próximo ano para o Parlamento Europeu. E a questão é: como encara o PCP as futuras eleições autárquicas?

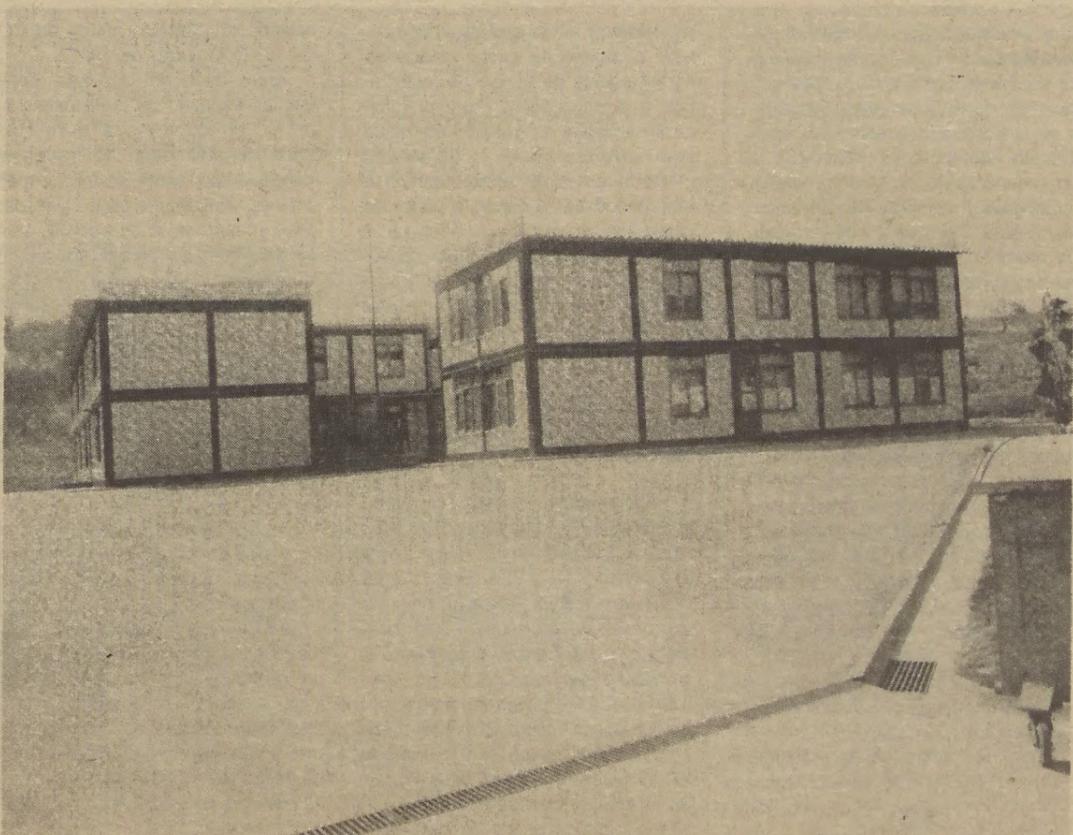
**L. S.** — Estamos conscientes que temos problemas a enfrentar e aspectos do nosso trabalho a melhorar, mas está em curso uma grande dinamização do trabalho do Partido nesta frente, com intensos debates e medidas concretas. Pensamos, assim, que há razões para acentuar o nosso trabalho e olhar as eleições com a confiança que o nosso trabalho justifica e justificará.

**Av.** — Portanto, confiantes.

**L. S.** — Portanto, confiantes. É justo dizer que, para além dos defeitos e dificuldades, há uma imensa obra realizada em maioria e, até, em situações de minoria. Estamos confiantes que a população reconhece e apoia esta obra e o esforço que está a ser feito para a prosseguir e aprofundar. Acreditamos que continua a ser muito generalizado o reconhecimento de que os comunistas e os seus aliados actuam nas autarquias com mais honestidade e dedicação e, também, com a competência que resulta não da superior formação académica mas, sim, da profunda ligação ao povo, da articulação estreita com as organizações populares.

Esta é uma característica do nosso trabalho, que temos de retomar onde se esbateu e que aprofundar onde se manteve. Em resumo: podemos encarar as eleições com confiança — com a consciência de que a base da confiança é o trabalho que realizamos.

■ H. C.



O Governo, primeiro, «descentralizou» para as autarquias a construção de escolas primárias, sem oferecer contrapartidas; agora pretende agravar muito mais o problema, impondo-lhes novas responsabilidades no campo do Ensino (na foto, escola da Apelação, construída pela CM de Loures)

## Revisão constitucional

# PCP empenhado em fortalecer a vida democrática (2)

**P**rosseguindo o trabalho de divulgação do projecto de lei de revisão constitucional, apresentado pelo PCP, damos hoje a conhecer no quadro das suas propostas mais inovadoras, as que incidem sobre o funcionamento do sistema político e as que visam aperfeiçoar a garantia da Constituição.

No seu conjunto, trata-se de propostas de aperfeiçoamento da Lei Fundamental que, a exemplo do que se passa em matéria de direitos fundamentais, foram elaboradas no mais estrito respeito pelos requisitos formais e pelos limites formais da revisão, sendo igualmente visível a preocupação de as reger por uma regra de economia, facto que levou a dispensar várias sugestões e alterações que apesar de representarem aperfeiçoamentos poderiam ser entendidas como supérfluas ou perfeccionistas. Aproveitando toda a vasta e rica experiência proporcionada pela vigência do Texto Fundamental da República, importa ainda referir que as cerca de cem propostas de alteração contidas no projecto do PCP — um projecto que os comunistas procuram desde já por todos os meios levar ao conhecimento da opinião pública — são dominadas por um elevado sentido de equilíbrio e responsabilidade, patente, de resto, como foi sublinhado no «Avante!» da passada semana, pela sua atenção aos problemas da aplicação da Constituição e a tudo o que diga respeito ao seu enriquecimento face a novas problemáticas, à sua adequação ao actual quadro político e aos seus perigos e à sua preocupação com o aperfeiçoamento das instituições.

### Organização do poder político

Vejamos então, de acordo com o texto de apresentação do Projecto, algumas das propostas em matéria de organização do poder político, alterações produzidas, tendo em vista, entre outros aspectos, a garantia da regularidade dos actos eleitorais, o funcionamento do sistema partidário e de governo em termos que não conduzam à monopartidarização de direitos e poderes e à discriminação dos partidos de oposição, o controlo público dos rendimentos dos titulares de cargos políticos e a garantia de efectivação das suas responsabilidades, o aperfeiçoamento dos princípios gerais respeitantes à produção de actos legislativos e regulamentos.

- Consagração constitucional do direito de consulta prévia dos partidos de oposição sobre marcação das eleições autárquicas, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, a orientação fundamental da política externa e a das políticas de defesa nacional e segurança interna (artigo 117.º, n.º 3).

- Constitucionalização da Comissão Nacional de Eleições, com o estatuto e poderes que lhe vêm

sendo reconhecidos (artigo 116.º, n.º 8).

- Fixação de um princípio geral de controlo público dos rendimentos e do património dos titulares de cargos políticos e melhor definição do regime dos crimes de responsabilidade (artigo 120.º n.ºs 4, 5 e 6).

- Nova clarificação do regime dos actos normativos com a consagração do princípio da superioridade hierárquica das leis da Assembleia da República (artigo 115.º, n.º 2), a clarificação do regime das leis de bases (artigo 115.º, n.ºs 4, 5 e 6), a remissão para lei da fixação do universo das entidades detentoras de poder regulamentar (artigo 115.º-B, n.º 1).

### Presidente da República

- Consagrar os efeitos da candidatura ao cargo de Presidente da República (artigo 124.º, n.º 3).

- Definir as incompatibilidades do cargo (artigo 131.º-A).

- Transferir as normas do artigo 137.º referentes aos poderes do Presidente em relação a Macau para sede disposições transitórias (artigo 296.º).

- Completar o quadro em que pode ser exercido o poder de declarar o estado de sítio ou o estado de emergência (artigo 137.ºc).

- Explicitar os poderes do Presidente da República em matéria de relações internacionais (artigo 138.ºa).

- Propõe-se ainda uma disposição tendente a garantir a representação pluripartidária no Conselho de Estado que se afigura inerente à natureza essencial daquele órgão consultivo do Presidente da República.

### Assembleia da República

- A constitucionalização do dever geral de cooperação das entidades públicas com os deputados (artigo 158.º, n.º 3).

- A atribuição aos deputados dos novos deveres de prestar informação aos cidadãos sobre o exercício do mandato e dar seguimento a petições e queixas (artigo 162.ºd).

- A exigência de que o Regimento como garante basilar do funcionamento democrático da Assembleia da República só possa ser aprovado ou alterado por maioria qualificada de dois terços (artigo 178.º, n.º 2).

de Defesa Nacional, as leis de enquadramento orçamental e o estatuto das autarquias locais.

- O alargamento das matérias em que a reserva parlamentar é relativa (artigo 168.º).

- O reforço dos poderes em matéria orçamental (artigo 108.º).

- A consagração da superioridade hierárquica das leis e o aperfeiçoamento do regime das leis de bases, do seu desenvolvimento, regulamentação e fiscalização (artigos 115.º e 277.º, n.º 3).

- Alargamento dos poderes de intervenção no domínio das relações



**«O PCP repudia quaisquer ideias de reverter ou de reescrever a Constituição e opõe-se firmemente à substituição do seu conteúdo progressista por um conteúdo ideológico de sinal inverso»**

(Texto de apresentação do projecto do PCP)



**«A batalha para impedir a revisão inconstitucional da Constituição interessa a todo o povo português, deve ser causa comum de todas as forças democráticas»**

(Comité Central do PCP, 13 de Outubro de 1987)

- A limitação, segundo critérios objectivos, da possibilidade de ocupação do Plenário com iniciativas governamentais por recurso aos mecanismos de prioridade e urgência (artigo 173.º, n.º 3).

- O aperfeiçoamento do princípio da representação proporcional na atribuição de cargos parlamentares (artigo 181.º, n.º 6).

- A admissão inovadora de formas de exercício de iniciativa legislativa por cidadãos, em certas matérias e com o regime que a lei determinar (artigo 170.º, n.º 7).

- A garantia de que as petições colectivas dos cidadãos sejam apreciadas e possam, em certos casos, ser debatidas pelo plenário da Assembleia da República (artigo 52.º, n.ºs 2 e 3).

- O alargamento da esfera de domínio legislativo exclusivo da Assembleia da República indelegável (artigo 167.º) nele se incluindo os símbolos nacionais e demais matérias indevidamente inseridas na chamada Lei Orgânica do Ministério

internacionais, nomeadamente pela atribuição à Assembleia da República de competência exclusiva para aprovar maior número de convenções (artigo 164.º, n.º 1/i) em certos casos por maioria de dois terços (artigo 164.º, n.º 3) bem como autorizar, em certas condições, o estacionamento de forças militares ou de instalações militares estrangeiras e a intervenção de forças militares portuguesas fora do território nacional (artigo 164.º, n.º 2/a) e acompanhar as relações com organizações internacionais de que Portugal faça parte (artigo 165.ºf).

- A atribuição à Assembleia da República do poder de definir as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional (artigo 164.ºgl) e autorizar o licenciamento de estações emisoras, nos casos constitucionalmente previstos, e a criação de institutos, serviços ou fundos autónomos (artigo 164.º, n.ºs 2/b e c).

- A clarificação de vários aspectos das relações entre a Assembleia

e os membros do Governo, incluindo a profunda redefinição do regime das sessões de perguntas e a simplificação dos mecanismos de convocação de funcionários públicos sem prejuízo dos poderes legítimos do Governo (artigo 180.º).

### Governo

- Correção de manifestas inexactidões hoje contidas na definição constitucional do Governo (artigo 185.º).

- Estabelecer as incompatibilidades dos ministros e demais membros do Governo (artigo 185.º-A).

- Excluir a possibilidade de investidura parlamentar de Governo, que tenha contra o seu programa uma maioria, ainda que simples (eliminação do n.º 4 do artigo 195.º).

- Adequar os poderes do Governo em matéria de vinculação internacional do Estado aos padrões decorrentes da normal repartição de competências legislativas, evitando que se substitua à Assembleia da República (artigo 200.º, n.ºs 3 e 4).

- Reforçar as obrigações governamentais no tocante à elaboração do Orçamento do Estado e à execução orçamental (artigo 108.º).

### Garantia da Constituição

- Admissão da possibilidade de impugnação não apenas de normas mas de actos políticos inconstitucionais (artigo 283.º-A).

- Instituição da nova acção constitucional de defesa de direitos (artigos 20.º-A 285.º, n.º 1).

- Clarificação de certos aspectos do regime de fiscalização da constitucionalidade e legalidade das normas, designadamente em caso de violação de leis de valor reforçado ou desconformidade entre o direito ordinário interno e o direito internacional (artigo 277.º, n.º 3).

- Eliminação da possibilidade de confirmação parlamentar de decretos e tratados considerados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional (artigo 279.º, n.ºs 2 e 4).

Na próxima semana, concluiremos o quadro das propostas mais inovadoras produzidas no projecto do PCP, designadamente as respeitantes aos tribunais, às regiões autónomas, ao Poder Local e à defesa nacional.



**«A ofensiva do Governo Cavaco Silva, do PSD e de toda a reacção contra o regime democrático, passa pela utilização da revisão constitucional como um instrumento de subversão da Constituição da República, visando provocar uma verdadeira ruptura constitucional»**

(Comité Central do PCP, 13 de Outubro de 1987)

# Liberdades comprometidas

## na Europa da CEE

**E**m França, que de há muito se arvora em defensora de liberdades e direitos humanos, um homem foi colocado às portas da morte, este mês de Novembro, vítima de selvático espancamento policial, quando participava numa manifestação. A RFA é posta em cheque por um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que conclui que neste país são violados os princípios de não-discriminação, por motivos políticos, no acesso ao emprego e formação profissional. Na Grã-Bretanha, sucessivas medidas legislativas comprometem gravemente, na prática, o direito dos trabalhadores à greve.

São factos que testemunham da ofensiva dos governos do capital contra os trabalhadores, e mesmo especificamente contra liberdades que se diz defender. Factos que directamente nos dizem respeito. Por elementares razões de solidariedade.

Mas também porque se trata de exemplos bem claros sobre o que é a prática política nessa pequena Europa que aqui é apresentada como exemplo — a seguir — de democracia.

Na verdade, o que se passa, é uma aposta do governo português na regressão do nosso país, também ao nível legislativo, e em particular no que respeita aos direitos e interesses dos trabalhadores, aos níveis da Europa comunitária. É a avançada legislação que a dinâmica do 25 de Abril desenvolveu no nosso país, que hoje se pretende pôr em causa.

Bastará aqui referirmos a nova legislação laboral proposta pelo governo português, em que nomeadamente são avançadas medidas como: a revogação da lei que impede o despedimento administrativo (ou seja, sem procedimento judicial) de sindicalistas e membros das Comissões de Trabalhadores; a não obrigatoriedade de reintegração de um trabalhador ilicitamente despedido, desde que se considere (o patrão considere...) que a reintegração pode afectar o ambiente de trabalho!

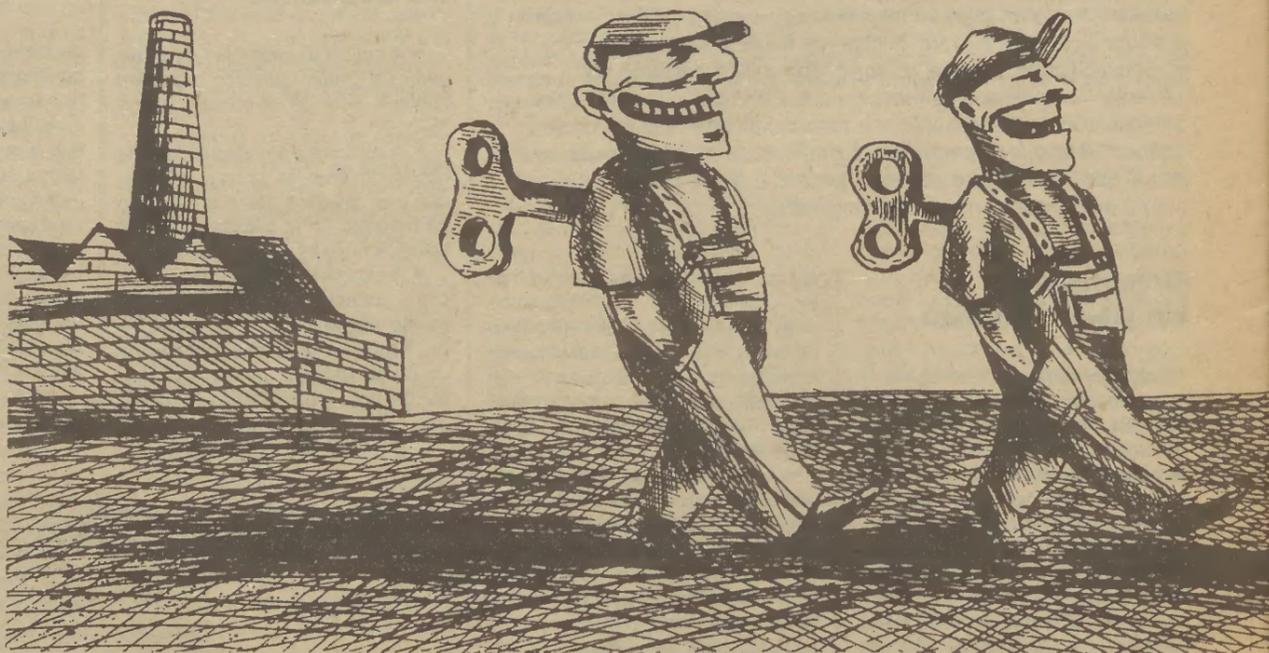
Entretanto, os exemplos que nos vêm da Europa da CEE, são bem elucidativos da realidade que se pretende também instalar no nosso país.

Sem perdermos nunca de vista — o que seria grave — que não é de inelutáveis perspectivas que se trata, mas de factos que cá, como em França, ou na RFA, e nos outros países da CEE, estão no centro de grandes batalhas, são muitas vezes pólos de mobilização para grandes lutas, que mais tarde ou mais cedo dão os seus frutos.

**Barbier Lucien foi admitido na tarde de sexta-feira 6 de Novembro de 1987 por causa de um traumatismo craniano, que se complicou numa coma profunda (...). O seu estado actual pode ser considerado grave e o prognóstico muito reservado.** Este o sintético comunicado da direcção do centro hospitalar do hospital regional de Amiens. Comunicado que aliás a polícia tentou alterar, para descartar responsabilidades.

Lucien Barbier, 62 anos, sindicalista e militante do PCF, participava numa manifestação de denúncia do Fórum económico das regiões de França, a decorrer nesse dia (6 de Novembro), no parque de exposições de Amiens, em Somme, e que nomeadamente contava com a participação do primeiro-ministro Jacques Chirac.

O Fórum foi denunciado, nas páginas de «L'Humanité», como uma



Lucien Barbier, em estado de coma como resultado do selvático espancamento da polícia. À direita, Gérard Corselle, um dos muitos feridos

**FRANÇA**

## Barbier Lucien, vítima da repressão

operação destinada a lançar poeira nos olhos, com base na defesa da formação dos jovens, de facto a precarização do trabalho juvenil, e na «modernização», apontando concretamente para o mercado único em 1992.

Isto numa região — a Picardia — onde se sentem de forma particular-

mente sensível os efeitos dos processos de «modernização» desenvolvidos pelo capital: o desemprego alastra (menos um terço dos postos de trabalho na indústria, desde 1984); a indústria e a agricultura estão em recuo, mesmo nos sectores tradicionais, em que as posições foram cedidas ao capital japonês, italia-

no e americano; os salários são particularmente baixos.

Para protestar contra a realização do Fórum, algumas centenas de manifestantes, com delegações de toda a Picardia, juntaram-se no exterior do Fórum, ao apelo da CGT e com o apoio do PCF.

A polícia carregou brutalmente

sobre os manifestantes, com uma preocupação claramente selectiva — atingir em particular os militantes sindicais.

A declaração do PCF que se seguiu aos acontecimentos denuncia: «Pretende-se impedir os trabalhadores de lutar; pretende-se privá-los desta liberdade para proteger a qual-

quer preço os interesses do lucro capitalista».

Mas entre as pretensões do capital e as realidades, está o empenhamento na luta. A repressão desencadeada em Amiens teve a resposta devida com a imediata convocação de uma manifestação de protesto para 12 de Novembro. ■

RFA

## Berufsverbote e homem de vidro

«O funcionário deve tomar partido pelos órgãos do regime. Deve demarcar-se de qualquer grupo que tende a atacar, desacreditar ou difamar os referidos órgãos» — são princípios inscritos na lei quadro da RFA. É com base em tais determinações legais e invocando a «defesa da Constituição», que têm vindo a ser perseguidos e privados dos seus postos de trabalho, militantes comunistas e sindicalistas, ecologistas e pacifistas. É o Berufsverbote — interdições profissionais — «originalidade» oeste-alemã que inscreve na própria lei o direito à perseguição por razões políticas e ideológicas (perseguição que entretanto é também realidade em muitos outros países capitalistas).

Os primeiros casos de Berufsverbote datam de 1970, e foram aplicados no início dos anos 70 em Hamburgo, pelo governo regional do social-democrata Willy Brandt (hoje o SPD demarca-se desta prática).

Desde 1972 mais de 10 mil funcionários foram despedidos, privados do seu posto de trabalho permanente ou vítimas de diferentes medidas disciplinares.

A coberto desta flagrante viola-



Despedimentos por razões políticas. Consagrados na lei na RFA. Realidade em muitos outros países capitalistas. Como em França, onde trabalhadores da Renault são licenciados e perseguidos por defenderem os interesses dos trabalhadores da empresa

ção dos princípios de não-discriminação, por motivos políticos, foram atingidos ao longo destes anos médicos e empregados dos correios, técnicos de telecomunicações e jardineiros, maquinistas e professores. Para muitos deles, a impossibilidade de acesso a um emprego na função pública representou a total impossibilidade de trabalhar na profissão para que estavam qualificados. Em

muitos casos estes trabalhadores correm também o risco de perder o seu direito à reforma.

Klaus, empregado dos correios, licenciado por ordem de um tribunal, por ter assistido a uma cerimónia comemorativa num antigo campo de concentração localizado em território da RDA.

Herbert Bastian, empregado dos correios em Marbourg, suspenso

em 1984, por ser comunista e conselheiro municipal do DKP (Partido Comunista Alemão). É pressuposto que os comunistas faltam ao «dever de fidelidade à ordem fundamental, democrática e liberal definida pela Constituição»!

Gerhard Bitterwolf, professor. Eleito membro do Conselho Federal da União Alemã pela Paz (DFU) e presidente da secção da Baviera da DFU. Impedido de trabalhar na sua profissão, apesar das declarações da direcção da escola e do conselho de pais, favoráveis ao seu trabalho, e dós abaixo-assinados pela sua reintegração subscritos por todos os alunos e colegas.

Três pequenos exemplos entre os milhares de casos entretanto registados.

Actualmente o Berufsverbote não é aplicado nas Lander (regiões) dirigidas por sociais-democratas. Os professores reintegrados foram recebidos pelos seus alunos com brachadas de flores. Klaus foi reintegrado, após cinco processos.

Mas o Berufsverbote continua a ser realidade na RFA, e ainda em Março de 1986, o governo da RFA atrevia-se a afirmar diante da comissão de inquérito da Organização Internacional do Trabalho: «A República Federal Alemã não conhece a discriminação que implica um tratamento desigual no emprego e na profissão na base da opinião política e menos ainda as chamadas interdições profissionais».

De par desta perseguição — legalizada — a pessoas que pela sua opinião diverjam da política e das opções governamentais, organizam-se as bases que podem tornar tal perseguição, dessa ou de outras formas, particularmente eficaz. É a institucionalização do «homem de vidro».

Não por acaso o recenseamento de 25 de Maio de 1987 assumiu o carácter de grande batalha política. Trinta e três questões eram colocadas aos cidadãos da RFA nesse recenseamento, da religião à situação económica e social, do nome e morada do patrão a detalhes precisos sobre a habitação.

Note-se que o primeiro projecto de recenseamento havia sido abandonado em 1983, tendo o Tribunal constitucional então considerado insuficientes as garantias de que os dados recolhidos não teriam utilização policial.

Se somarmos a estes factos a institucionalização de um bilhete de identidade que permite uma imediata consulta pela polícia à ficha computadorizada de cada cidadão, ressalta claramente o atentado às liberdades, a ameaça de um Estado policial. ■



Serge Mitolo, estudante congolês, não foi expulso graças à luta desenvolvida pelos comunistas, mesmo defrontando a repressão policial

## Violência policial — os factos

A agressão selvagem de que Lucien Barbier foi vítima, está longe de ser facto único.

Uma breve lista de assinaláveis actos de violência:

• **10 de Novembro de 1984** — Kemal Ozgul, jovem operário turco da empresa Pirault em Yvelines, é assassinado quando participava numa vigília para exigir ao patronato explicações sobre os salários não-pagos.

• **5/6 de Dezembro de 1986** — Malik Ousseki, estudante, 22 anos, activo participante nas grandes manifestações estudantis de 86, é assassinado perto de sua casa por três polícias. A sua morte irá gerar manifestações imensas de repúdio popular.

• **14 de Outubro de 1987**, Seine-Saint-Denis — Uma dezena de deputados comunistas é alvo de uma carga policial, com agentes armados de matracas e lança granadas. Os deputados pretendiam

juntar-se a uma manifestação que se realizava diante da perfeitura em favor de Serge Mitolo, o estudante liceal congolês que as autoridades francesas em vão tentaram expulsar.

• **8 de Outubro de 1985** — Por ocasião da visita de François Mitterrand a Lorient, a CGT mobiliza milhares de pessoas numa manifestação contra o desemprego e a degradação do poder de compra. Os bombeiros, que se encontravam na primeira fila dos manifestantes, foram destituídos. E o ministro do Interior decide a dissolução do corpo de bombeiros, um dos que contava com mais elevada taxa de sindicalização na zona.

• **5 de Junho de 1985** — Seis companhias de CRS (polícia de choque) invadem a fábrica SKF de Ivry (Val de Marne) e desencadeiam uma selvática repressão contra os trabalhadores que defendiam a sua empresa.

**Perplexidades**

Contou-nos quem viu. Aconteceu na RFA mas diz respeito a Portugal. Durante o Campeonato do Mundo de Judo, que decorreu em Hessen, na Alemanha Federal, de 19 a 22 do corrente, a delegação portuguesa assistiu, perplexa, à apresentação de uma outra delegação que trazia e entregou à organização da prova a mesma bandeira e o mesmo hino nacionais portugueses!

Tinha-se o país dividido? Não. A tal delegação que resolveu — quem resolveu por ela? — apresentar-se com a bandeira portuguesa e o hino do nosso país vinha de... Macau!

Macau inscrevera-se pela Ásia, ignorando pura e simplesmente a organização desportiva nacional. Terá isto sido previsto nos acordos assinados pelo Governo de Cavaco?

**Pânico**

A UGT entrou em pânico. E, como boa organização divisionista, mostra-se... dividida. Com a entrada da CGTP/Intersindical Nacional para o Conselho de Concertação Social. Afirmava antes o chefe máximo da UGT, Torres Couto, que sempre desejara a presença da CGTP no tal

Conselho e que tal entrada era positiva, pondo assim água na fervura do patronato e do Governo Cavaco que se mostraram fortemente indispostos com tal entrada. Entretanto, hoje, um dos sindicatos afectos à UGT — o dos Bancários do Norte — deitou à rua um papel onde pretende acusar a CGTP de estar a «cumprir ordens» do PCP ao decidir participar no CCS.

Na sua fúria antiunitária e anticomunista, o comunicado baralha-se e a UGT desmascara-se. Afirmando que «esta decisão representa o reconhecimento da derrota», diz o papelucho que com mais esta «derrota», a Inter «caminha para a derrocada e quer arrastar consigo os trabalhadores».

Da Inter, sabemos nós que não foi «derrota» esta decisão. Da UGT sabemos nós que quer arrastar os trabalhadores para várias derrotas. Só não pensávamos que quisesse confessá-lo...

**«Coragem»**

O homem que mais diariamente envia pelo «Correio da Manhã» os seus bilhetes postais, chocou mais um. Onde dá voz à «coragem» de um empresário de Setúbal que

**Pontos Cardeais**

«disse em voz alta o que alguns andam por aí a sussurrar».

«Recuso-me a acreditar», terá ele dito, «que haja falta de emprego em Setúbal. Pelo contrário, o principal problema de que o distrito padece é o de falta de mão-de-obra qualificada».

E o bilhete-postalista acrescenta, como se não bastasse a «coragem» ao tal empresário: «Falta quem queira, realmente, pôr mãos à obra!»

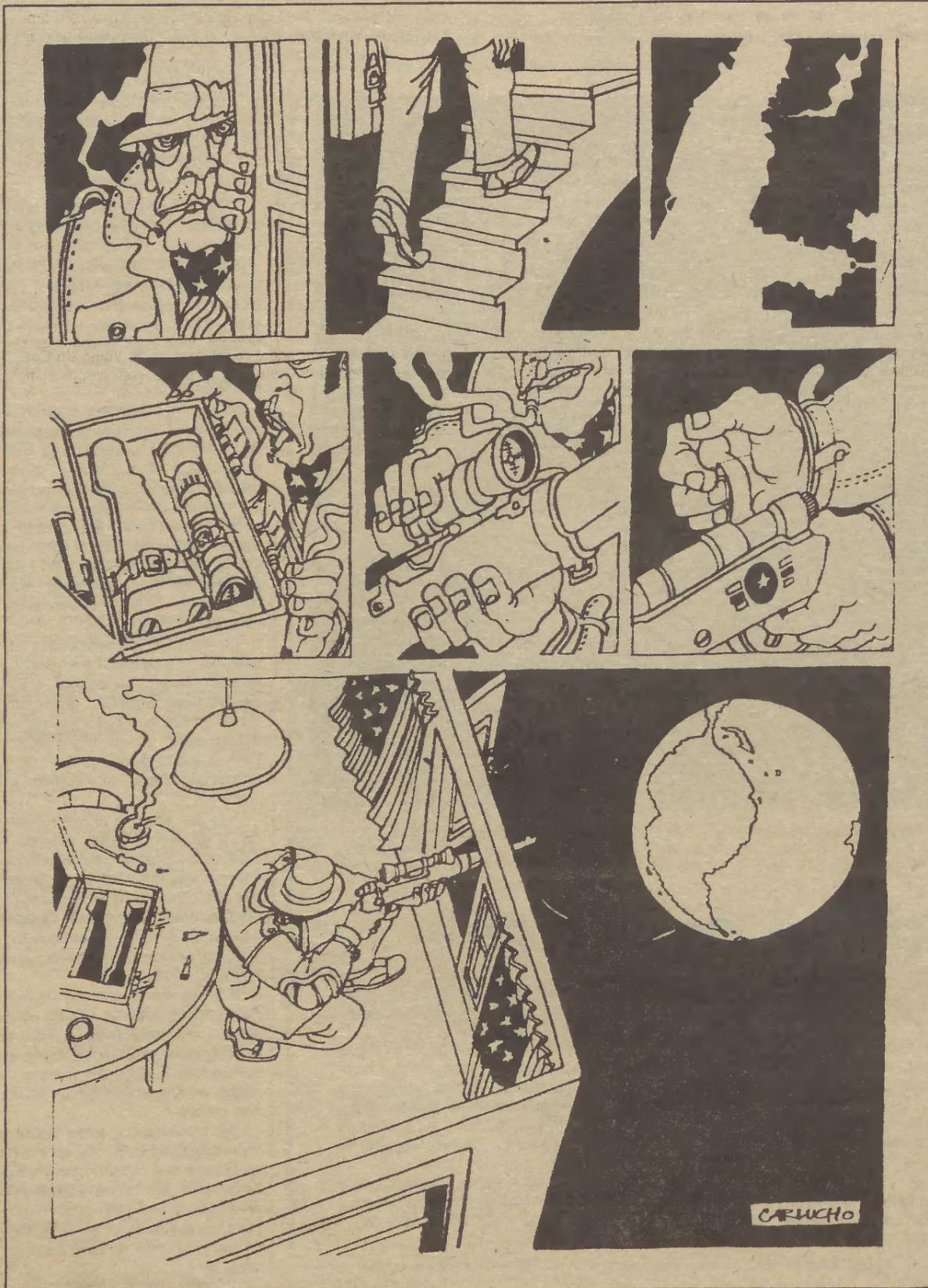
Nós, a estas «coragens», chamamos-lhes descaramento. Pelo menos. Se fossem os operários e outros trabalhadores qualificados que aos milhares já foram despedidos no distrito ou não encontram trabalho, chamar-lhe-iam certamente muitos mais nomes.

**Factos e opiniões**

Há os factos. E há as opiniões. E se um facto, por vezes chega para destruir uma mão cheia de opiniões,

nenhuma opinião ou uma dúzia delas chega para destruir um facto. Como ficou provado anteontem, na reportagem passada pela televisão, da autoria de um par de repórteres motorizados que foram a Moscovo e se dispuseram, ao fim de muito tempo, a mostrar o que haviam seleccionado da capital da União Soviética.

Por um lado havia as imagens e as palavras dos soviéticos. Por outro as palavras — por vezes opiniões, por vezes dados concretos, muitas vezes remosques azedos. A realidade, porém, rica e variada, impôs-se ao azedume e sobretudo às opiniões que não apareceram ao telespectador assentes em qualquer base concreta. Vimos, entretanto, felizmente, o mais importante da verdade — uma grande cidade que espelha os grandes avanços sociais, culturais, científicos de um grande povo. E nenhuma opinião se conseguiu impor aos factos...



**Gazetilha**

por *Ignotus Sum*

**Trrim! Trrim! não vale assim.**

Diz a publicidade (aliás com verdade) Que o telefone é um amigo. Só comigo ponho a questão noutro pé: Se o telefone é um amigo então porque não é?...  
 Bruxo!, meu caro de tão caro o que tu és, é um animal de luxo mas de luxo a valer que as famílias já não podem ter.  
 Um amigo, a «pesada» geringonça? Amigo? Só se for um «amigo da onça»...

**Saúde da Beleza com certeza...**

Prosseguem os enguiços. A Beleza fechou mais uns serviços. Para quê? Afinal para mostrar que em Portugal a tal saúde está a melhorar...  
 Se as pessoas protestam contra os que as molestam a Beleza não muda de atitude: Vendo isso encolhe os ombros: «Pois haja saúde...»  
 E vai dali fechar mais um serviço...

**Governo põe o Alqueva em treva.**

A importância do Alqueva? Ora bem não há ninguém que a contradiga. De quando em vez, com fins eleitorais o Alqueva é assunto de jornais morre após, na barragem da intriga...  
 O Cavaco o que diz? Diz que por ora, não; diz que adia o processo. Lá se quebra o verniz do grande defensor do nacional-progresso...  
 A História o julgará, depois da viagem e eu não lhe queria, não, estar na pele. Não mete água, não mete na barragem porque «mete água» o governo dele...

**Numerais e outras coisas mais...**

Não tenho nada contra os numerais. Acho que podem ter lugar na estética. Doutras coisas, porém, se faz a poética das pobres gazetilhas semanais.  
 Mas às vezes, por certo, reconheço (com a isenção que me caracteriza) que a função numeral merece o apreço de quem, chorando embora, satiriza.  
 Exemplo: a fraude flui, fácil, febril. Fundos da CEE — não é zum-zum. Contos — duzentos e sessenta mil. Os processos — trezentos e vinte e um...  
 Eu, sobre a corrupção que já requinta leitores, cá por mim, não digo mais. Guardo a caneta pra poupar na tinta deixo falar somente os numerais...

# Agenda

**Avante!**

Ano 57 - Série VII  
N.º 726

26 de Novembro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

Sábado 28

## Lisboa

Situação, Problemas  
e Gestão da Cidade

Projecto Alternativo - CDU

Faculdade de Letras,  
às 15.00

Com Anselmo Aníbal  
e José Casanova

## Quinta 26

### • VENTEIRA/ /AMADORA

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho da Amadora, com a presença do camarada Orlando de Almeida.

### • LISBOA

Sessão de Solidariedade com o Povo da Palestina, com início às 19.00: abertura de uma exposição de artesanato; às 21.00 intervenções

políticas por Domingos Lopes, membro do CC e Issam Besseio, representante da OLP em Portugal. Esta sessão é promovida pela DORL do PCP e realiza-se na Casa do Alentejo.

## Sexta 27

### • LISBOA

«Jornadas Culturais e de Recreio», às 21.30, no Centro de Trabalho de Sete Rios, hoje dedicada ao livro «Memória

Viva do Tarrafal», de Gilberto de Oliveira.

## Sábado 28

### • LISBOA

Encontro CDU da Cidade de Lisboa, 15.00 às 19.00, na Faculdade de Letras com intervenções de abertura por Anselmo Aníbal e de encerramento por José Casanova.

### • DAMAIA

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

### • BURACA

Plenário de militantes, às 15.00, na sala do ATL, seguido do filme: «Quem ameaça a Paz».

### • S. ROQUE DO PICO

Segunda Assembleia da Organização Concelhia, com a presença das camaradas Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do CC do PCP e José Decq Mota do CC.

### • FARO

«A Revolução Socialista de Outubro -

o seu significado histórico», debate, às 16.00, na Coopfofa, com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### • VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Integrado nas comemorações do 70.º Aniversário da Revolução de Outubro, debate, às 21.30, no Sindicato das Conservas, com a presença do camarada Dias Lourenço.

### • ALHOS VEDROS/ /MOITA

Debate: «A Mulher no Portugal de Abril», às 21.00, no Centro de Trabalho.

### • BAIXA DA BANHEIRA/MOITA

3.ª Assembleia de Organização Concelhia, às 15.00, no salão da Cooperativa Banheirense.

### • SINES

Bailarico, às 21.30, no salão do povo do Casouto.

### • SETÚBAL

Magusto, às 17.00, na Quinta de S. Paulo.

### • COIMBRA

Já lá vão 3 anos que marcámos aqui em Coimbra, no Centro de Recreio Norton de Matos um «Ponto de Encontro» a que então chamámos a Festa de Coimbra.

Por isso, pensámos meter mãos à obra para a realização da II Festa de Coimbra, a ter lugar na mesma no Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos, que vai também começar às 3 da tarde e vai até às tantas.

Qual é o programa deste ano?

Na música popular temos os grupos Renascer, do Ateneu de Coimbra, o Cavaquinho, o Roda que Roda, todos de Coimbra e o grupo Bantabá (com música africana), e vamos ter com certeza mais a Brigada Victor Jara, o Manuel Frelre, o Vieira da Silva, mais uns tantos e quem sabe talvez uma «truta» nacional.

Nos Fados contamos com o Lopes de Almeida, o Levy Batista, o Machado Soares e o Gomes Alves (com o seu grupo de Braga) e o Rui Pato e ainda os fadistas castiços Alvaro Serra, a Fernanda Oliveira.

Na Poesia estarão o Louzã Henriques, o José Manuel Mendes, o Luiz Pignatelli, o José Carlos Gonzalez, o Paulo Lucena.

Evocação de Joaquim Namorado e Paulo Quintela

No Jazz Mota e o Canelhas.

Intervenções de Danças Regionais - Bailado - Ginástica e Corais, a actuação do Rancho de Coimbra.

Mas há muito mais contactos para que este nosso programa fique ainda melhor e mais completo.

É claro que não nos esqueçamos dos Comeres e Bebés e por isso estamos a fazer a escolha de uma boa pinga, as febras, umas castanhas e a respectiva geropiga.

O nosso lema é o mesmo de 84 - Traz outro amigo também!

Contamos contigo, mas se quiseres confirma a tua vinda ligando para o Louzã Henriques (28560) para o Adão (24996) para o João Curto (813277) ou para o Jorge Gouveia Monteiro (26677).

### • SOBREIRO/ /CONDEIXA-A-NOVA

Magusto-convívio, às 17.00.

## Domingo 29

### • LISBOA

Entrega da Distinção de Honra do MDM 1987 a Maria Alda Nogueira, às 15.00, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

### • ALMADA

Encontro de Quadros, às 14.30, na SFUAP, com a presença do camarada Carlos Ramildes, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### • TERCEIRA

Primeira Assembleia de Organização da Ilha, com as camaradas Blanqui Teixeira e Decq Mota.

## Segunda 30

### • PORTO

«Mercado de Capitais, Bolsa e Capitalismo Popular», conferência/debate, às 21.30, no Centro de Trabalho de Boavista, com Carlos Gomes.

## Terça 31

### • SETÚBAL

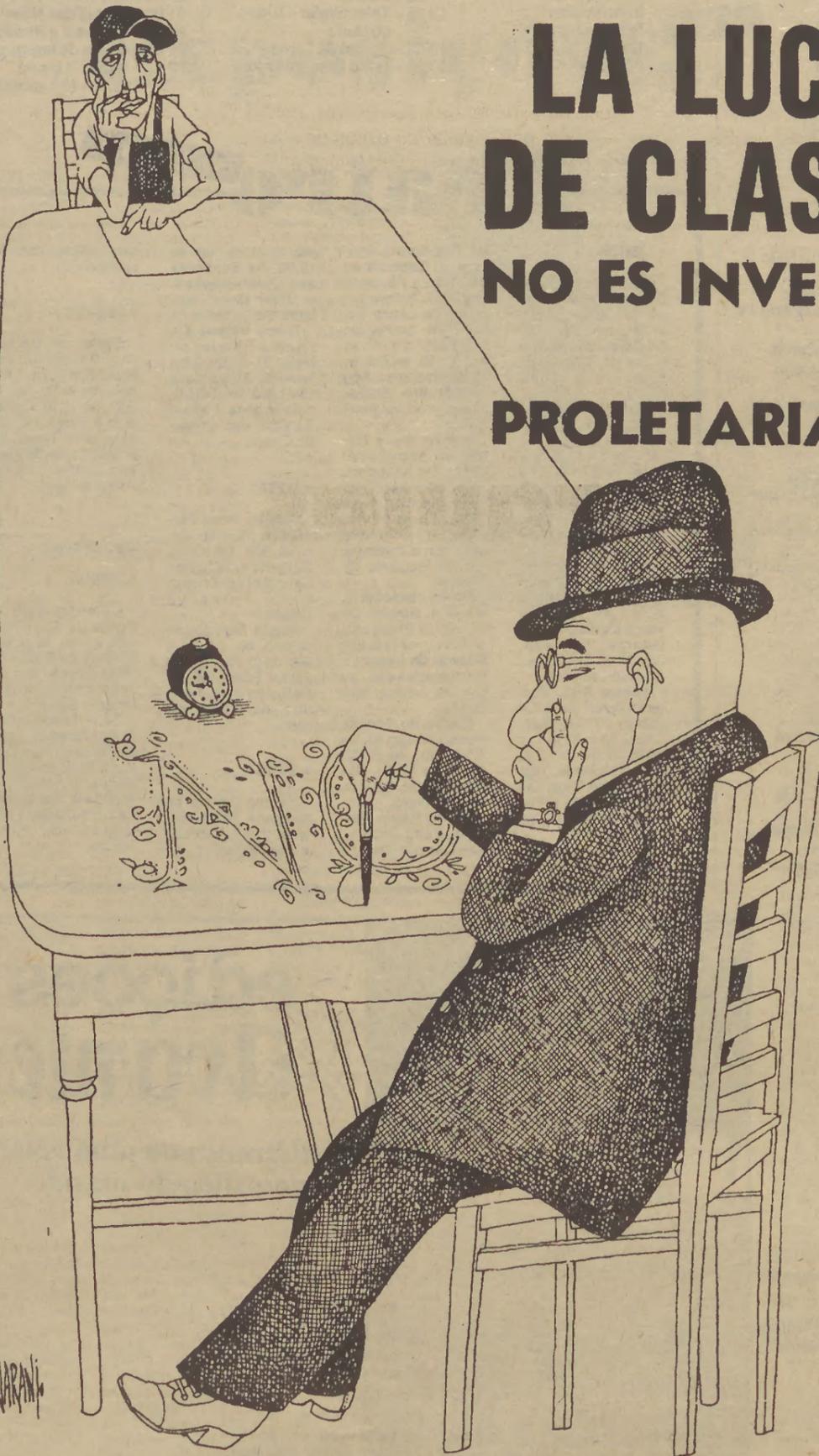
Almoço dos Amigos dos Pioneiros no Centro de Pessoal da Mague.

### • LAGOA DE S. MIGUEL

Segunda Assembleia da Organização Concelhia, com a presença dos camaradas Blanqui Teixeira, membro da CP do CC do PCP e José Decq Mota do CC.



# LA LUCHA DE CLASES NO ES INVENTO DEL PROLETARIADO



NARANJO, Rogelio (México) in «Ideologia» revista venezuelana editada em Caracas. Junho 1977.



## Encontro de quadros em Almada

Questões de direcção e organização, situação social e política serão abordadas no próximo sábado no encontro de quadros comunistas de Almada, a realizar nas instalações da SFUAP a partir das 14.30 horas.

A iniciativa reunirá camaradas dos secretariados e executivos das células de empresa, comissões de freguesia e locais, comissões de trabalho e outros organismos de direcção.

Também estará presente neste encontro de âmbito concelhio o camarada Carlos Ramildes, da Comissão Política do Partido.

2ª festa  
de Coimbra

28.Nov'87

CRPNorton de Matos

Comissão Concelhia de Coimbra  
do Partido Comunista Português

# TV O Programa

**Quinta 26**
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.20 - Série: «Você Sabia Que...»  
18.55 - Série: «O Império de Carson»  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro», 33.º epis.  
21.10 - Primeiro Andamento: «Mozart, por Maria João Pires»  
21.40 - Telemundo  
22.10 - Série: «Se o Amanhã Chegar»  
23.10 - 24 Horas  
23.45 - Remate

**RTP2**

- 13.15 - Countdown  
14.10 - Pano para Mangas  
15.40 - Série: «As Bluebell»  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes», 134.º epis.  
18.00 - Ponto por Ponto  
19.00 - Totally Live  
19.55 - Série: «Hitchcock Apresenta»  
20.20 - Série: «Os Malucos do Circo»  
20.50 - Montra de Livros  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Já Está!  
22.55 - As Telas da Lei

**Sexta 27**
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.25 - Série: «O Império de Carson»  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.10 - Série: «De um Natal ao Outro»  
22.20 - O Programa das Festas  
22.55 - 24 Horas  
23.30 - Remate  
23.40 - Pela Noite Dentro: «O Diabo nas Colinas», real. Vittorio Cottafavi (Itália/1985)

**RTP2**

- 13.15 - Countdown  
14.10 - Agora, Escolha!  
15.40 - Série: «O Mundo é um Palco»  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»  
18.00 - Ponto por Ponto  
19.00 - Totally Live  
19.55 - Série: «Hitchcock Apresenta»  
20.20 - Série: «Os Malucos do Circo»  
20.50 - Montra de Livros  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Clube de Jornalistas  
22.00 - Série: «Mancha na Paisagem»  
23.00 - Troféu

**Sábado 28**
**RTP1**

- 09.00 - Juventude e Família  
12.00 - Série: «Defesa do Ambiente»  
12.30 - Série: «Estrada Larga»  
13.00 - Notícias  
13.10 - Série: «Especial National Geographic»  
14.00 - Parlamento  
14.30 - Série: «Lucky Luke»  
15.00 - Concurso: «Sobe e Desce»  
16.00 - Sessão da Tarde: «Teddy», real. Delbert Mann (EUA/1986)  
17.45 - Figma  
18.45 - Sete Folhas  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
21.00 - Boletim Meteorológico  
21.05 - Série: «Duarte & Companhia»  
22.00 - Joanna no Casino Estoril  
23.30 - Cinema da Meia-Noite: «A Capital do Crime», real. Budd Boetticher (EUA/1960)

**RTP2**

- 09.00 - Compacto Countdown  
13.00 - Compacto: «Tudo ou Nada»  
16.00 - Troféu  
20.05 - Música na América  
21.00 - Série: «Strindberg»  
22.00 - Concorde ou Talvez Não

**Domingo 29**
**RTP1**

- 09.00 - Juventude e Família  
11.15 - Missa  
12.00 - 70x7  
12.30 - TV Rural  
13.00 - Notícias  
13.10 - O Som da Casa

- 13.50 - Série: «Casa de Irene»  
14.15 - Série: «Cosmos»  
15.10 - Desenhos Animados  
15.30 - Primeira Matinée: «Marabunta», real. Byron Haskin (EUA/1954)  
17.15 - Clube Amigos Disney  
18.50 - Série: «Um Anjo na Terra»  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.40 - Eu Show Nico  
21.40 - Série: «O Polvo 3»  
22.50 - Domingo Desportivo

**RTP2**

- 09.00 - Music Box  
10.00 - Troféu  
12.30 - Juventude e Família  
13.00 - Caminhos  
13.20 - Novos Horizontes  
13.40 - TV Mulher  
14.10 - Seja Bem Vídeo  
15.00 - Troféu  
17.00 - Série: «A Evolução do Homem»  
18.00 - Série: «A Tia de Frankenstein»  
18.55 - Plano Bar  
20.00 - Série: «Quem Sai aos Seus»  
20.25 - Artes e Letras: «Mishima»  
21.10 - Cine-Clube: «Pamplinas Maquinista»

**Segunda 30**
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.20 - Série: «Um Certo Sorriso»  
18.50 - Série: «O Império de Carson»  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.10 - Concurso: «Saber a Valer»  
22.20 - Série: «A Clínica da Floresta Negra»  
23.20 - 24 Horas  
23.55 - Remate.

**RTP2**

- 13.15 - Countdown  
14.10 - Agora, Escolha!  
15.35 - Concerto - Strauss  
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.00 - Totally Live  
19.55 - Série: «Hitchcock Apresenta»

- 20.20 - Série: «Os Malucos do Circo»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Bolsa e Negócios  
22.00 - Ópera - «La Fanciulla del Oeste».

**Terça 1**
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - O Grande Circo de Moscovo  
14.20 - A Borboleta Imperial  
15.15 - Lucky Luke: «Daisy Town»  
16.40 - A Canção da Baleia  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.25 - Série: «A Mão - O Homem em Projecto»  
18.55 - Série: «O Império de Carson»  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Uma Canção para Si  
21.20 - Programa da Direcção de Informação  
22.20 - Série: «Acção em Miami»  
23.35 - 24 Horas  
23.55 - Remate.

**RTP2**

- 13.15 - Countdown  
14.10 - Dois Dedos de Conversa  
15.40 - Série: «A Gaveta Secreta»  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.00 - Totally Live  
19.55 - Série: «Hitchcock Apresenta»  
20.20 - Série: «Os Malucos do Circo»  
20.50 - Montra de Livros  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Série: «Lá em Casa Tudo Bem»  
22.05 - CinemaDois: «O Nosso Herói». Real. Bill Forsyth.

**Quarta 2**
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV

- 17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.20 - Série: «Portugal de Faca e Garfo»  
18.55 - Série: «O Império de Carson»  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.10 - Uma Canção para Si  
21.15 - Vamos Jogar no Totobola  
21.40 - Lotação Esgotada: «Coelho de Sevilha»  
23.35 - 24 Horas  
00.05 - Remate.

**RTP2**

- 13.15 - Countdown  
14.10 - Agora, Escolha!  
15.40 - Plano Bar  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.00 - Totally Live  
19.55 - Série: «Hitchcock Apresenta»  
20.20 - Série: «Os Malucos do Circo»  
20.50 - Montra de Livros  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Fantasia e Realidade  
22.00 - Clube de Imprensa  
22.45 - Série: «Leis do Amor» (1.º episódio).

# Teatro O Cartaz

**LISBOA**

Comuna, Praça de Espanha. Sala Nova, de 3.ª a sáb., das 21.30, dom., às 17.00. Os Dois Corcundas e a Lua, de Richard Demarcy, enc. João Mota.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 17.00. Les Lettres de la Religieuse Portugaise, pelo La Théâtrale, enc. de Jean-Marie Lejude.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. A Dama do Maxim's, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Sôlnado e Fialho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Teatro Gymná-

sio, Rua Nova da Trindade, 5. Calderón de Pier Paolo Pasolini, enc. Mário Feliciano.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. Socorro... Sou uma Mulher de Sucesso, com lo Apoloni.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contereiras. De 3.ª a dom., às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. Toma Lá Revista, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro Nacional D. Maria II. Rossio. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. Guerras de Alecrim e Manjerona, enc. de Carlos Avilez (até 20/11).

Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. Metro-Cabaret, de Fernando Gomes.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a

sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Senhoras das Quintas-Feiras, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins. Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom., às 21.30, dom. também às 16.00. Criada para Todo o Serviço, enc. Armand Cortez.

**PORTO**

Sala do Povo Portuense, Rua de Camões, 578. Tio Vanja, de Anton Tchekov pela Selva-Trupe, enc. Fernando Umaña.

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb., às 21.45, dom., às 17.00. Édipo Rei, de Sófocles pelo Tear, enc. de Moura Pinheiro.

**ÉVORA**

Teatro Garcia de Resende. Diariamente às 21.30. Solness, o Construtor, de

Henrik Ibsen, enc. de Luís Varela.

**SETÚBAL**

Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. O Médico à Força, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

**Para Crianças**
**LISBOA**

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom., às 15.00. Viagem, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando.

TIL - Teatro infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. O Avestruz Mecânico, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

Colecção «Resistência»

GILBERTO DE OLIVEIRA

## MEMÓRIA VIVA DO TARRAFAL

«Nesta contribuição de denúncia dos crimes do fascismo português, procurei levantar alguns aspectos que me parece merecerem um aprofundamento maior do que aquele com que os deixo aqui tratados. E não apenas no que se refere ao Tarrafal e às outras prisões fascistas, mas muito particularmente no que se reporta à história da resistência antifascista.»

GILBERTO DE OLIVEIRA  
MEMÓRIA VIVA DO TARRAFAL

248 pp  
Cód. 41.19  
Preço: 1000\$00

CDL a distribuição

edições **Avante!**

A diferença de uma visão científica do mundo

# Cinema

A seleção

# ...e ainda

Música, debates, etc.

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Arizona Júnior	—	—	★★★	★★	—
<b>B</b>	Os Intocáveis	★★	★★	★★	—	★★
<b>C</b>	Jardins de Pedra	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>D</b>	Méio	—	★★★★	★★★	★★★★★	★★★★
<b>E</b>	Nascido para Matar	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>F</b>	O Querido Líás	—	—	★★	★★	—
<b>G</b>	O Sacrifício	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—

A — Real. Joel Coen — Hollywood/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 B — Real. Brian de Palma — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 14.00, 16.30, 19.00, 24.00; S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. Francis Ford Coppola — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 D — Real. Alain Resnais — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 E — Real. Stanley Kubrick — Amoreiras/6 (13.45, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00); Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); 7.ª Arte (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 24.00); Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.  
 F — Real. Artur Semedo — Eden (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30); Roma (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 G — Real. Andrei Tarkovsky — Quarteto/4 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa.

Classificação de \* a \*\*\*\*\*

### Desporto em debate

No Centro de Dia da UPPSS-Associação de Reformados (Al. D. Afonso Henriques, 72, 2.º Esq.) realiza-se amanhã mais um almoço-convívio, seguido de debate em que intervirão o jornalista de «A Bola» Aurélio Márcio e o prof. Rui Silva, treinador da equipa de futebol do Oriental.  
 Para o almoço é conveniente inscrever-se — pelo telefone 89 88 72.

### Cine-clubismo

O ABC de Lisboa projecta esta semana, numa das suas habituais sessões de sexta-feira no Estúdio 444 (av. Defensores de Chaves), mais um dos filmes que escolheu para o ciclo «Mestres do Cinema Clássico Americano».  
 Trata-se de «Amplia Miraculosa, de

1940 — uma realização de William Dieterle apresentada como «o cúmulo da perfeição em termos de filme biográfico» típico do período em que foi feito, com «um Edward G. Robinson libertado das suas habituais figuras de gangster».  
 Quanto ao Cineclub de Porto, programou para esta semana 3 sessões para a projecção integral de O Processo (1984), integrado no ciclo dedicado a Eberhard Fechner, um autor da RFA (o ciclo, uma retrospectiva, é aliás fruto da colaboração com o Instituto Alemão em Lisboa, onde, paralelamente, também está a decorrer).

Sessões: hoje às 21.30, amanhã às 18.00 e 21.00 — respectivamente para as 1.ª, 2.ª e 3.ª partes. Na sede do cineclub, R. do Rosário, 5, 1.º.

### Mais cinema

Na Cinemateca Portuguesa, R. Barata Salgueiro, 39, prossegue o ciclo dedicado a Claude Chabrol, que inclui também «Os (filmes) Favoritos de Chabrol».

No Forum Picoas termina o ciclo «Rumores do Vietnam» com um filme que vale a pena ver — Os rapazes da Companhia C, de Sidney J. Furie, de 1977, a apresentar nos dias 26 e 27 às 19.00 e 22.00 — e começa um outro dedicado à América Latina com Salvador, um filme realizado por Oliver Stone (o mesmo de «Platoon») em 1985.

### Maria Alda distinguida...

É já no próximo domingo, às 15 horas, que se realiza na Aula Magna o acto de homenagem a Maria Alda Nogueira, a quem o MDM confere este ano a sua Distinção de Honra.  
 Esta realização — noticiada em pormenor noutra local do «Avante!» — inclui uma exposição fotodocumental e um espectáculo a apresentar por Fátima Medina em que intervirão Isabel Fernandes, Josefina Holmes, Kimberley Ribeiro, da Companhia Nacional de Bailado; Olga Prats, Antó-



nio Victorino d'Almeida; Carlos Alberto Moniz e Maria Guinot, e as atrizes Maria do Céu Guerra e Fernanda Lapa.

### ... José Afonso também

A Semana de Homenagem a Zeca Afonso organizada pelas associações de estudantes de Letras, Ciências e Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa começa hoje.

No dia 27 será inaugurada, às 15.00 na Galeria da Associação de Letras, uma exposição fotobiográfica, e no dia seguinte uma exposição de Artes Plásticas na sala de exposições da faculdade. Nesse mesmo dia, mas na Sala dos Alunos, iniciam-se às 22.00 os Encontros Paz, Poeta e Pombas.

Mas, enfim, a realização inaugural: hoje, dia 26, às 21.30, na Aula Magna espectáculo para que se anuncia a participação de Janita, Vitorino, Octávio Sérgio, Ve-



ralenda, Francisco Naia, Teresa Silva Carvalho, João Lima, Sérgio Mestre, José Barata Moura, Machado Soares, António Portugal e António Bernardino, e ainda da Brigada Victor Jara.

# Exposições

### • LISBOA

**Alberto José Caetano** — «Uma Arquitectura para o Silêncio». Galeria Leo. Travessa da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 5/12).  
**Álvaro Lapa** — Pintura. Galeria EMI/Valentim de Carvalho, rua da Cruz dos Poiais, 111. Diariamente das 15.00 às 19.00 (excepto à 2.ª) até 5/12.  
**Álvaro Perdigão** — Pintura e escultura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 28/11).  
**Ana Gonçalves** — Tecidos. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.  
**António Delgado** — «Espólio de Viagem». Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 5/12).  
**Boyd Webb** — Fotografia. Galeria Cómicos, Rua Tenente Raul Cascals, 1-B. Diariamente das 15.00 às 20.00, excepto à 2.ª (até 30/11).  
**O Cartaz Contemporâneo**. Galeria da Livraria Barata (até 28/11).  
**Colectiva** — Artex. Galeria, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.  
**Colectiva de Outono** — Casa da Imprensa, Rua da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00 (até 7/12).  
**Colectiva** — Galeria de São Bento, Rua do Machadinho, 1.  
**Daniel Nave** — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00.  
**Eduardo Teixeira** — Pintura. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 3/12).  
**Ernesto de Sousa** — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.  
**IV Exposição Nacional de Gravura** — Fundação Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias, Av. de

Berna, 45.  
**Figueiredo Sobral** — Escultura e pintura. Galeria Multiface, Rua Sousa Lopes, loja 65. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. e dom. das 12.00 às 19.30 (até 30/11).  
**Gaetan** — Desenho e pintura. Galeria Diferença, rua de S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 (até 6/12).  
**Graça Coutinho** — Pintura. Galeria Quadrado, Rua Alberto de Oliveira. Diariamente das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 15.00 às 19.00 excepto ao dom. (até 12/12).  
**Homenagem a Peniche Galvelas** — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 13.00.  
**Índios da Amazônia** — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).  
**João Duarte** — Escultura. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. Inaugura hoje (até 30/11).  
**Jorge Freire** — Pintura. Galeria Triângulo, Av. Vasco da Gama, 48. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 30/11).  
**José António Cardoso** — Pintura, Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.  
**José Esteves** — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36.  
**José Viana** — Pintura. Galeria Escada, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 14.00.  
**Laura Cesana** — Pintura. Centro Europeu de Línguas, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 43-2.º dt.º. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, sáb., das 11.00 às 13.00 (até 31/1).  
**Maria Gabriel** — Pintura. Clube 50, Rua de S. Mamede, ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 9/12).  
**Maria João Franco** — Pintura. Espaço do

Pintor, Rua de S. Nicolau, 119-2.º dt.º. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00.  
**Manuel Botelho** — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 36. De 2.ª a sáb. Das 16.00 às 20.00 (até 10/12).  
**Marcos Duprat** — Galeria Bertrand, Livraria Bertrand do Chiado.  
**Museu da Água de Manuel da Mala** — Recinto dos Barbadinhos, rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.  
**Nicolau Tudela** — Pintura e desenho. Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 30/12).  
**Ourovresaria/Artefacto 3**. Jóias de cinco ourives do ARCO. Travessa Água da Flor, 37. Diariamente das 15.00 às 20.00 (até 27/11).  
**Pintura Maneirista** — Do Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra. Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16.  
**Projectos de Design Industrial IADE** — Palácio Pombal, Rua do Alecrim, 70.  
**Salão de Caricatura** — Clube de Jornalistas, Rua das Trinhas, 127. Diariamente das 15.00 às 20.00 (até 30/11).  
**«Sinais Expostos da Misericórdia»** — Museu de S. Roque, Largo de Trindade Coelho. Das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00.  
**Teatralidade na Pintura Portuguesa** — Fundação Gulbenkian. Galeria de Exposições Temporárias (até 13/12).  
**«Têxtels Mexicanos»** — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.  
**Vasco Folha** — Desenhos. Atelier 15, Rua Freitas Gazul, 24-D.



Maria João Franco, expõe no «Espaço do Pintor»

De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00, sáb., das 15.00 às 19.00 (até 5/12).  
**Sobral Centeno** — Pintura. Galeria EG Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 11/12).  
**Valente Alves** — Pintura «O Muro da Memória». Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1 (até 2/12).  
**Vitor Costa** — Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854.

### • PORTO

**III Bienal de Desenho da Arvore** — Antologia de desenho do século XX com 145 trabalhos. Mercado Ferreira Borges.  
**Colectiva** — Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.  
**Nadir Afonso** — Pinturas 1929-87. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777 loja 8. Diariamente das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 9/12).  
**Exposição Nacional de Arte Moderna** — Amadeu de Souza Cardoso. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977/999.  
**Patrício Court** — Pintura. Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb.

a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.  
**Colectiva** — Pintura, arte romana e azulejos dos séculos XVII e XVIII. Galeria Constância, R. Luís de Camões. De 4.ª a dom. das 14.00 às 20.00 — CONSTANÇIA.  
**Carlos Lança** — Pintura. Arcadas do Parque. De 2.ª a sáb. das 09.00 às 19.00, dom. das 09.00 às 18.00 (até 6/12) — ESTORIL.  
**Artesanato de Moçambique**. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-O-NOVO.  
**Azulejos Originais Portugueses** — Galeria de Arte Espiral. Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00. OEIRAS.  
**Colectiva** — Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal. (Até 30/11). LOURES.  
**William Beckford e Portugal** — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.  
**1.ª Bienal de Arte** — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.  
**António Cervela Pinto** — «Livre Arbitrio em Três Dimensões». Galeria Universum. Casa-Museu Alvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 28/11) — TAVIRA.  
**Manuel Constantino** — Pintura. Cooperativa Alves Redol. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 e das 21.00 às 23.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 (até 29/11) — VILA FRANCA DE XIRA.  
**D. Fernando II** — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.

### • OUTRAS LOCALIDADES

**Colectiva** — Centro Cultural de Almansil. (Até 3/12). ALMANSIL.  
**Colectiva** — Museu José Malhoa. (Até 28/11). CALDAS DA RAINHA.  
**Colectiva** — Círculo de Artes Gráficas, Rua Castro Matoso, 19 — COIMBRA.  
**Colectiva** — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª

## Tempo Fim de Semana

Para sábado e domingo céu pouco nublado ou limpo, vento fraco do quadrante leste e formação de geada.  
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.)

### Música

Dois ou três destaques:  
**Na Gulbenkian** — Grande Auditório, Coró e Orquestra Gulbenkian e solistas convidados sob regência do maestro Richard Hickox para interpretar em oratória «L'Enfance du Christ» de Berlioz. Hoje, 26, às 21 e 30, amanhã às 18.30.  
**No S. Luís**, concerto no dia 29, às 11.00, com entrada livre, pelo **Coro da Universidade de Lisboa** dirigido por José Robert.  
 Entre outras, obras de Lopes-Graça, Kodaly, Bartók. Música também de novo esta semana no concelho de Vila Franca de Xira — na I Temporada de Música e Dança organizada pela CM. Em Alverca, no sábado às 21 e 30, no salão da Euterpe, estará **Olga Prats** para um Concerto de Música e Poesia.  
 De novo em Lisboa e na Gulbenkian — agora na Sala Polivalente do CAM — um outro tipo de música. Três dos irmãos Salomé — Janita, Vitorino, Carlos —, com o apoio da guitarra de **Pedro Caldeira Cabral**, intervêm num concerto organizado no âmbito do colóquio sobre «Literatura Popular Portuguesa e Teoria da Literatura Oral/Tradicional/Popular» que ali decorre de hoje até sábado. O concerto realiza-se amanhã às 18.30.

Ainda no âmbito deste colóquio, hoje, às 18.30, «Romances Populares» cantados por Marta Martins Fidalgo, Maria Rosa Martins e Arminda de S. Pedro, e no sábado às 18.00 «Poesia Popular» (versos de António Aleixo ditos por Tossan) e «Cantigas Tradicionais» cantadas por Filipa de Sousa Faisca — nestes dois dias sendo a entrada livre.  
 (Quando ao Colóquio, que conta com especialistas de diversas nacionalidades: as sessões realizam-se das 10.30 às 18.00, na Sala Polivalente, abertas aos interessados).  
**Teatro no Seixal**  
 Encerra o I Encontro Concelho de Teatro: amanhã, 21.30, «Auto da Ciosa» pelo **Centro Cultural de Évora**; no sábado, 21.30, espectáculo de café-concerto «Metro Cabaret»; no domingo, 16.00 «O Dragão», uma peça para crianças pelo **Teatro de Almada/Grupo de Campolide**.  
**Ópera e bailado**  
 É um bónus: amanhã, às 20.30, em récita popular — isto é a preços que variam entre os 375\$ e os 1200\$, «para estudantes e trabalhadores»

que têm como tal de se identificar —, a última representação da temporada de **I Lombardi**, a Ópera de Verdi. **No Teatro de S. Carlos**.  
 Quanto a bailado: últimas representações programadas para o **S. Luís** do espectáculo estreado na passada semana pela Companhia Nacional de Bailado do TSC. No sábado, às 16.00 e 21.30.  
**Conhecer Vila Franca**  
 O departamento cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira prossegue os seus esforços para fazer conhecer seus pelo menos aos, contêrraneos e habitantes, este concelho, rico de tanta coisa do passado e do presente.  
 E, assim, temos no próximo domingo, a partir das 10.00, mais um «A Passear também se aprende» com início no Arquivo Municipal, onde será projectado um diaporama recente sobre a história do concelho, seguindo-se visitas guiadas ao Museu Etnográfico e ao edifício-sede do Museu Municipal.  
 Como habitualmente, é posto à disposição dos interessados um autocarro, que parte da Póvoa (junto à Igreja) às 9 e 30, de Alverca (paragem RN) às 9.40, e de Alhandra (paragem RN) às 9.50.

*a partir de Janeiro*

## O Militante

tem formato diferente • mais 16 páginas  
 novo aspecto gráfico • artigos em maior número e mais variados

O alargamento da sua difusão e da sua leitura ajudará a elevar e a espíritos revolucionários dos militantes e permitirá uma acção mais esclarecida e esclarecedora no luta ideológica

Preço de um exemplar — 50\$00 • Assinatura de 6 números — 275\$00 • Assinatura de 12 números — 550\$00



## O Lacrau Entre as Palavras

Os assuntos angolanos são, por regra, tratados no Telejornal com antipatia e agressividade evidentes. Temos assistido, nos últimos tempos, à presença como comentador de um indivíduo cujas posições antiangolanas são sobejamente conhecidas. Será a provocação, por vocação, a alma desta «informação»?

A redacção das notícias não reflecte, nem sequer ao menos a inocência da objectividade. Entre meia-dúzia de palavras transparece o lacrau...

Vou dar um simples exemplo, um só, para não abusar da paciência dos leitores.

Diz-se que, no Conselho de Segurança, Angola exige a retirada das tropas sul-africanas do seu território. Mas logo refere que as tropas angolanas são auxiliadas por cubanos e soviéticos...

Está subjacente a manipulação do espectador: «Vejam lá, a incoerência daqueles tipos, têm lá tropas estrangeiras e querem que as forças da África do Sul retirem...»

Escusado será perguntar a quem favorece a confusão. Escusado será perguntar de que lado está o coração do Telejornal...

## Na Rede da Confusão

Claro que, como se apanha mais depressa um mentiroso do que um coxo, o próprio Telejornal acaba por se envolver nas suas próprias «confusões».

Primeiro, dá a palavra a Savimbi: é mentira que a Unita receba auxílio humano da África do Sul; mas logo a seguir, vem o «desmentido» da própria África do Sul; não só há tropas suas em território angolano, como o Botha já lá esteve a ver, com os seus próprios olhos, como as coisas iam...

Depois disto tudo, depois de ter a prova das relações entre o bando da Unita e os senhores da *apartheid*, ainda o Telejornal (e o Jornal das Nove...) se digna passar a reportagem propagandística da encenação comemorativa, da conferência de imprensa, etc., com o visual do Savimbi em primeiro plano...

Objectividade? Eu diria antes **culpabilidade**.

## Quem Tem Medo do Debate?

O Tempo de Antena do PCP chamou a atenção dos portugueses para uma série de questões sobre as quais é urgente meditar.

Primeiro, a avaliação por Octávio Teixeira da política económica do Governo Cavaco. Ficou demonstrado, com miridiana nitidez, a sua falência: do consumismo sem peias, caiu-se na austeridade, no apertar do cinto indistigável já nas declarações de Cadilhe e outros. O que se passou com a Bolsa é paradigmático dessa falência.

Tivemos, depois, diversos depoimentos sobre as acções e intenções malévolas da política de Cavaco, relativamente a empresas, algumas delas de grande peso na vida do trabalho. Tais depoimentos provaram o desemprego crescente, as crescentes dificuldades. E não se trata do «diz-se» do «fala-se» do «espera-se que». Não. Os depoimentos vinham dos próprios trabalhadores, mulheres e homens corajosos, fiéis à sua classe e à verdade. Ninguém os pode desmentir — porque daquilo sabem os trabalhadores, pois o sofrem na sua própria carne, na carne dos seus companheiros, na carne das suas famílias.

Aurélio Santos, finalmente, destacou o problema da grande informação e, para o caso, a posição da RTP.

Em causa, a larga entrevista de Cavaco Silva. Porquê este surto de monólogos? Por que não se dão idênticas oportunidades aos partidos da oposição? Quem tem medo do debate?

Esta pergunta espera uma resposta que implica profundamente com a responsabilidade dos jornalistas, quaisquer que sejam as suas filiações partidárias. A questão é: **jornalismo ou propaganda?**

A Televisão não é um órgão partidário. É estatal, mas não governamental. Não esqueçamos.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## O Padrinho

Em vez de «síntese» temos hoje uma transcrição de uma só rubrica de um só semanário — transcrição mutilada embora, por que o «Avante!» não tem uma-página-uma para dar desta maneira esta «História de Sucesso»... Mas para quem tem visto «O Polvo» e viu ontem «O Padrinho» na RTP, não é difícil desembaraçar desta prosa meio-pirosa o retrato de um Padrinho Portugal 1987.

Desfolhando este e outros jornais encontram-se aliás também os Afilhados: quando, por exemplo, no «Semanário Económico», Cadilhe aprecia as «sugestões maduras» de Ferraz da Costa, presidente da CIP, e este as explana a propósito de «privatizações e indemnizações», insistindo na tese segundo a qual «ninguém pode estar de acordo em que o Estado vá vender aquilo que ainda não pagou». Para o Governo e o grande capital, o objectivo é não apenas privatizar o que foi nacionalizado (e é rentável, claro) mas ainda — «face à igualdade dos cidadãos perante a lei» (!) — indemnizar, «com valores a recalcular», «as suas vítimas». A Família Espírito Santo, por exemplo.

• «A finança mundial conhece-o. Chama-se Manuel Ricardo Espírito Santo.

Teve um império financeiro e tiraram-lhe tudo. Tudo menos a família, o nome e a força interior. Em 11 anos construiu novo império.

«Fui preso, após o 11 de Março, às quatro horas da manhã, em minha casa, quando eu e a minha mulher dormíamos».

Manuel Ricardo era chefe do grupo Espírito Santo apenas há dois anos. O grupo tinha como célula principal o BESCL e controlava totalmente a Companhia de Seguros Tranquilidade.

Na Metrópole, tinha interesses na Sacor, na Companhia de Seguros Bonança, na Companhia Portuguesa de Celulose, em Cacia, nas Celuloses de Setúbal — SOCEL, nos Cimentos e no Hotel Ritz.

Em grupo ou individualmente possuíam ainda a Quinta do Peru, em Azeitão, com 600 hectares (onde ainda hoje vive a Sr.ª D. Isabel, mãe de Manuel Ricardo), a Herdade da Comporta, com 13 mil hectares cultivados junto ao rio Sado, e muitas, muitas outras propriedades que foram espoliadas.

No ultramar também havia participações muito grandes, que o abandono das províncias desfez: a Companhia Angolana de Agricultura, a Sociedade Agrícola do Cassequel, a Companhia de Açúcar de Angola (comprada em 1972) e, em Moçambique, a Sociedade Agrícola Agucareira.

— E no estrangeiro, o que tinham?

— Nada, nem um tostão.

## A «filosofia da família»

• — Porque é que um grupo tão grande não tinha investimentos fora do País?

— Eu fiz muitas vezes essa pergunta ao meu pai e ele sempre dizia que era «filosofia da família». O País era grande de mais para que um grupo com as nossas responsabilidades se pudessem dar ao luxo de investir no estrangeiro. Mas nada nos fazia prever o 25 de Abril. A

guerrilha já há muito tinha rebentado e o terrorismo estava dominado. O abandono do ultramar foi uma questão política e não militar.

«Quando, em 1957, me formei já estava há três anos a trabalhar numa dependência do BESCL, no Saldanha.

«Em 1962, sucedi ao eng. Espírito Santo Moniz Galvão, meu sogro, como inspector-geral do banco.

Quando, em 1973, o meu pai faleceu, fui escolhido entre a família para lhe suceder na presidência do grupo.»

## O milagre dos Pães

• — O que fez quando foi libertado de Caxias?

— Fui a salto para Madrid e depois para Londres, onde já estavam a minha mulher e os meus filhos. Não tínhamos nada. A minha mulher quando saiu de Portugal conseguiu levar jóias e outros pequenos objectos de valor. Vendendo, semana a semana, esses objectos, fomos vivendo. Estávamos numa casa emprestada por um amigo e no início de cada semana tínhamos de fazer contas para saber se poderíamos comprar mais três ou quatro pães para comer.

Hoje, o grupo Espírito Santo tem novamente um império económico, agora espalhado pela Europa, América do Norte, Brasil e Paraguai. A Compagnie Financière E. S. (na Suíça, fundada em 1977), a E. S. International Holding (no Luxemburgo), o E. S. Bank (em Miami), o Biscayne Bank, a Société Banquière de Paris, o Banco E. S. International (Common Islands), a Companhia de Seguros Interatlântico (no Brasil) e, em Portugal, a Sociedade de Investimentos E. S. — ESSI, o Banco Internacional de Crédito, 22% do Hotel Ritz, 7% do Novotel e mais três grandes explorações agroalimentares.

No Brasil, oito mil hectares de arroz no Estado de Goiás e cinco mil de produção de café na Baía. No Paraguai, a Sociedade Agrícola Golondrina, tem 24 km de extensão.

— Como é que conseguiu tudo isso? É um génio?

— Não. Houve três factores determinantes: o bom nome, a amizade de grandes famílias da finança mundial e o nível dos colaboradores que saíram comigo de Portugal. O primeiro passo foi no Brasil. Eu estava em Londres quando o então Presidente brasileiro, Geysel, foi lá, em visita oficial. Consegui falar-lhe cinco minutos e ele disse-me: «Vá ao Brasil que eu recebo-o em 24 horas.» Eu fui e, ao fim de seis meses, fundava, com empréstimos de bancos estrangeiros, o Banco Interatlântico de Investimentos.

«Agora, o meu objectivo em Portugal é investir, mas de fora para dentro. A mãe do grupo continua no estrangeiro, mas vai investindo cada vez mais aqui. Sabe, fui apanhado uma vez e não quero ser apanhado segunda. No entanto, tenho confiança neste Governo.

— E quanto às privatizações?

— Vamos ver o que se vai passar. Estamos a preparar-nos financeira e tecnicamente para entrar em concurso.

— Quais são os sectores que mais lhe interessam?

— Para já, as celuloses e os cimentos.

## Na política, bom democrata...

• As personalidades internacionais que mais admira são o Papa e a Sr.ª Thatcher. Quanto às nacionais, não tem preferência.

O momento mais feliz da sua vida foi aquele em que pôde voltar a Portugal e reiniciar uma operação financeira (em Junho de 1986, o Banco Internacional de Crédito). «Falei com o dr. Mário Soares e senti que havia estabilidade suficiente para arriscar capital.»

Nunca foi filiado em partidos políticos. É um liberal.

## ...no resto, como Deus manda

Vive na Suíça, num apartamento alugado com cinco assoalhadas. Tem também um apartamento em Miami e outro em Londres.

Tem quatro secretárias particulares, em Lisboa, na Suíça, em Miami e em Paris.

Não tem motorista: «Lá fora não se usa.»

«Eu e a minha mulher somos primos em terceiro grau. Ela é filha de um primo direito meu, o eng.º Fernandes Espírito Santo Moniz Galvão. Fazíamos um desporto comum: montar a cavalo.

Bateu nos filhos quando foi preciso e é ele quem manda lá em casa, «embora a minha mulher esteja convencida que é ela (olhe que isto não se pode pôr...)».

Não sabe quanto gasta em casa.

Não tem criados, mas apenas uma mulher a dias três vezes por semana. «A minha mulher é quem faz o comer.»

— E gosta?

«Coitada, ela não gosta mas tem de fazer.»

A mulher, Maria do Carmo, é dona da Mocar e da Santomar, representantes da Peugeot e da Honda em Portugal.

— Até onde quer ir?

«Não sou ambicioso.»

(Ricardo Sá Gomes, «Semanário», 21 Nov.)

## Xadrez

CXXIV

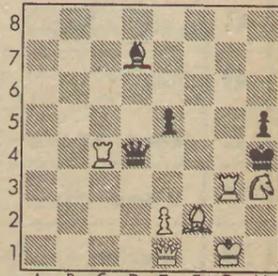
— 26 de Novembro de 1987

Proposição N.º 129

Por: Gino Mentasti

In «Prontuário del Problema», 1977

Pr: [5]: Ps.65, h5-Bd7-Dd4-Rh4  
Br: [7]: Pé2-Ch3-Bf2-Ts.ç4,g3-Dé1-Rg1



Mate em 2 lances

\*\*\*

Jogo N.º 129

Torneio «Chess for Peace»

Londres, 1987

Br: Hebben Pr: Benjamin

1. é4,é5; 2. í4,é:f4; 3. Cf3,g5; 4. h4,g4; 5. Cé5,h5; 6. Bç4,Ch6; 7. d4,Df6; 8. 0-0,D:h4; 9. T:f4,Bd6; 10. Cf3,Dg3; 11. é5,Bé7; 12. Ch2,Dh4; 13. Cç3,Bd8; 14. Cç4,C:6; 15. Cf3,g-f3; 16. T:h4,B:h4; 17. D:f3,C:d4; 18. D:h5,Cd5; 19. B:h6,d5; 20. B:d5,T:h6; 21. D:f7+,Rd8; 22. Df8+ e as pretas abandonam, pois se: 22. ...Rd8; 23. Cç5++

\*\*\*

Solução do N.º 129

Chave: 1. Da5 (ameaça: 2Dd8+)

1. ..., é4; 2. Dg5+

1. ..., Bg4; 2. Té3+

■ A. de M. M.

## Damas

CXXIX

— 26 de Novembro de 1987

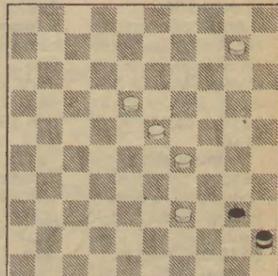
Proposição N.º 129

Por: Nicolas Riso

Marseille, 1962

Pr: [2]: 40-(45)

Br: [5]: 10-18-23-29-39



Jogam as brancas e ganham

\*\*\*

Golpe N.º 129

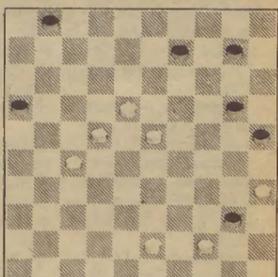
(Golpe Africano Duplo)

(Há uma 1.ª peça colada, mas a captura só será executada após uma 2.ª colagem).

Por: Isidore Weiss, 1935

Pr: [7]: 1-9-10-16-20-25-40

Br: [7]: 18-22-23-27-35-43-44



Jogam as brancas e ganham

\*\*\*

Soluções do N.º CXXIX

N.º 129 (N. R.): 29-24! (45-50) 39-33! (50x29) 23x45+ (Turco invertido)

Golpe N.º 129 (1. W.): 27-21 [1.ª colagem] (40x38) 18-13 [2.ª colagem] (16x29) 13x42+

■ A. de M. M.